

	Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHLA Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas - PPGDH	
---	---	---

RATSIFERANA MACRINA ALFAMA PEREIRA

PROJETOS DE NAÇÃO E DILEMAS DE IDENTIDADE EM CABO VERDE (1975-1992)

JOÃO PESSOA - PB

NOVEMBRO / 2015

RATSIFERANA MACRINA ALFAMA PEREIRA

PROJETOS DE NAÇÃO E DILEMAS DE IDENTIDADE EM CABO VERDE
(1975 -1992)

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Políticas Públicas e Cidadania da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Políticas públicas em Direitos Humanos

Linha 3 – Territórios, direitos humanos e diversidade socioculturais.

Orientador: Prof. Dr. Elio Chaves Flores

JOÃO PESSOA-PB

NOVEMBRO/ 2015

P436p Pereira, Ratsiferana Macrina Alfama
 Projetos de nação e dilemas de identidade em Cabo
Verde
 (1975-1992) / Ratsiferana Macrina Alfama Pereira.- João
 Pessoa, 2015.
 128f. : il.
 Orientador: Elio Chaves Flores
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA
 1. Direitos humanos. 2. Nação. 3. Identidade.
 4. Multiculturalismo.

UFPB/BC
342.7(043)

CDU:

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGDH

RATSIFERANA MACRINA ALFAMA PEREIRA

PROJETOS DE NAÇÃO E DILEMAS DE IDENTIDADE EM CABO VERDE
(1975 – 1992)

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Elio Chaves Flores (UFPB)

Examinador interno: Prof. Dr. Estevão Palitot (UFPB)

Examinador externo: Prof. Dr. Solange Pereira Rocha (UFPB)

JOÃO PESSOA-PB
NOVEMBRO/ 2015

Dedico este trabalho ao meu irmão **Edson Frederic** (in memorium), á minha filha **Celitsa** e aos meus pais, **Paula Guiomar de Pina Alfama** e **Francisco Pereira**, pelo amor incondicional. Vocês são o meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força interior para superar as dificuldades.

Ao Professor Elio Chaves Flores, deixo uma palavra de estima e consideração pela excelente ajuda prestada na elaboração deste trabalho; pela paciência e especialmente, por todas as orientações que recebi e, por me ensinar o caminho da ciência.

Agradeço ao professor Estevão Palitot por sempre acreditar em mim, me apoiar e contribuir com materiais que me auxiliaram.

A minha querida filha, Dinara, fonte da minha força e inspiração. Ao companheiro Jorge, pela dedicação, paciência e pelo estímulo e apoio com que sempre me premiou e que permitiram avançar com este projeto.

A Jacky Vieira, pela amizade, pela contribuição com documentos que me auxiliaram, pela força que sempre me deu, pela companhia incomparável, pela ajuda singular. A Serge Katembera pela ajuda e dedicação.

Aos meus irmãos em especial, minha irmã Annie (anha), mano Jefferson (Jeff), Ericson (Geras), Lucas (Fassulas) pelo apoio que sempre fez a diferença.

A minha tia-mãe Djedje que sempre pela presença e força

A todos os professores de Direitos Humanos, que ajudaram de alguma forma ou de outra na minha formação pessoal e acadêmica, meu muito obrigado. A professora Nazaré que contribuiu com documentos que serviram de auxílio.

Aos coleg@s e amig@s do Mestrado, pela solidariedade e amizade manifestadas ao longo da caminhada no curso, em especial Alana, Avenzoar e Fabíola

Não esqueço, ainda, os inúmeros amigos e companheiros nesta luta, o meu muito obrigado pela amizade e “colegagem” nesta jornada.

A todos os estudantes africanos no Brasil. A luta é difícil, mas a força da mama África está em nós, força e coragem nessa luta de dia a dia.

Finalmente agradeço imensamente a Capes pelo imprescindível apoio possibilitando a realização deste trabalho e de um sonho.

RESUMO

Essa pesquisa tem como tema a nação cabo-verdiana e por objetivo analisar o processo multifacetado de construção dos projetos de nação em Cabo Verde no período de 1980-1992, levando em consideração as questões da identidade, constitucionalidade e direitos humanos. As Ilhas de Cabo Verde, no oceano Atlântico foram povoadas, desde o século XV, por povos, raças, culturas distintas (africana e europeia) e buscam, ainda, no presente século, um consenso identitário de “comunidade imaginada”. Assim, diversos elementos de identidade são apontados para definir “o que é ser cabo-verdiano”. Com base em pesquisa bibliográfica, histórica e documental, buscamos sustentar nossos conhecimentos em quadros teóricos e metodológicos explícitos, pois não é nossa intenção alcançar verdades absolutas, mas antes, contribuir para a construção de uma síntese, com novas reflexões sobre o conteúdo da relação identidade nacional e direitos humanos. O corpus da pesquisa incide sobre os símbolos nacionais de dois momentos específicos da recente história cabo-verdiana, as aproximações africanas (1975-1980) e as aproximações europeias (1990-1992) bem como as perspectivas políticas de dois intelectuais dos referidos períodos, Aristides Pereira (momento africano) e Carlos Veiga (momento europeu). As referências teóricas para o trabalho realizado se aglutinam em torno das reflexões de Benedict Anderson, Stuart Hall e Charles Taylor que pesquisam a nação, a identidade e multiculturalismo. Considera-se, como hipótese defendida, que a identidade, a constitucionalidade e os direitos humanos são “territórios” de disputa política nos “projetos imaginados”.

Palavras-Chave: Nação, Identidade, Multiculturalismo, Direitos Humanos.

ABSTRACT

This research has as the theme ,the Cape Verdean Nation and to analyze the multifaceted process of building national projects in Cape Verde in the 1980-1992 period, taking into account the issues of identity, constitutional and human rights. The Cape Verde Islands in the Atlantic Ocean have been populated since the fifteenth century, for two people, two races, two different cultures (African and European) and seek, even in this century, an identity consensus "imagined community". So many identity elements are aimed to define "what is to be Cape Verde". Based on qualitative research literature, historical and documentary, we seek to maintain our expertise in theoretical and methodological frameworks explicit, it is not our intention to achieve absolute truths, but rather contribute to the construction of a new synthesis with new reflections on the content of issue national identity. The corpus of the research focuses on the national symbols of two specific moments in recent history Cape Verdean, African approaches (1975-1980) and European approaches (1990-1992) as well as the political perspectives of two intellectuals such period, Aristides Pereira (African time) and Carlos Veiga (European time). The theoretical references to the ongoing work coalesce around the reflections of Benedict Anderson, Stuart Hall and Charles Taylor searching the nation, identity and multiculturalism. It is considered as advocated hypothesis, that the identity, constitutional and human rights are "territories" of political dispute in the "imagined projects."

Keywords: Nation, Identity, Multiculturalism, Human Rights.

FIGURAS

FIGURA 1. Guia de Marcha	47
FIGURA 2. Mapa mundo identificando as ilhas de Cabo Verde.....	56
FIGURA 3. Bandeira de Cabo Verde, 1975-1992.....	81
FIGURA 4. Brasão de Armas, 1975-1992.....	78
FIGURA 5. Bandeira de Cabo Verde, 1992 até os dias atuais.....	84
FIGURA 6. Brasão de Armas a partir de 1992.....	87

Sumário

Capítulo I – INTRODUÇÃO: DIREITOS HUMANOS E FATORES DE IDENTIDADE EM CABO VERDE

1.1.O problema da pesquisa	pag.11
1.2.Questões teóricas e conceituais	pag.16
1.3.Corpus e materiais da pesquisa	pag.29
1.4.Estrutura narrativa e procedimentos metodológicos	pag.31

Capítulo II – OS DIREITOS HUMANOS E OS CONTEXTOS CABOVERDIANOS

2.1. Aproximações Africanas: o momento PAIGC e o nacionalismo africano.....	pag.33
2.2. Aproximações Europeias: o momento MPD e a globalização	pag.52
2.3. Os direitos humanos, o local e o global	pag.56
2.4. Entre a África e a Europa, as Ilhas de Cabo Verde	pag.69

Capítulo III – CONTEXTOS CABOVERDIANOS E FATORES IDENTITÁRIOS

3.1. As constituições de 1980 e 1992	pag 74
3.2. Os fatores simbólicos das aproximações africanas e europeias	pag.87
3.3. O discurso político-identitário: ser cabo-verdiano.....	pag 104
3.4. As Ilhas de Cabo Verde e a cultura atlântica dos direitos humanos.....	pag 111

Considerações Finais	pag 121
-----------------------------------	----------------

Referencias.....	pag 123
-------------------------	----------------

Anexos

Capítulo I – INTRODUÇÃO: DIREITOS HUMANOS E FATORES DE IDENTIDADE EM CABO VERDE

As nações não formam os
Estados e os nacionalismos, mas sim
o oposto.

Eric Hobsbawm

1.1.O problema da pesquisa

A identidade se alimenta do sentimento de pertencer a uma determinada cultura e esse sentimento se baseia nas características próprias, traços próprios e consciência própria de um indivíduo ou de um dado grupo. A identidade nacional cabo-verdiana pode ser conflituosa pelo fato de realimentá-la com uma história do passado nacional. Os cabo-verdianos tentando chegar a um consenso se preocupam em buscar as características da sua identidade, isto pode ser percebido pelos trabalhos dos alunos/pesquisadores cabo-verdianos das mais diversas universidades espalhadas pelo mundo. Segundo o filósofo canadense Taylor (1994), o reconhecimento incorreto pode levar a estranhezas como a falta de respeito e a marca da vítima de uma forma cruel (TAYLOR, 1994, p. 46), uma vez que o reconhecimento está vinculado à honra, à dignidade humana, isto é, à dignidade do cidadão.

Este tema traz diversos desafios para pesquisadores das mais diversas áreas. Não é de se esperar as respostas ou observações fáceis ou tranquilas quando se fala da identidade nacional, esta é por si só um assunto que se revela como intangível e ambivalente. Tal objeto chamou a nossa atenção, não só por fazer parte daquela cultura, daquela nação, daquele povo, mas também devido à escassa literatura sobre o tema. Cabo Verde, um pequeno arquipélago nomeado

como “Ilhas das morabezas”¹ não tem ainda a sua autonomia exatamente definida a nível cultural. Tudo o que se lança ao povo (desde música a símbolos nacionais) é comparado ao país ou continente dos antigos colonizadores europeus ou dos colonos do continente africano.

O pequeno arquipélago formado por dez ilhas tem a sua particularidade histórica no que diz respeito à construção do Estado-Nação, com início na época dos descobrimentos e consequente povoamento destas ilhas. Esse processo que funda os primeiros resquícios da formação da identidade cabo-verdiana engloba a origem do seu povo mestiço, a sua língua materna, o crioulo e as demais tradições culturais passando pela independência nacional em 1975 e, depois disso, a abertura política em 1990 abrindo espaço para a consolidação institucional da democracia e de um regime pluralista com nova feição aos direitos humanos.

O país pertenceu à colônia portuguesa desde 1460 até 1975 e foi povoado também por diversas etnias principalmente da costa africana, por essência a Guiné-Bissau. Dessa fusão cultural de europeus e africanos nasce o ser “curioso” mestiço, repensado por uma parte dos intelectuais do país em vestes considerados positivos na medida em que se teria constituído uma unidade nacional antes da implantação de um estado nacional.

O país apresenta “fragilidades”² em raízes culturais durante a sua longa história. Portanto, busca compensar com uma unidade cultural e racial com o processo da mistura, de povos, da raça, de tradições, de cultura, de gastronomia, de arquitetura, tanto de Europa quanto da África, o país passou também pela mistura mais complexa onde se envolve a luta pela independência e a junção dos símbolos nacionais com um dos países da África e depois a separação destes

¹ Morabeza pode significar os atributos de beleza, de carisma, de amabilidade, de simpatia que o povo de Cabo Verde possui para receber quem chega na sua casa. Toda a arte de bem receber. Os cabo-verdianos sentem orgulho em chamar as pessoas para conhecer Cabo Verde, conhecer a morabeza das ilhas, isso traz alegria para quem chega e para quem recebe o estrangeiro.

² Fragilidade aqui se fundamenta nos conflitos de cultura, de raça, de tradições e etc. Sendo que Cabo Verde era desabitado até a sua descoberta pelos portugueses que foram os primeiros a povoar as ilhas e em seguida os escravizados da costa ocidental africana. Daí a mistura e influência das culturas em Cabo Verde. Ver GOMES, Simone Caputo. *Cabo Verde: literatura em chão de cultura*. São Paulo: Ateliê Editorial; Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008.

dois países, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Todos esses fatos influenciaram a maneira de pensar do “eu cabo-verdiano” e criou-se um certo tipo de conflito nessa definição de identidade. Além disso, nos dias atuais com o desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, os contatos com outras nações, outros povos, outras culturas são mais intensos e abrem espaço para uma discussão mais abrangente, mais diversificada e conseqüentemente aparece um novo *mix* nos modos de viver e de pensar desse pequeno povo. A nação cabo-verdiana foi construindo aos poucos a sua “curiosa/confusa” identidade em meio a essa turbulência.

Devido aos fatos supracitados, a discussão sobre a identidade torna-se interessante por que os cabo-verdianos, ainda nos dias atuais, a discutem arduamente. Só para se ter a noção de como grande parcela dos cabo-verdianos entende a sua identidade, descreve-se abaixo o que se passou numa página de *facebook* há poucos meses atrás. A discussão com características do conhecimento empírico feita pelos indivíduos foi tão forte que a postagem foi retirada da página. Consegui ter acesso somente aos comentários sem a postagem por que um amigo enviou mensagem e, segundo ele, na intenção de mostrar os alarmantes comentários feitos sem noção e que beiram o abismo.

Então, após uma postagem sobre o caso do vírus ebola que assolou alguns países do continente africano houve comentários capazes de mostrar a divergência dos pensamentos entre cabo-verdianos acerca da raça, da condição socioeconômica, do pertencimento do seu território e da sua própria identidade. Por questões de ética, optamos por ocultar os nomes das pessoas envolvidas, para isso, denominaremos por *Fulano A*, outro de *Fulano B* e, por último, o *Fulano C*, todos pertencem à sociedade cabo-verdiana.

Os comentários foram tão fortes, que o *Fulano B* se viu obrigado a bloquear o seu próprio facebook. Ao que tudo indica, o post sobre o ebola foi feito pelo *Fulano A* que pertence a um grupo jornalístico. Logo após o post, o *Fulano B* comentou expressando dessa forma – “Os pretos tem que morrer mesmo, eu sou castanho, isso não tem nada a ver comigo. Ebola é uma coisa boa para a África porque este continente tem muita população e não tem recursos para toda essa

população. Alguém tem que morrer e é bom que seja africano atrasado mesmo. Mas isso não tem nada a ver comigo porque sou cabo-verdiano e não africano”.

Então, o *Fulano A* responde – “Ok, você não é africano. Mas será que você é humano?”

Fulano B replica – “Quem te disse que o Africano é ser humano? Eles não deixam falta porque eles não fazem nada a não ser consumir oxigênio e gastar comida e dinheiro. Cabo Verde nunca foi África, não temos nada a ver com a África. Quanto mais longe dos *manjacos*³ melhor para mim. Eu não preciso vir pra Europa para ser europeu porque nasci na Europa! Cabo Verde é Europa”. O *Fulano C* vendo tudo isso não conseguiu se conter – “Ganha juízo meu irmão”. *Fulano B* – “Sim, não sou preto, sou cabo-verdiano, europeu vermelho, não tenho nada a ver com a África. Africanos podem morrer todos”.

O facebook é uma rede social que permite compartilhar fotos, mensagens, vídeos, links, eventos, notícias, sentimentos, etc. Torna-se visivelmente uma forma de expressar e participar na sociedade moderna, pois as notícias têm uma repercussão rápida e atingem uma vasta extensão territorial. Para os cabo-verdianos isso não é diferente. Até as manifestações são marcadas por meio dessa rede social – facebook como aconteceu na última semana do mês de março de 2015. Os posts são visualizados em questão de segundos, no exato momento do ato da publicação, os quatro cantos do mundo podem acessar a informação dada por aquele que fez a publicação. Os cabo-verdianos participam ativamente nas redes sociais. O facebook tornou-se uma ferramenta de crucial importância nas amizades, nas políticas, nos eventos, nas músicas, etc.

Assim, *Fulano B* se viu obrigado a sair da comunidade do facebook porque foi intensamente “apedrejado” pela maneira de expressar seus sentimentos de pertença, o seu eu, e a maneira de ver e de respeitar a identidade dos outros. Portanto, segundo a socióloga e cientista política, Maria Benevides, “400 anos de

³ Manjacos é um termo considerado polissêmico porque variou o seu significado de acordo com a época política de Cabo Verde. No momento da independência de Cabo Verde, esse termo tinha um significado valorativo na medida em que representava os valores culturais de Cabo Verde numa aproximação com a África. Por outro lado, apresentou um significado pejorativo na época em que entram novos símbolos, novas vozes e enfim nova identidade e houve aproximação política com a Europa, depois de 1990. Manjacos são povos que habitam regiões da Guiné-Bissau, Senegal e Gambia e falam português e crioulo.

escravidão é mesmo uma herança maldita. Os senhores fidalgos consideravam que o negro africano, e seus descendentes, não tinham direitos porque não o mereciam, e não o mereciam porque não eram pessoas, mas sim propriedade. Para ser pessoa e para ter direitos era preciso merecer – em função do lugar onde nasceu, da cor da pele e das relações sociais e poder vigentes. De fato, esta noção de valores ainda prevalece, no mundo, nos casos de discriminação como o preconceito, e até eliminação física por motivos étnicos, socioeconômico etc,” (BENEVIDES, 2008, p.142). Segundo o filósofo Charles Taylor, ninguém faz juízos que podem estar certos ou errados. Os juízos fazem-se para exprimir agrado ou desagrado, para apoiar ou rejeitar outra cultura (TAYLOR, 1994, p. 90). A conversa através da página do *facebook* relata exatamente essas características que Taylor e Benevides observaram. Com base no senso comum tal fato remete à herança cultural a que Benevides se refere – passado de escravidão. O juízo de valor do “indivíduo B” mostra o desagrado ou rejeição pela cultura africana, ou seja, o julgamento desse sujeito teve origem na era da escravidão como mostra Benevides (2008, p.142), o africano não era considerado humano mas sim propriedade do colonizador. Subentende-se que pode descartá-lo quando já não se precisa mais dele, como propõe o *Fulano B*, que argumenta que os africanos tem que morrer porque gastam oxigênio e dinheiro.

Além da raça, condições econômicas, cor da pele, outros fatores influenciam a marcação da identidade cabo-verdiana como os símbolos que serviram de fator de unidade em Cabo Verde, como também a conotação da cabo-verdianidade, do mestiço, da sua língua – crioulo, do seu território, da sua religião, da bandeira, do hino (esses dois últimos elementos só foram definidos na década de 1990). Contudo, esses fatores determinantes da unidade nacional, não foram suficientemente determinantes ou capazes de fortalecer a definição de: O QUE É SER CABOVERDEANO? Pois, muitas dúvidas ainda transcendem esse debate, muitas vezes tenso. No entanto, o presente trabalho tem como objetivo estudar a nação cabo-verdiana e a inserção dos direitos humanos, nas décadas de 1980 a 1990, posterior à independência, afinal como foi definido ou “tatuado” o ser cabo-verdiano nessas conjunturas históricas?

Fatos como acima relatado foram o fio-condutor que gerou o problema dessa pesquisa. Assim, pretende-se nesta dissertação, entender como vem ocorrendo o processo multifacetário de construção da nacionalidade e de consolidação do Estado nacional cabo-verdiano, juntos à questão dos direitos humanos.

Ficar-se-á atento às novas classificações e princípios de identidade que se expressam dentro dos diferentes projetos que ajudaram a nação cabo-verdiana a se construir ao longo desses anos. Torna-se interessante saber qual o peso da África e da Europa na construção da identidade dos habitantes das ilhas de Cabo Verde.

Considera-se, como hipótese defendida, que a identidade, a constitucionalidade e os direitos humanos são “territórios” de disputa política nos “projetos imaginados” na medida em que todos esses fatores identitários são frutos de fatos históricos, culturais e também da construção da consciência nacional, da Nação e do “Eu” cabo-verdiano. A ideia de construção da nação se baseia, portanto, nos fatores básicos culturais onde os fatores homogêneos tendem a predominar sobre os fatores heterogêneos. Neste caso específico, a mestiçagem seria o fator homogêneo predominante. Mas não se deve deixar de lado os fatores heterogêneos que também contribuíram nessa construção. Com relação aos direitos humanos acreditamos que essa construção permanente tem favorecido na sua efetivação como inerente à pessoa humana.

1.2. Questões teóricas e conceituais

Por que e para quê fazer parte da nação cabo-verdiana? O que nos leva a matar ou morrer por nossa pátria? O que identifica a união do povo cabo-verdiano? O que gera nesse povo, um sentimento de pertencimento? O que os faz cabo-verdianos? São certas questões que vários autores que se propuseram estudar a identidade nacional buscam responder até os dias atuais.

Neste primeiro capítulo, far-se-á uma discussão teórica, procurando analisar as propostas de identidades formuladas por autores com inúmeras concepções concernentes às conceituações, critérios de construção da nacionalidade, interesses, visões e conflitos que permearam as obras desses intelectuais que discutiram e pensaram a identidade nacional e direitos humanos.

Portanto, pretendemos focar nos conceitos da identidade nacional para que possamos ter base e argumentos para entender e compreender como se deu a construção da identidade nacional cabo-verdiana. Destacam-se, neste sentido, autores como Benedict Anderson com a obra *Comunidades Imaginadas* (1983); Stuart Hall com o ensaio *A identidade cultural na pós-modernidade* (1992); e, Charles Taylor com o seu livro intitulado *Multiculturalismo* (1998), aqui mencionados nas primeiras edições.

Para chegar ao conceito da nação ou identidade nacional, alguns conceitos como nacionalismo e nacionalidade foram definidos e serviram-lhes de molde.

Segundo Guimarães (2008), na sua obra *Nação, Nacionalismo e Estado*, o “nacionalismo pode ser considerado pelo desejo da afirmação e de independência política diante de um Estado estrangeiro opressor ou quando já se tornou independente, deseja-se um tratamento igual ou melhor do que o concedido ao estrangeiro. É o sentimento de considerar a nação a que se pertence, por uma razão ou por outra, melhor do que as demais nações, com mais direitos, sendo manifestações extremas desse sentimento a xenofobia, o racismo e a ignorância imperial” (GUIMARÃES, 2008). Podemos afirmar que o histórico do país em estudo, não foge a essa definição.

A nacionalidade pelo olhar jurídico atribui a um indivíduo os seus direitos frente ao Estado, determinando este indivíduo como nacional. Esses direitos são de residência, de trabalhar no território nacional, do cidadão (votar e ser votado), dentre outros. Por outro ângulo, pode-se perceber que a sociologia entende a nacionalidade como nação ou grupo étnico. Este engloba os itens da cultura, religião, território, etc.

Portanto, nacionalidade constitui um direito crucial da pessoa humana, consagrado a nível do Direito Internacional Público, conforme a Declaração

Universal dos Direitos Humanos-DUDH. No corpo do texto (DUDH), no seu artigo 15 está determinado que toda pessoa tem o direito a uma nacionalidade e ninguém pode ser privado arbitrariamente dela, nem terá negado o direito de trocá-la (ONU, 2009).

Alguns autores veem a identidade nacional como algo moderna construída no século XVIII e que desenvolveu-se plenamente no século XIX. Então, antes dessa época não se pode falar das nações propriamente ditas, nem na Europa, nem em outras partes do mundo. As nações e os nacionalismos aparecem na cena histórica entre 1830 e 1880, momento do liberalismo triunfante. Eric Hobsbawm, historiador marxista britânico, que estuda a construção de Estado-nação, vai trazer “três critérios que permitem a um povo ser classificado como nação”. São eles:

1. “o primeiro destes critérios era sua associação histórica com um estado existente ou com um estado de passado recente durável.”
2. “O segundo critério era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito”.
3. “O terceiro critério, portanto, já haver um estado de fato que possuísse uma língua e uma cultura comuns, além de demonstrar força militar”. (HOBBSAWM, 1998, p.49).

Deste modo, a condição da existência de uma nação, seria a de ter um Estado de fato, que possuísse uma língua e uma cultura comum, além de demonstrar força militar, isto é, possuir fatores simbólicos que funcionam como se fossem “provas” desse Estado, assim como foram construídas as nações ou identidades nacionais europeias. Salienta-se bem que esses símbolos exigem sua originalidade como: bandeira, hino, história de raízes comuns, língua comum, folclore e outros símbolos oficiais populares.

Em obra recente, a historiadora Thiesse (1999) explicou bem esse fenômeno ao salientar que: “As identidades nacionais não são fatos naturais, mas, construções. A lista de elementos de base de uma identidade nacional é hoje bem

conhecida: ancestrais fundadores, uma história, os heróis, uma língua, monumentos, certas paisagens e um folclore” (TIESSE, 1999, p. 322).

Destarte, o cientista político e professor na Universidade Cornell, Anderson (2008) afirma que o nacionalismo não nasce na Europa mas sim na América com o deslocamento das elites crioulas em relação à Espanha e à Inglaterra. Anderson relata que a independência dos EUA (1776) serve de modelo para as outras repúblicas latino-americanas, que apareciam nas primeiras décadas do século XIX. O Haiti seria, talvez, um caso à parte, já que foram os ex-escravos que promoveram a independência, liderados por Toussaint Louverture. As elites crioulas temiam que o exemplo do Haiti se alastrasse, o que não aconteceu. Anderson acusa de eurocentrismo, os pesquisadores europeus que persistem considerando o nacionalismo como uma invenção europeia. Anderson complementa que, o aumento do controle em Madrid e a difusão de ideias liberalizantes do Iluminismo foram fatores cruciais para que as comunidades crioulas desenvolvessem concepções tão precoces da condição nacional – *nations ness* (ANDERSON, 2008, p. 86-88).

A nacionalidade, porém não é um fator biológico que nasce com o indivíduo, mas é um sentimento de identificação nacional que é construído porque é imaginado, como afirma Benedict Anderson, apontando para as nações que nascem como “comunidades imaginadas”. Essas nações são simplesmente invenção ou narrativa inventada (não significando ser irreal), uma construção e, mais do que isso, são como as nacionalidades que incorporam os produtos culturais específicos.

O referido autor que também segue a linha de pensamento do filósofo e sociólogo, Walter Benjamim que declara que “A história humana é uma invenção”. Demonstrando sobre o caráter real ou irreal das comunidades imaginadas, Anderson, propõe que: “as comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (ANDERSON, 2008, p. 33). Então, em alguns lugares a identidade nacional poderá estar condicionada à língua, ao passado, em outros, à “raça”, aos hábitos ou ao

temperamento do povo, isto é, cada país, grupo ou classe poderá imaginar uma proposta de identidade que se modificou no tempo e no espaço.

Destarte, Benedict Anderson tenta deixar clara a relação do nacionalismo com os elementos simbólicos, quando afirma que: “O que estou propondo é o entendimento do nacionalismo alinhando-o não a ideologias políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes sistemas culturais que o precederam, e a partir dos quais ele surgiu, inclusive para combatê-los” (ANDERSON, 2008, p. 39). Ainda segundo Anderson:

A dificuldade, em parte, consiste na tendência inconsciente que as pessoas têm de hipostasiar a existência do nacionalismo com-N-maiúsculo (como se alguém pudesse ter uma Idade-com-I-maiúsculo e, então, de classificá-lo como uma ideologia. Nota-se que todos temos uma idade, a Idade é apenas uma expressão analítica. Penso que valeria a pena tratar tal conceito do mesmo modo como trato o ‘parentesco’ e a ‘religião’, em vez de colocá-lo ao lado do ‘liberalismo’ ou do ‘fascismo’ (ANDERSON, 2008, p. 31-32).

Anderson(2008, p. 32), através destas expressões e revelações, esculpe o conceito da nação como sendo “uma comunidade política imaginada – e *imaginada* como sendo intrinsecamente limitada e ao mesmo tempo soberana”. Elucidando melhor, “imaginada – porque seus membros jamais se conhecerão ou se encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda, na mente de cada um existe a imagem de sua comunhão, isto é, há um enorme vínculo entre seus membros, ainda que não se conheçam”.

Segundo o autor, a nação é imaginada como *limitada* porque possui fronteiras ainda que elásticas as separem de outras nações. Até a maior das nações, incluindo milhões de seres humanos vivos possui fronteiras finitas, mas elásticas, para além das quais se situam outras nações. Nenhuma das nações se imagina a si mesma como tendo os mesmos limites que toda a humanidade. “Nem os nacionalistas mais messiânicos têm o sonho de um dia, todos os membros da espécie humana integrarem a sua nação da forma como era possível, em certas épocas, por exemplo, os cristãos sonharem com um planeta inteiramente cristão (ANDERSON, 2008, p.33).

Portanto, é imaginada, segundo ele, como *soberana* por ser laica e independente de uma dinastia ou de ordem divina, o que lhe dará a liberdade, ou seja, porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução destruíam a legitimidade do reino dinástico hierárquico e de ordem divina. Tendo atingido a maturidade numa fase da História humana em que até os mais devotos crentes de qualquer religião universal se viam inevitavelmente confrontados com o pluralismo vivo dessas religiões e com o fato de as pretensões ontológicas e o âmbito territorial de cada fé serem alomórficos, as nações anseiam por ser livres e, ainda que sujeitas a Deus, por ser diretamente livres. O Estado soberano é o garante e o emblema dessa liberdade (ANDERSON, 2008, p.34).

A nação ainda é imaginada como uma *comunidade*, pois, independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda. É essa fraternidade que torna possível que, nos últimos dois séculos, tantos milhões de pessoas, não tanto matassem, mas quisessem morrer por imaginários tão limitados (ANDERSON, 2008, p.34).

A identidade nacional seria para Benedict Anderson uma abordagem que privilegia o sentimento de pertença a uma nação, constituída por meio de simbologias, sistemas de valores, crenças e ideologias, criadas para dar unidade à identidade coletiva. Isso sem perder de vista que, toda afirmação de identidade nacional é situada histórica e estrategicamente, dependendo da situação vivida pelos indivíduos.

A criação das nações ou Estado-Nação moderno se associa ao surgimento dos diversos nacionalismos. A nação se refere à formação de Estados Modernos. O declínio destes dará origem aos nacionalismos.

O teórico cultural e sociólogo, Hall (2004), vem reforçar a linha do raciocínio do Anderson, o de que as identidades são construídas socialmente por meio de representações culturais, ou seja, essa construção requer que o homem como ser autônomo sinta que ele pertence a um grupo, pois a nação como sendo comunidade simbólica seria capaz de gerar igualdade e lealdade e marcar vínculos identitários. Este autor aborda a nação como uma forma que distingue a

sociedade moderna e sua importância na fomentação de um sistema de representações simbólicas em que o sujeito passa a adquirir uma ideia de pertencimento e de identificação.

Com isso, tenta nos convencer que as identidades são, não essencializadas, não fixas e não homogêneas, mas sim permeáveis e fluidas. A identidade pode ser vista de uma forma múltipla em um único sujeito, na medida em que se refere à maneira como nos vemos e também somos vistos, como nos identificamos e somos identificados.

Segundo Hall (2004), três diferentes concepções de identidade se relacionam às visões de sujeito ao longo da história. A inicial delas é designada "identidade do sujeito do Iluminismo", que revela um aspecto individualista de sujeito, marcado pela contração e unificação, em que prevalece a capacidade de razão e de consciência. Deste modo, entende-se que o sujeito é como um portador de um núcleo interior que emerge no nascimento e prevalece ao longo de todo seu desenvolvimento, de forma contínua e idêntica. Já a segunda, a "identidade do sujeito sociológico", considera a complexidade do mundo moderno e reconhece que esse núcleo interior do sujeito é constituído na relação com outras pessoas, cujo papel é de mediação da cultura. Nessa visão, que se transformou na concepção clássica de sujeito na sociologia, o sujeito se constitui na interação com a sociedade, em um diálogo contínuo com o mundo interno e externo. Ainda permanece o núcleo interior, mas este é constituído pelo social, ao mesmo tempo em que o constitui. Assim, o sujeito é, a um só tempo, individual e social; é parte e é todo (HALL, 2004, p.10-12).

A terceira e a última concepção de identidade é a do sujeito pós-moderno, que não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas consagra uma identidade formada e transformadora de uma forma contínua e que pode sofrer influência de forma como é apresentada ou interpretada pelos diferentes sistemas culturais. Neste sentido o sujeito incorpora as marcas históricas não biológicas e adere às múltiplas direções que as identificações podem ser continuamente deslocadas (HALL, 2004, p. 13).

Destarte, frente à multiplicidade de significações e representações sobre o que é o homem na pós-modernidade, o sujeito se confronta com inúmeras e cambiantes identidades, possíveis de se identificar, mas sempre de forma temporária. Logo, o sujeito pós-moderno se caracteriza pela mudança, pela diferença, pela inconstância, e as identidades permanecem abertas. Apesar desta visão de sujeito soar como perturbadora visto seu caráter de incerteza e imprevisibilidade resultante do deslocamento constante, segundo Hall, ela tem características positivas, pois se, de um lado, desestabiliza identidades estáveis do passado, de outro, abre-se a possibilidade de desenvolvimento de novos sujeitos.

Hall (2004) traz essa questão da influência que o sujeito sofre ao longo do tempo e que mexe com sua estrutura identitária. O multiculturalismo se prolifera e contribui para a desestabilização ou camuflagem da definição da identidade na medida em que comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum mas, ao mesmo tempo, retêm algo de sua identidade “original”.

O sujeito se encontra, portanto numa permanente mudança e transformação e as identidades como se “aproveitassem” disso para se renovarem. Quer dizer, a consequência destas transformações permanentes é o surgimento de outras identidades que levam a mudança no conceito de identidade e de sujeito já que as identidades são “descentradas”, deslocadas e fragmentadas. Simples definir identidade nestas condições? Não se torna possível ou fácil oferecer afirmações de uma forma conclusiva sobre a identidade por meio destes complexos elementos apresentados por este autor.

Segundo Taylor (1998), a identidade significa aquilo que somos “de onde nós provimos.” É o ambiente no qual os nossos gostos, desejos, opiniões e aspirações fazem sentido. “A descoberta da minha identidade é uma negociação entre eu e os outros, ou seja, a minha identidade depende decisivamente das minhas reações dialógicas com os outros” (TAYLOR, 1998, p. 54). A identidade teria suas origens nas histórias das sociedades ocidentais e surge a meio de duas mudanças:

- 1- Substituição de valor da honra que estava ligada a hierarquia social onde a dignidade se dava através da posição social.

A identidade surge através da autenticidade, isto é, identidade individualizada, particularmente minha, e que descubro em mim. O ideal da autenticidade à ideia de que “cada um de nós têm um modo original de ser humano: cada um tem sua própria medida. Assim, o homem e sua identidade devem ser reconhecido por suas particularidades e descobertas internamente, que nas palavras de Taylor: É a partir desta condição que o homem se transforma em agente humano pleno, capaz de compreender a si mesmo e de definir sua identidade por meio da aquisição de ricas linguagens humanas, utilizando-as para se expressar. O exercício dialógico propicia a formação e reconhecimento das identidades individuais e coletivas e pode ser exercido tanto no plano íntimo através da relação do indivíduo com outros significantes, como no plano social, ou seja, na esfera pública através da política de reconhecimento igualitário que gera identidade de grupo (TAYLOR, 1998).

Sob o olhar da política de reconhecimento, o referido autor refina o seu pensamento afirmando que a exigência do reconhecimento no multiculturalismo adquire uma certa premência devido à suposta relação entre o reconhecimento e a identidade, traduzindo assim, na maneira como o próprio indivíduo se define. A política da diferença pretende a universalização dos direitos e garantias para todos os indivíduos, esta pugna pelo reconhecimento universal da identidade singular do indivíduo ou de um grupo que são distintos dos demais.

Diante dessas designações de identidade Taylor também destaca que “não há dúvida de que são cada vez mais as sociedades que se estão a tornar multiculturais, no sentido de incluírem mais do que uma comunidade cultural que pretende sobreviver” (TAYLOR, 1998, p. 82). O reconhecimento do multiculturalismo é para Taylor um elemento crucial para a democracia uma vez que possibilita defender a integração dos grupos na rede cultural nacional. “As sociedades estão a tornar-se cada vez mais multiculturais e, ao mesmo tempo, mais permeáveis. Na verdade, são duas tendências que se desenvolvem em conjunto. A permeabilidade significa que as sociedades estão mais receptivas à

migração multinacional: são mais os membros cujo centro se situa noutra parte qualquer, que passam a conhecer uma vida de diáspora. Este é o grito de Taylor chamando atenção ao reconhecimento do valor igual das diferentes culturas: “que as deixemos, não só sobreviver, mas também admitamos o seu mérito” (TAYLOR, 1998, p. 84). O reconhecimento não traduz somente as questões de raça, etnia, sexo mas, também compreende as questões morais que leva o indivíduo a ter respeito as diferenças de cada um e de cada cultura.

Destarte, a identidade então passa por elementos que o definem como parâmetros simbólicos, mas que provam a originalidade de um Estado, isto é, esses elementos são vistos na língua comum, nas histórias com raízes mais longínquas possíveis, nos heróis nacionais, na bandeira, no hino e nos mais outros símbolos oficiais populares que permitam esse povo a ser reconhecido (TAYLOR, 1998).

A identidade nacional é construída, dialogicamente, a partir de uma autodescrição da cultura. Toda a afirmação de identidade nacional é situada histórica e estrategicamente, dependendo da situação vivida pelos indivíduos; assim, também o conceito de nação, marcado historicamente por ideias sintetizadoras, podendo ser pensado de forma múltipla e plural, considerando-o não restrito exclusivamente à língua, ao território, à religião ou à raça, embora todos esses referenciais sejam construtores de identidade nacional.

Benedict Anderson delineia fatores que nos induzem a entender, como o modelo de explicação racional que engloba o sujeito do iluminismo, que segundo Stuart Hall, possui característica individualista e unificada que encerrava a identidade nela mesma, supriu o modelo de explicação teocêntrica ou religiosa. Por meio de variáveis como jornais e romantismo, assistiu-se à queda do modelo teocêntrico e ao mesmo tempo, o surgimento do modelo de explicação racional. Esse modelo que atrela ao iluminismo veio restabelecer o sentimento comum de unidade entre as pessoas que não existia antes disso.

Anderson (2008, p.54) frisa o que o sociólogo Walter Benjamin denomina de “tempo messiânico”, uma simultaneidade de passado e futuro em um presente instantâneo. A simultaneidade é alheia a nós, e vista por ele como um “tempo

vazio e homogêneo”, ou seja, um tempo transversal, que se cruza, marcada pela coincidência temporal e medida pelo relógio e pelo calendário. O tempo relógio e o tempo calendário ou o tempo capitalismo e o tempo tradicional podem ser distinguidos da seguinte forma: “O tempo dos relógios é o 'tempo homogêneo e vazio' que é preenchido qual um recipiente, que vai acomodando, indiferente, acontecimentos que caem 'dentro dele'”. O tempo do calendário, ao contrário, não se desenrola mecanicamente, pontua a existência com 'dias de recordação', momentos que capturam o tempo em 'pontos de concentração'. Nestes dias as coisas lembradas subitamente se tornam 'atuais', retornam à existência 'nos momentos de recordação'. O tempo tradicional era o tempo marcado pelas festas rituais, pelos acontecimentos coletivos. Era um tempo concreto, vivido, percebido como duração real. O tempo do capitalismo é o tempo do sempre igual, o tempo mecânico, abstrato, vazio - é o tempo da linha de montagem e da jornada de trabalho (ANDERSON, 2008, p. 54).

O exemplo desse “tempo vazio e homogêneo” é dado através do romance e do jornal que representam a nação como imaginada. O romance apresenta a simultaneidade num tempo vazio, homogêneo na medida em que coisas acontecem ao mesmo tempo; os leitores sabem, mas, os personagens envolvidos na trama podem estar despercebidos uns em relação aos outros. Isto nos remete a fala de Anderson: um americano nunca encontrará ou conhecerá a grande maioria de seus compatriotas, nem tem mínima ideia do que estão fazendo, porém, tem a completa confiança em sua atividade simultânea, anônima e constante (ANDERSON, 2008, p. 32). O jornal é um produto cultural. As informações simultâneas contidas neste veículo mostram como o vínculo entre os membros do grupo é imaginado. Há uma coincidência cronológica dada pela data do cabeçalho. Assim como a ideia de nação, o jornal representa o avanço constante do “tempo vazio e homogêneo”.

As línguas sagradas, mais precisamente o Latim, então deram espaço aos vernáculos que surgiram ao andar da solidificação do capitalismo tipográfico e de novas formas da sociabilidade entre as pessoas - surgem línguas vernáculas

escritas que lideram e disseminam as formas de conhecimento e reconhecimento das pessoas. Anderson salienta:

[...] houve um rebaixamento gradual da própria língua sagrada. Escrevendo sobre Europa Ocidental medieval, Bloch observou que 'o latim era não só uma língua em que se ensinava, como também a única língua ensinada'. (A palavra 'única' mostra muito claramente o caráter sacro do latim – nenhuma outra língua era digna de ser ensinada.). Mas, no século XVI, tudo isto estava mudando rapidamente. Não precisamos nos deter aqui nas razões dessa mudança: a importância fundamental do capitalismo tipográfico [print-capitalism] será tratada mais adiante. Basta lembrarmos a escala e a velocidade em que ele se desenvolveu. Febvre e Martin calculam que 77% dos livros impressos antes de 1500 ainda eram em latim (o que significa porém, que 23% deles já eram em vernáculo). Se, entre as 88 edições impressas em Paris em 1501, apenas oito não eram latim, após 1575, a maioria era sempre em francês (ANDERSON, 2008, p. 46).

Antes da imprensa, na Idade Média, segundo Anderson (2008), a transmissão de uma determinada tradição cultural se dava basicamente via oral e visualmente sendo que não era de muita importância saber ler e escrever.

A imprensa desempenha um papel fundamental, capaz de gerar a simultaneidade do conhecimento vivo, da reprodutividade e da disseminação dos saberes, segundo o referido autor. Quer isto dizer que, as nacionalidades modernas são coesas porque são imaginadas, fazem sentido para os que imaginam, porque é imaginada individualmente por cada um. Sem texto sagrado, assiste-se a uma queda brusca da importância da religião para o meio social e a queda da língua sagrada, Latim, e conseqüentemente o fim do poder dinástico, do domínio divino de um rei. O Novo Mundo contempla a coesão dos grupos na medida em que tudo coexiste, fatos em locais diferentes interligam pessoas e "confecciona" consciência de um compartilhamento temporal.

Portanto, a língua, mesmo no processo gradual da sua implantação se tornou uma ferramenta primordial, onde pensar a nação começaria. A identidade pós moderna surge envolto a concepção de identidade sociológica em que o sujeito está subordinado a interação entre o sujeito (interior) e a sociedade (exterior). Nesse sentido, a identidade não se fechava nela mesma como acontecia com o sujeito do iluminismo. Além dessa forma, a relação do indivíduo e sua cultura também contribuía para a noção pós-moderna da identidade. Ao

mesmo tempo, a identidade deixa de ser algo fixo, o que faz com que ela não se defina por uma essência, na medida em que não é dada e nem descoberta, mas sim criada e inconstante.

De acordo com Hall (2004, p.46), a cultura nacional procurou unificar a identidade cultural a fim de suprimir, enquanto afirmação identitária, os conceitos de classe, gênero e raça. Esta identidade nacional desconsiderou as diferenças existentes em seu interior e colocou todos em um mesmo ponto em comum. E como dito pelo mesmo autor, “a cultura nacional é, portanto, uma estrutura de poder cultural que tenta impor uma hegemonia cultural mais unificada”.

Destarte, falando do caso em estudo, pode-se afirmar que a hegemonia cultural também contou com a intermediação cabo-verdiana na estrutura de poder colonial português, enquanto funcionários juntos das outras colônias africanas. Esses autores (Anderson, Hall e Taylor) nos permitem observar, no caso de Cabo Verde, por exemplo, que a hegemonia cultural dos “claridosos” teve a intenção de colocar os elementos culturais africanos fora de prática. Isso abrange excluir os cabo-verdeanos negros do ponto de vista ideológico e político. A luta reflete Cabo Verde vs. África, Cabo Verde vs. Europa, cultura “*badia*” vs. cultura “*sampadjuda*”⁴, e pele clara vs. pele escura.

O conceito de cor de pele, de nariz largo, lábios espessos e cabelo “duro”, por exemplo, só existe, na medida em que há uma ideologia que atribui significados a esses conceitos. Estes conceitos refletem as fixações identitárias, porém, como dito, existe uma ideologia e tendências por trás desses conceitos que tentam afirmar uma cultura em detrimento da outra. Hall (2004) condensa essas afirmações dirigindo seu olhar à globalização. Esse fenômeno rompe fronteiras nacionais e desloca significados já unificados para um novo significado flutuante e, ao mesmo tempo exige o discurso das afirmações identitárias como estratégia de resistência a globalização. Assim, o autor trata a noção do tempo e espaço essenciais para as culturas, uma vez que isso desintegrava fronteiras. O

⁴ O “movimento claridoso”, surgido dos intelectuais que fundaram a revista *Claridade* (1936), é discutido no início do capítulo II. Nesse momento o mais importante é apresentar as duas expressões crioulas: “Badia” é um termo que designa os habitantes da ilha de Santiago, assim como “sampadjudo” é o termo utilizado para os habitantes das demais ilhas de Cabo Verde. Os dois termos encontram-se em Crioulo de Cabo Verde.

consumismo cultural engloba as questões da globalização que suprime as diferenças e contribui para uma homogeneização cultural.

Diante desses conceitos, não se pode perder de vista a importância dos direitos fundamentais que o ser humano possui, pelo fato de ser humano, por sua própria natureza e pela dignidade que a ela é inerente.

Pretende-se testar esses conceitos nos próximos capítulos retratando especificamente o caso de Cabo Verde nos projetos construídos pelo Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde – PAIGC, no momento africano, 1975-1980; pelo Partido Africano para Independência de Cabo Verde – PAICV, na década de 1980; e, pelo Movimento para Democracia – MPD, depois de 1990.

1.3. Corpus e materiais da pesquisa

As decisões sobre os processos metodológicos não são decisões autônomas e independentes, variam em função da natureza do problema em estudo. Deste modo, e uma vez que o que pretendemos é apreender e interpretar pensamentos e ações dos atores intervenientes no processo de construção e formação da identidade cabo verdiana procuramos aferir da consciência dos mesmos, por forma a compreender como funciona a questão da agência e estrutura neste processo.

Portanto, a metodologia adotada para a elaboração deste trabalho assenta nas grandes linhas de orientação desenvolvidas pelo método de investigação em Ciências Sociais. Buscamos sustentar os nossos conhecimentos em quadros teóricos e metodológicos explícitos, pois não é nossa intenção alcançar verdades absolutas, mas antes, contribuir para a construção de uma síntese e com novas reflexões sobre o confronto da temática proposta entre identidade nacional e direitos humanos.

Para o corpus da pesquisa propõe-se, em primeiro lugar, uma divisão em etapas, depois uma integração metodológica, sem prejuízo para a validade e

confiabilidade dos seus resultados. Este estudo centra-se essencialmente em uma abordagem qualitativa uma vez que abrange a pesquisa documental e bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica assenta-se principalmente nas fontes escritas e memórias literárias, como forma de se criar elementos-chave para desencadear o texto. Abrange igualmente a leitura e a análise das imagens, fotocópias e mapas. Enquanto que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador trazendo contribuições relevantes no estudo deste tema. Os documentos tornam aqui importantes fontes de dados. A pesquisa então trará a análise dos documentos oficiais como programas dos governos e as Constituições da República de 1980, 1992, e suas retificações desde independência; e análise dos símbolos, dos hinos, jornais, decisões ou deliberações tomadas em diferentes reuniões entre entidades da República.

Nos jornais privilegia-se o pensamento e interpretações da geração do PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde) e MPD (Movimento Para Democracia) para o efeito da construção da nação cabo-verdiana ao longo destas gerações. A imprensa torna um elemento crucial na busca de informações do passado de um povo, como diz o Anderson, e principalmente na busca das informações sobre a construção da Nação e o Estado. Ela preserva o registro de memórias e histórias dos acontecimentos que podem ajudar no momento da elaboração deste tema.

Leva-se em consideração que há um porém nesses documentos, essencialmente aos jornais da época do partido único. As informações contidas podem não ser ímpares a referida época na medida em que tudo estava no controle do partido único sendo que “as informações e comunicações constituíam propriedades do Estado”.⁵

Far-se-á em seguida o cruzamento dos dados bibliográficos, documentais e históricos; produção textual com base no resultado das conclusões oriundas da

⁵ REPUBLICA DE CABO VERDE. Lei de Organização Política do Estado (LOPE) 1980, art. 11, p. 7

compilação das informações obtidas; sistematização, organização e produção textual da dissertação.

1.4. Estrutura narrativa e procedimentos metodológicos

O trabalho compreenderá três capítulos, além das considerações finais. O primeiro capítulo trata da introdução dessa dissertação englobando o problema da pesquisa; as questões teóricas e conceituais relevantes para o desenvolvimento e a compreensão do tema, quais sejam as identidades; o multiculturalismo e a nação. E traz também a montagem do corpus e materiais da pesquisa e por último desenvolve-se a análise acerca da estrutura narrativa e os procedimentos metodológicos. Para isso, pretendeu-se percorrer alguns autores principais como: Benedict Anderson (1983), Stuart Hall (1992) e Charles Taylor (1998) sobre a ideia de uma “construção identitária” pautada na ideia de representação de Cabo Verde.

O segundo capítulo, com o título de “Os Direitos Humanos e os Contextos cabo-verdianos” pretende relatar em primeiro momento as aproximações africanas e europeias no regime do PAIGC e MPD respectivamente como forma de perceber o peso da influência que o país recebe desses dois distintos continentes sugando a existência, o tratamento e o desenvolvimento dada aos direitos humanos. Anseia-se mostrar a parte geográfica desse país, tal como a história, ciência política e o tratamento dos direitos humanos em Cabo Verde.

Pretendeu-se fazer uma breve retrospectiva histórica e contextual de Cabo Verde, da qual deriva as questões que norteiam este trabalho. Deter-se-á mais detalhadamente no tratamento do processo de luta pela independência dirigida pelo PAIGC para libertar o país de jugo colonial português e a separação de Cabo Verde com a Guiné-Bissau. Pretende-se com isso esclarecer como o PAIGC/PAICV pensaram ou imaginaram a nação e como trataram as questões dos direitos humanos como direitos civis, direitos trabalhistas. O autor adotado para esta secção será o Amílcar Cabral com a sua ideia da “unidade e luta”.

No terceiro capítulo discutiremos as constituições do país, nomeadamente a de 1980 e a de 1992 que foram duas datas marcantes para a definição identitária dos cabo-verdianos. A primeira quando se colheu o fruto da independência e a segunda quando houve o processo de abertura ao pluralismo político apoiado na democratização da sociedade cabo-verdiana no final do século XX. Ficar-se-á atento também com as questões relacionados aos direitos humanos, as aproximações africanas e europeias através dos fatores simbólicos.

Capítulo II – OS DIREITOS HUMANOS E OS CONTEXTOS CABOVERDIANOS

2.1. Aproximações Africanas: o momento PAIGC-PAICV e o nacionalismo africano

Período colonial

Geograficamente as ilhas de Cabo Verde estão situadas na Oeste da Costa Ocidental africana, um país insular, com uma área geográfica de 4033 km², com uma população aproximadamente de 1.000.000 de habitantes. O arquipélago de Cabo Verde é constituído por 10 ilhas sendo 9 habitadas e uma desabitada, Santa Luzia. As ilhas são agrupadas de duas formas, o grupo de Barlavento situado a Norte formado por Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa vista e o grupo de Sotavento situado a Sul, composto pelas ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava (OLIVEIRA, 2010 p.16).

Os portugueses chegaram às ilhas de Cabo-Verde, em 1460 por intermédio de Antônio da Noli a serviço da coroa portuguesa, desabitada, estas ilhas logo despertaram interesse da coroa por sua beleza natural. O então Rei de Portugal Dom Afonso V, deu as ilhas de presente ao seu irmão Dom Fernando, que logo fez questão de mandar ocupá-las com os seus homens. Começaram a colonizá-las por meio de capitánias hereditárias- modelo de povoação que a coroa portuguesa tinha implantado nas ilhas de Açores e Madeira, dois anos mais tarde, ao trazerem escravos africanos para plantar algodão, árvores de fruto e cana-de-açúcar (OLIVEIRA, p.17-18).

Com a prosperidade, vieram piratas franceses, holandeses e ingleses que atacaram as ilhas inúmeras vezes durante os séculos seguintes. Com esses ataques muitos escravos fugiam para o interior da ilha de Santiago acabando por formar comunidades de africanos livres, que mais tarde vieram a ser conhecido como “*badius*” cuja a maioria da população é negra (MONTEIRO, 2008).

Segundo Monteiro, com a ascensão econômica dos não brancos que abraçaram o estilo de vida dos brancos enviando os seus filhos para estudar fora

do país, começou a surgir a ideologia Mestiça. Sendo a maioria filhos de uma nativa e um branco, das ilhas onde a concentração do colonial era muito forte, ilhas do Fogo, Santo Antão, São Nicolau e mais tarde São Vicente, estes sempre gozaram de certas regalias, que os nativos de outras ilhas de grande maioria negra, nem sonhavam ter. Esta nova elite acabou por se tornar a ponte entre o arquipélago e as autoridades coloniais (MONTEIRO, 2008, p. 31).

A ilha de Santiago, a mais povoada entre as ilhas Cabo-verdianas teve uma formação de elite mais tardia e devagar, devido ao tardio processo de emigração. Mas aconteceu essa formação, elites esses que viriam a disputar com as famílias brancas e originou um grupo de intelectuais nesta ilha (MONTEIRO, 2008).

Com as mudanças nas estruturas sociais destas ilhas, segundo Monteiro, levou a desaparecimento das famílias brancas que detinham grandes propriedades do arquipélago e a partir desse momento foi possível o surgimento da caboverdianidade como traço cultural de todos os Cabo-verdianos. Gozando de regalias, de filhos de brancos “mestiços” desde muito cedo estes apostaram nas suas formações e logo começaram ascensão dos “mestiços”, através dos pequenos cargos de administração colonial. Os Cargos públicos eram preenchidos por funcionários enviados da metrópole e as velhas elites brancas locais, mas com as frequentes secas no arquipélago havia bastante disputa por esses cargos. Graças a um bom relacionamento entre as forças políticas da Metrópole e a elite Provinciana Branca impossibilitou a esta que detivesse o monopólio dos cargos públicos (MONTEIRO, 2008, p.35).

Com a crise de tensões em Cabo Verde, que envolviam a situações de poder e dominação com componentes raciais na virada do século, surgia assim, um novo grupo chamado de mediadores composta por mestiços cabo-verdianos, que tinha o poder de mediar qualquer conflito de interesse entre a administração colonial e a comunidade local. Estes mediadores que eram intelectuais das ilhas consolidaram essa condição de mediadores devido ao fato de terem conhecimento de meio cabo-verdiano e conheciam os códigos burocráticos e administrativos metropolitano, dando-lhes vantagem em relação aos fundiários que eram enviados de Portugal. Surgia assim, a primeira elite cabo-verdiana, formados por um grupo

de intelectuais orientados para a Nação, que a partir daquele momento presenciavam as negociações e passaram a constituir uma ameaça não só à elite Branca, mas também aos funcionários da metrópole. Estes viriam a ser substitutos da elite branca nas administrações locais (OLIVEIRA, p. 22).

Segundo Madeira (2014), “a tomada de consciência nacional foi-se processando ao longo do tempo, com o progressivo crescimento de uma nova cultura, que englobava a língua, a literatura, a religião, a música, a dança e o modo de sentir e pensar, distanciando-se cada vez mais dos padrões preconizados pelo colonizador”.

Deve-se, de facto, reconhecer que a história de Cabo Verde, como país e como nação está intimamente ligada à sua história literária. A literatura serviu como base de afirmação, instrumento de combate e realização da caboverdianidade, em diferentes momentos da sua história. Através dela sobressai uma nação homogénea, com uma identidade cultural própria, evidenciando a sua posição privilegiada de um entrelaçar de culturas.

Foi o ensino, o motor do nacionalismo, que proporcionou o aparecimento da literatura ligada aos sentimentos e à realidade cabo-verdiana. Primeiro apareceu a literatura no olhar do movimento claridoso e depois apareceu a literatura com uma outra face, ligada aos pensamentos anticolonialista e a seguir uma literatura valorizando os ideais da liberdade e democracia. À luz do autor Anderson, percebe-se que a literatura destaca como um elemento chave na contribuição da construção da “comunidade imaginada” dos cabo-verdianos.

O “movimento claridoso” que antecedeu o projeto do PAIGC-CV foi o primeiro a dar sinal de contribuição para a construção da nação cabo-verdiana. Gozando de suas palavras na revista *Claridade* por volta de 1936, na cidade de Mindelo em Cabo Verde, o movimento relatava a emancipação cultural, social e política dessa sociedade seguindo o modelo português e brasileiro, mas focando principalmente nas raízes que constituíam a vida quotidiana da sociedade em questão. Autores como Jorge Barbosa⁶ (considerado o mentor por este

⁶ Jorge Barbosa nasceu na ilha de Santiago, Cabo Verde, em 1902 e faleceu em Portugal em 1971. Foi um dos membros mais importantes do movimento Claridade. Publicou: *Arquipélago*.

movimento), Manuel Lopes⁷ e Baltasar Lopes⁸ (Osvaldo Alcântara – nome oficial) foram os que participaram nesta revista representando a consciência nacional. Seguiam com o projeto de “fincar os pés no chão” em que abordavam temas relacionados às raízes culturais do arquipélago. O romance abordava temas de passagens geográficas – Pasárgada –, expressando o sentimento de deixar a terra mãe, atravessando o mar e partindo para outros países considerados paraísos.

O mar se tornava um elemento (não pensado em nenhum momento pelos autores que formam a base desse estudo) importante do romance nesse período, tanto no sentido de buscar novos horizontes, novas possibilidades de vida, novos conhecimentos; tanto também ser o motivo para quem decide ficar presa a terra mãe, com o sentimento de medo de atravessá-lo e ficar longe da terra e da família. Além do mar, outros elementos nacionais se tornaram atraentes para esses autores. Nas suas poesias, as montanhas e planícies de uma terra árida e atrelada a seca, constituíam o motivo principal de atravessar aquele oceano. Porém, a hora de partida envolvia sentimentos de amor pela pátria e não querer deixá-la e ao mesmo tempo, o desespero de querer partir devido a situação oferecida pelas terras inférteis convidam o indivíduo cabo-verdiano a querer partir. A terra infértil e a seca chamaram atenção do Jorge Barbosa, que trabalhou o seu romance com essas situações que abalaram o povo cabo-verdiano, a fome, a miséria e também a falta de esperança em um outro dia melhor e sempre fazendo o elo com o mar e com a emigração. Aliás, o principal motivo para a emigração encontra-se nas terras áridas e sem promessas para um futuro melhor.

Abaixo, um poema do Jorge Barbosa que envolve as inspirações e sentimentos que o mar e as ilhas oferecem ao habitado:

São Vicente: Cabo Verde, 1936; *Ambiente*. Praia: Cabo Verde, 1941; *Caderno de um Ilheu*. Lisboa: 1956.

⁷ Manuel Antonio dos Santos Lopes nasceu na ilha de São Vicente, Cabo Verde, em 1907. Conhecido como poeta, contista e conferencista participou do movimento Claridade. Publicou: *Poemas de quem ficou*, 1949; *Chuva Braba*, 1956; *O Galo cantou na Baía*, 1959; *Os flagelados do vento leste*, 1959; *Criolo e outros poemas*, 1964.

⁸ Baltazar Lopes nasceu em São Nicolau, Cabo Verde em 1907. Professor Doutor Honoris Causa pela Universidade de Lisboa. Um dos fundadores da revista *Claridade*. Publicou: *Chiquinhon* (romance), 1947; *O Dialeto crioulo de Cabo Verde*, 1957; *Cabo Verde visto por Gilberto Freire*, 1956; *Antologia da ficção caboverdiana contemporânea*, 1960.

POEMA DO MAR

O drama do Mar,
o desassossego do Mar,
sempre
sempre
dentro de nós!

O Mar!
cercando
prendendo as nossas Ilhas,
desgastando as rochas das nossas Ilhas!
Deixando o esmalte do seu salitre nas faces dos pescadores,
roncando nas areias das nossas praias,
batendo a sua voz de encontro aos montes,
baloçando os barquinhos de pau que vão por estas costas...

O Mar!
pondo rezas nos lábios,
deixando nos olhos dos que ficaram
a nostalgia resignada de países distantes
que chegam até nós nas estampas das ilustrações
nas fitas de cinema
e nesse ar de outros climas que trazem os passageiros
quando desembarcam para ver a pobreza da terra!

O Mar!
a esperança na carta de longe
que talvez não chegue mais!...

O Mar!
saudades dos velhos marinheiros contando histórias de tempos passados,
histórias da baleia que uma vez virou a canoa...
de bebedeiras, de rixas, de mulheres, nos portos estrangeiros...

O Mar! dentro de nós todos,
no canto da Morna,
no corpo das raparigas morenas,
nas coxas ágeis das pretas,
no desejo da viagem que fica em sonhos de muita gente!

Este convite de toda a hora
que o Mar nos faz para a evasão!
Este desespero de querer partir
e ter que ficar!

(In: *Ambiente*, 1941).

Fonte: http://lusofonia.com.sapo.pt/jorge_barbosa.htm

O primeiro estrofe do poema já mostra a preocupação do cabo-verdiano perante o preparo da viagem (emigração) e, a convivência constante com o desespero de atravessar o mar e deixar a família e a terra, talvez no caminho de

um futuro incerto. No segundo estrofe, o poeta traz as duas faces do mar: primeiro como uma barreira para o cabo-verdiano, na medida em que, todo o arquipélago está cercado pelo mar e, depois como um sustento, como um desamparo para quem vive nas ilhas. Logo a seguir, o mar constitui um meio de comunicação entre os que ficam e os que partiram; um meio também de conhecimento de outras culturas. O autor valoriza os sentimentos desse povo e engrandece a nação com o mar, como elemento que vive dentro dos cabo-verdianos. Traz ainda em seu poema, nos últimos versos a marca da saudade dos que partem e tudo o que influencia no desespero de querer partir e ter de ficar.

Os poetas “desenham” o pequeno arquipélago caminhando de mãos dadas com a voz do povo, a voz da sua estimada nação considerando a seca, a fome, e a esperança árdua de um dia melhor, isto é, incorporam a essa realidade, carregam a voz do povo e se tornam a própria voz do povo. Esses poetas com foco no modelo regionalista conseguiram construir um pensamento do homem cabo-verdiano baseando nas marcas culturais europeias.

Destarte, os claridosos estavam preocupados com a triste situação político-econômica em que se encontrava o pequeno país (fome e miséria) e decidiram usar a imprensa como arma para resolver esta circunstância. Procuravam ter um olhar mais atento e crítico e, reagir aos problemas que abarcavam Cabo Verde e a vida do seu povo, tais como, as razões históricas e sociais sem perder de vista os fatores ideológicos que caracterizam a transição da década de 1920 para a de 1930. Propunham demonstrar, literariamente, a situação e a movimentação do homem cabo-verdiano; pautar e estudar os elementos que integram a cultura cabo-verdiana; estudar os processos de formação social das ilhas crioulas.

Contudo, a revista *Claridade* sofreu algumas influencias exogenas, como a da revista portuguesa, nomeadamente a «*Presença*»; sofreu também influencia dos escritores portugueses, que no país se encontravam e, também da literatura brasileira. Endogenamente teve forte influencia dos escritores José Lopes, Pedro Cardoso e Eugénio Tavares. Aliás, foi em 1953 em Lisboa que surge o caderno de *Poesia Negra* com expressão em português. Participaram disso, autores da Guiné,

Angola, Brasil, São Tomé e, em 1958, os autores caboverdianos reúnem-se a este caderno para apoiar movimentos culturais e nacionalistas.

Os claridosos apostavam no retorno às raízes como forma de valorização da criouldade, enquanto produto identitário que se torna comum a todas as ilhas e resultado acabado da evolução social e cultural do arquipélago caboverdiano. Apontavam o regionalismo e a mestiçagem como elementos cruciais para definição da nação caboverdiana.

Segundo a historiadora Resende (2014), “Os claridosos, por sua vez, abandonaram a obrigatoriedade métrica e de rimas, e fizeram o esforço, repetida e reiteradamente levado a cabo, de oferecer à língua crioula cabo-verdiana um espaço privilegiado na concepção de cultura que se estava a criar naquele momento. Inaugurada com um poema em Crioulo, a *Claridade* enfatizou a importância de sua língua particular na cultura “notavelmente portuguesa” de Cabo Verde. A articulação do vínculo com Portugal foi feita por esses intelectuais não somente através da revista *Claridade*, principal veículo para circulação dessas ideias, mas também por meio de outras publicações, como o estudo de fôlego de Baltasar Lopes sobre o “dialeto” crioulo, em 1947, em que afirma que: O crioulo de Cabo Verde é uma linguagem nitidamente românica, portuguesa. Seu sistema morfológico resulta diretamente de uma simplificação da morfologia do português. Seu léxico é quase totalmente português. O vocabulário africano deixou fraquíssimos vestígios [...]. Para a formação do crioulo de Cabo Verde, sabemos que o português trouxe o seu vocabulário e a sua gramática, que o afro-negro simplificou” (RESENDE, 2014, p. 6-8).

No entanto, o movimento claridoso considerado por uns, como a “verdadeira proclamação da independência cultural de Cabo Verde”⁹ é acusado por outros, de nada ou pouco ter feito no sentido da independência política do arquipélago. Entretanto, a época *claridade* casou com as teorias aqui adotadas de Anderson, Stuart e Taylor, trazendo elementos culturais com marcas regionais que enfatiza a nação caboverdiana.

⁹ *Antologia da fixação cabo-verdiana*, Dulce Almada/ Jorge Alfama, vol. II, p. 10.

Paralelamente ao movimento claridoso, havia outra corrente de pensamento que tinha sua ancoragem nas lutas de libertação na África e buscava as raízes cabo-verdianas africanas – PAIGC, depois da Segunda Guerra Mundial. As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Em Cabo Verde, os intelectuais tiveram seu papel na construção de nossa identidade coletiva na medida em que buscaram a singularidade ou particularidade cabo-verdiana e, procuraram também, entender a realidade nacional e transformá-la, visando à construção de uma nação que se aproxima ora da civilização europeia, ora das civilizações africanas. Aristides Pereira, em seu livro intitulado «*O meu testemunho*» esclarece o porquê da luta pela independência, na seguinte passagem:

A ausência de perspectiva para a juventude, a falta de liberdade e do respeito pelos direitos humanos contribuíram em muito para criar em nós a necessidade de lutar para modificar a realidade sombria em que se vivia sob a dominação colonial. Mas teve papel preponderante a consciência de uma identidade cabo-verdiana própria que em nós despertou, sobretudo a partir dos anos 50, no seio dos estudantes liceais graças á ação de Abílio Duarte. (PEREIRA, 2003, p.93)

Abílio Duarte teve uma importância significativa para a criação da mobilização e consciências nacionalistas valorizando Cabo Verde e África enfatizando as artes plásticas, musicas e poesias como salienta o Aristides Pereira.

A busca desta construção percorria assim, os caminhos da música que, ora era em crioulo ou marcava aspetos regionais e, ora em português, percorria também os caminhos da língua, dos costumes, hábitos, enfim dos diferentes modos de viver.

Autores como Mário Pinto de Andrade¹⁰ realizam suas poesias com autores cabo-verdianos associando-os a uma negritude da diáspora. Pinto de Andrade se difere dos claridosos na medida em que segue as ideias de Amílcar Cabral, isto é, buscava incessantemente recuperar a africanidade do pequeno arquipélago.

Nota-se que o andar literário caminha junto ao desenvolvimento da consciência nacional como mostra o Benedict Anderson. Ele detecta suas matrizes culturais e rejeita a ideologia dominante, buscando de imediato, raízes africanas. O próprio Amílcar Cabral criticou o colonialismo, abordando cultura e racismo por um lado e cultura, nação e direito à autodeterminação por outro, chamando atenção para a importância dos processos culturais na luta pela libertação nacional. Segundo Cabral (1978) citado por Sanches (2012, p. 40): “A cultura nacional é assim, a condição da libertação e de uma união solidaria entre os países africanos e, para além deles, transcendendo noções meramente culturalistas ou afinidades ideológicas ‘raciais’ ou continentais, como sucede com a negritude ou o pan-africanismo”. O líder do PAIGC alerta que a libertação tem seu fundamento no direito do seu povo e deve no plano cultural basear a sua ação na cultura popular, seja qual for a diversidade dos níveis de cultura no país (CABRAL, 1978). Amílcar Cabral pensava oferecer ao povo o direito à liberdade através da luta pela cultura nacional.

Mantida séculos debaixo de colonização portuguesa, Cabo-Verde conheceu a sua independência pelas mãos de PAIGC, numa luta de guerrilha que durou onze anos, e, todo o processo de libertação foi feita em Guiné-Bissau, país que serviu de base para luta conjunta para independência destes dois países irmãos.

Destarte, o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde) surgiu da tomada de consciência dos movimentos nacionalistas. O líder do grupo, Cabral (1924-1973)¹¹ criou a resistência patriótica dos povos cabo-

¹⁰ Ensaísta e ativista político angolano, estudou na Faculdade de Letras em Lisboa. Foi um dos fundadores do Centro dos Estudos Africanos em Lisboa junto com Amílcar Cabral, em 1951. Os estudos refletiam as problemáticas importantes de África.

¹¹ Amílcar Cabral nasceu em Bafatá, Guiné Bissau, em 1924, e tornou-se político, agrônomo e teórico marxista da Guiné e Cabo Verde. Foi assassinado pelo colonialismo português no ano de 1973. Uma abordagem sobre a importância do pensamento de Amílcar Cabral para o “marxismo africano” pode ser vista em VILLEN, Patricia. *Amílcar*

verdianos e guineenses afirmando que: “Desde o dia em que passou pela cabeça dos ‘tugas’ dominar-nos, explorar-nos, a nossa resistência começou na Guiné. Desde o dia em que a situação social em Cabo Verde mostrou-se claro que, dependente dos colonialistas portugueses, o nosso povo em Cabo Verde era explorado, humilhado, explorados como animais a morrer de fome, a resistência começou em Cabo Verde” (CABRAL, 1978, p.136). O movimento tinha o propósito de libertar os povos da Guiné e Cabo Verde do colonialismo português e desse modo alcançar a soberania.

Cabral explica que o cabo verdiano merece essa união porque é africano. Porque é que o cabo-verdiano é africano? Segundo Aristides Pereira (apud Amílcar Cabral) afirma que:

O cabo-verdiano é africano de uma colônia portuguesa. Para aqueles que por ventura não saibam onde fica Cabo verde é basta que olhem bem para o mapa. Para aqueles que não conhecerem Cabo Verde, basta dizer-lhes que a sua população é constituída de 97% de negros e mestiços e apenas 3% de cor branca, incluído os europeus. (PEREIRA, 2003, p.159).

O cabo-verdiano Aristides Maria Pereira¹² ajudou a fundar o PAIGC junto com o Amílcar Cabral. A formação do PAIGC constitui assim de nacionalistas cabo-verdianos e guineenses. Amílcar Cabral, o mentor desse partido afirma que «para nós o problema da unidade da Guiné e Cabo Verde não se põe por uma questão de capricho nosso e porque Cabral é filho de cabo-verdiano, nascido em Bafatá, que tem grande amor pelo povo da Guiné, mas também grande amor pelo

Cabral e a Crítica ao Colonialismo: entre harmonia e contradição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

¹² Aristides Maria Pereira nasceu na ilha de Boa Vista em 1923 e viajou para Guiné-Bissau em 1948 e trabalhou nesse país como técnico radiotelegrafista. Autor do livro *O Meu Testemunho. Uma Luta, Um Partido, Dois Países* que trata exatamente desse processo de luta armada em Guiné-Bissau e o processo da independência de Cabo Verde. Ele possui várias condecorações e honras como Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Direito da University of Rhode Island, Sacred Heart (Connecticut, EUA), pela Usmanu Danfodyo (Sokoto, Nigéria), e pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal).

povo de Cabo Verde”. “Não é nada por isso, embora seja verdade” (CABRAL, 1978, p. 91). Afirma ainda que o PAIGC consiste na luta da resistência patriótica dos povos da Guiné e Cabo Verde.

Então, qual era o problema de unidade na nossa terra? Fundamentalmente, o problema de unidade era este e simples: em primeiro lugar, como toda a gente sabe, a união faz a força. A partir do momento em que surgiu na cabeça de alguns filhos da nossa terra a idéia de fazer os estrangeiros saírem da nossa terra como dominadores, de acabar com a dominação colonialista na nossa terra, pôs-se um problema de força, uma força necessária para ser oposta à força do colonialista.

(CABRAL, 1945, p.5)

Constata-se com mais clareza que a luta era pela soberania destes povos. A luta pela independência baseava-se no princípio da autodeterminação entendida como o direito de um grupo humano definido por características próprias, de escolher, livremente, o seu próprio destino, através da designação do seu estatuto político. É de se lembrar que, a ONU criou a Resolução 1514 que se trata da Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais afro-asiáticos e esta proclama o fim de qualquer tipo de colonialismo, exigindo respeito pela unidade nacional e integridade territorial na medida em que, todos os povos coloniais tinham o direito à autodeterminação encarado como direito fundamental. No parágrafo 2º desta resolução tem-se que: “todos os povos sujeitos à administração colonialista têm o direito de livremente escolher o seu estatuto político e alcançar um desenvolvimento económico e social e cultural” (LUNDA, 2012). Amílcar Cabral tinha analisado de uma forma cuidadosa a terrível situação que os colonos ofereciam as suas colônias e resumiu-as como “miséria, ignorância e medo”. Diz ele que “os direitos fundamentais do homem¹³, as liberdades essenciais, o respeito pela dignidade humana – tudo isso é desconhecido nos nossos países” (MENDES, 2013). O direito à liberdade do art. 16 da DUDH, compreende:

¹³ Subentende-se direitos humanos.

- I. Direito de ir e vir, e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvadas as restrições legais;
- II. Opinião de expressão;
- III. Crença e culto religioso;
- IV. Brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V. Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI. Participar da vida política, na forma da lei;
- VII. Buscar refugio, auxilio e orientação.

O movimento africanista entendia que, o regime português foi contra o comitê e, recusando sempre a prestar qualquer colaboração na medida em que tinha seus territórios africanos sob a lei portuguesa e considerava-se, neste âmbito, que esses territórios são parte integrante do território nacional de Portugal.

Entretanto, após o surgimento dos movimentos nacionalistas, teve uma continuidade de luta contra a dominação portuguesa em África que prezava pela expulsão dos colonialistas e pela soberania do país. Particularmente em Cabo Verde e Guiné-Bissau, Cabral (1945) enfatizava que:

para lutar contra colonialismo também é preciso meios. É preciso, em primeiro lugar, criar um instrumento para a luta. Esse instrumento é o nosso partido. A nossa Luta hoje é que surgiu, com a criação do nosso Partido, uma força nova que se opôs a força colonialista. O problema é de saber, na pratica, se essa força unida do nosso povo pode vencer a força colonialista: isso é o que chamamos de luta. Isso é o que nós chamamos de luta.

Cabral estava ciente de que a força, ou o meio para a luta se residia na união da consciência nacional. Então, usou o PAIGC como força dirigente e, começou a plantar a sua luta exatamente onde se constituía o fracasso da população.

Tendo uma situação geografia que deixava a desejar, onde a falta de chuva, o clima seco não permitia uma produção agrícola. Cabo-Verde era desprovido de recursos naturais economicamente exploráveis.

Sendo um país com escassos recursos naturais, logo cedo estes viram na formação da sua população uma grande oportunidade de lutar contra adversidade geográfica. Para tanto foi necessário investimentos na educação fazendo-se campanhas de alfabetização de adultos que serviu de medida de garantia a própria questão de segurança alimentar, iniciou-se a campanha de reflorestarão, correção dos solos e retenção das águas pluviais. Recorreu-se também a campanha de planejamento familiar e incremento dos cuidados materno-infantis para diminuição drástica da mortalidade infantil (OLIVEIRA, p. 27).

Contudo a concessões de bolsas de estudos foram outro mecanismo que foi utilizado como forma a qualificar os quadros técnicos de Cabo Verde. A Rússia que na época era União Soviética foi um dos destinos desses técnicos e de muito Cabo-Verdianos nos primeiros anos da independência (KOUDAWO, 1996).

Nas ilhas que detinham maior produção agrícola é que se formaram os extratos intermediários que, investindo na escolarização, disputam os antigos cargos públicos locais com a elite branca. Assim começou as lutas entre as classes sociais em Cabo Verde, sob estratégias de investimento escolar. Gozando de maior privilegio entre as colônias portuguesas de África, apesar de ter a menor população de todas as outras colônias portuguesas o número de alunos cabo-verdianos era superior, apresentava 4.527 alunos contra apenas 2.185 em Angola, 1.215 em Moçambique e 303 alunos na Guiné-Bissau (CA, 2000).

Pós Independência

No período pós-independência, graças à Revolução dos Cravos, que em 1974 depôs a ditadura em Portugal, Cabo-Verde obtém a independência a 5 de Julho de 1975. Pelas mãos do PAIGC, Cabo-Verde e Guiné-Bissau formaram países separados e governados pelo mesmo partido único de orientação marxista. O líder do partido em Cabo-Verde, Aristides Pereira, foi nomeado por aclamação, como o primeiro presidente do novo país e Pedro Verona Rodrigues Pires, que era Presidente da Comissão Nacional do partido em Cabo Verde, foi o escolhido para ser o Primeiro-ministro, também por aclamação. Segundo Fernandes (2007, p. 35)

apud Pereira (2003, p. 272), na época, Secretário-geral do partido afirma que: “na realidade, apesar do trabalho intenso e positivo desenvolvida pela estrutura clandestina do PAIGC desde, pelo menos, a segunda metade da década de 50, não foi notória a supremacia do PAIGC, relativamente às outras forças políticas criadas após o dia 25 de Abril de 1974”.¹⁴ A primeira sessão legislativa, a fim de Constituir a Assembleia Nacional de Cabo Verde decorreu no dia 4 de Julho de 1975.

Entretanto, a proclamação da Independência da República da Guiné-Bissau aconteceu em 24 de setembro de 1973 e aprovaram também, por unanimidade a primeira Constituição da Guiné-Bissau. Com a independência da Guiné-Bissau, Luís Cabral que era também Secretário-Geral Adjunto do PAIGC, foi eleito Presidente da República da Guiné-Bissau e, para Primeiro-Ministro, foi designado João Bernardo Vieira, conhecido também, por Nino Vieira.

A 10 de Setembro de 1974, Portugal reconheceu a independência da Guiné-Bissau. Neste sentido, o PAIGC assumiu certas funções que eram próprias de um Estado particularmente, nas regiões libertadas, isto é, criaram armazéns para garantir abastecimento; cuidaram tanto dos serviços de educação e saúde quanto dos tribunais populares e do próprio registro civil.

O plano de unificação política de Cabo Verde com a Guiné-Bissau fracassou em 1980, devido ao golpe militar na Guiné-Bissau, que depôs o presidente Luís de Almeida Cabral - irmão mais novo de Amílcar Cabral. A ala cabo-verdiana do PAIGC rompe com a da Guiné-Bissau e passa chamar-se Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV).

O acontecimento supracitado veio a pôr fim no projeto sonhado pelo líder Amílcar Cabral, que era a construção de uma pátria africana binacional, Cabo-Verde e Guiné-Bissau. Então, Cabo Verde monta, em 1981, um regime político de partido único - agora sob a sigla PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde) e, nos primeiros cinco anos da independência tem uma ausência de

¹⁴ PEREIRA, Aristides. *Uma luta, um partido, dois países*, p. 272, citado por FERNANDES (2007).

uma Constituição formal. Entretanto, a LOPE (Lei da Organização Política do Estado) adotada desde 5 de julho de 1975 serviu como Lei Fundamental do país.

Nesta óptica, serviram tanto esse programa (aliás, omisso quanto à questão do regime de partido único, mas muito detalhado quanto ao modelo de sociedade, ao sistema de governo e ao modelo económico-social, às funções e tarefas do Estado, aos direitos e deveres fundamentais de natureza pessoal, política, económica, social e cultural dos cidadãos dos Estados soberanos e independentes da Guiné-Bissau e de Cabo Verde), como as resoluções dos competentes órgãos partidários dirigentes, quer os supra-nacionais quer os nacionais, como parâmetro de interpretação das normas jurídicas importadas do período colonial (ALMADA, 2014).

Porém, a LOPE de 1975 foi um pouco modificada após o rompimento dos dois países constituindo-se por 96 artigos, elaborada por juristas e aprovada pela Assembleia Nacional Popular (ANP). Destarte, Cabo Verde divulgaria a criação do PAICV em 1981 e faz a revisão da constituição no mesmo ano. Nas alterações aprovadas, constava a revogação do artigo 4º: “Na República de Cabo Verde, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) é a força política dirigente da sociedade e do Estado”. Esse ambiente da pós-independência, no âmbito sócio político colocou em pauta o surgimento de outros conflitos sociais como os esforços da construção nacional e de desenvolvimento; o alargamento dos sistemas de educação e de saúde, a viabilização do país enquanto entidade económica e politicamente autónoma. Com relação à consciência nacional, debatia-se dentro da unidade proclamada, os questionamentos da cabo-verdianidade nas suas intermediações com a África e a Europa, assunto que se tornou muito mais complexo com a implementação da Unidade Guiné-Cabo Verde e, além disso, nota-se a inviabilidade político-institucional, ideológica e psicológica.

O período pós-independência do Regime de Partido Único, concedeu maior abertura cultural marcada pela descentralização do ensino, pela mobilidade social mediante a instrução, pelo crescimento do papel do mass-media (nacionais e estrangeiros), pelos crescentes contatos com o exterior através da migração, dos estudos, etc), pelo maior e melhor acesso à cultura universal, bem como por um novo renascimento cultural, a exemplo do Movimento Funaná e Batuque. Percebe-

se que esse, traz nas suas raízes étnico-culturais uma cadeia de contradições entre a alienação e o ostracismo, o otimismo e o pessimismo que se inserem na construção e redenção. A nova geração também se preocupou com a escrita em crioulo, a qual se integra na afirmação paulatina da mesma língua, a exemplo disso, tem o escritor Kaká Barboza que escreveu *Konjuntura*; Corsino Fortes com o seu *Golpe d'Estóde na Paraise*; Tomé Varela da Silva com *Militanti di Nason*; Euricles Rodrigues com *Pa Kada Kusa un Kusa*, entre outros que experimentaram a nova língua por escrito, influenciados pelo verbo poético tradicional.

Além da escrita em crioulo, as músicas, como Morna e Funaná, tornaram-se elementos de características ou de afirmação de uma identidade nacional cabo-verdiana, tanto é que o grupo musical cabo-verdiano, Tubarões lançou a música *Labanta Braço* logo após a independência do arquipélago. O grupo atua com ritmos de funaná e morna.

Tubaroos 1976 – labanta braço

Labanta braço bu grita bo liberdade
 Grita povo independente
 Grita povo libertado
 5 de julho e sinomino de liberdade
 5 de julho caminho aberto pa felicidade
 Grita viva Cabral
 Honra combatente de nos terra.

Fonte: www.youtube.com

A música ao som do funaná, cujo título é *Labanta Braço* (Levanta o Braço) transmite todos os sentimentos de alegria vivida pelo cabo-verdiano com a chegada da independência nacional e convida o povo a gritar, a dançar e levantar o braço para dar viva e honrar o herói Amílcar Cabral pelo sucesso da luta, sucesso de conseguir ter o direito de liberdade que era tanto esperado. O autor Anderson (1998), destaca a valorização dos símbolos e dos heróis na construção de uma nação. O Cabral é no imaginário cabo-verdianos um símbolo que demarca

a originalidade da identidade nacional de Cabo Verde e por isso, a música enfatiza que é preciso dar viva e honrar o combatente Cabral que um dia lutou pela independência do povo.

Outra música dos Tubarões em 1977 transmite a ideia de luta de Cabral e PAIGC pela independência de Cabo Verde, talvez o respeito que os cabo-verdianos deveriam ter pelos dois sujeitos:

Cabral ca mori - 1977

Oi Cabo Verde bu ora dja txiga
Sima bus irmons d`africa
Grita Independencia,
fidjos dja nu tem
Pa nu ser livri, livri tudo alguem

Cabral ca morri
Cabral e gritu de. mundo
Cabral e gritu na nha peito
Cabral ca morri, cabral e liberdade
Na memoria di heroi di povu

PAIGC, partido di luta
Di tudo irmon, heroi ki da se sangui
Pa liberdade, justissa di nos povu

Fonte: www.youtube.com (2014)

Intitulado *Cabal ca mori*, (Cabral não morreu), a música tem o ritmo de morna. No primeiro estrofe, a música traz a notícia de que Cabo Verde conseguiu ter a independência igualmente aos outros países considerados irmãos da África e então, apela o grito do povo pela conquista da liberdade de todos. No segundo estrofe, a música revela a ideia de que Cabral está na memória do povo e nunca será esquecido e, de acordo com (ANDERSON, 2008), o Cabral significa um símbolo, um valor que os cabo-verdianos se apreendem para fortalecer seus laços

identitários. E a última estrofe considera também o PAIGC um herói por dar todo o seu sangue para conseguir a liberdade e justiça do povo. Isso nos remete ao pensamento do Anderson com a sua ideia de comunidade imaginada em que o ídolo, mesmo que não viva mais entre nós consegue construir e traçar uma história que serve de ligação ao povo das gerações futuras. Cabral torna um símbolo cultural, uma representação cultural permitindo aos cabo-verdianos viver numa comunidade simbólica capaz de gerar igualdade e lealdade e marcar vínculos identitários.

Outra canção que evoca o fim do colonialismo e consolida uma “data nacional” é a de Manel de Novas.

Manel de Novas – Nh`armon (5 de Julho)

Nha armon já nôs e livre e independente
 Bem dixam` dabo um grandi abraço
 Um abrassu de homen livre
 Tcham ` dabo nha morabeza di cabo-verdiano
 Num grande abrassu camarada
 Um abrassu di homen livre

5 de julho
 Grande dia pa nôs terra
 Um novu sol já nasce na horizonte
 Pa bem lumia
 Es cabo verde novu independente
 Livre di corrente di colonialismo
 E humilhação qui no vive
 Pa ilumina inteleigencia di nôs fidjos
 Pa bem fazem um grande pais
 Respeitod pa mund inter

Fonte: www.youtube.com (2014)

A Música de Manel Novas traz a felicidade alcançada pela liberdade e junto o querer abraçar e sentir o próprio abraço da liberdade. Expressa que 5 de Julho é considerado o grande dia para Cabo Verde, na medida em que conseguiu se livrar da corrente do colonialismo e de toda humilhação vivida. Chegou o respeito por nós (cabo-verdianos).

Todas as músicas em ritmos diferentes de *funaná*, *morna* e *coladera* e na língua crioula expressam a ansiedade que esperavam por esse dia e consequentemente a grande alegria, o respeito que a independência causou no povo cabo-verdiano e a relevância de alguns conceitos e fatores culturais desse país. É como se, no âmbito da musica, Cabo Verde começasse a se redescobrisse, com a sua própria origem, sua própria língua, sua cultura, seus valores, seus símbolos, enfim, sua própria identidade e autenticidade capaz de fazer definir o “eu cabo-verdiano”

Na esfera política, Aristides Pereira, Secretário-Geral do partido, foi eleito Presidente da República, enquanto Pedro Pires foi nomeado Primeiro-Ministro. O discurso da proclamação da independência também enquadra o direito à liberdade e o discurso da unidade de Cabo Verde e Guiné-Bissau. Deste modo: “como os filhos de Cabo Verde que, na terra livre de Guiné-Bissau contribuem, como nacionais, para a construção do país, os filhos da Guiné terão nesta terra mais uma pátria gozando dos mesmos direitos e sujeitando-se dos mesmos deveres que os cidadãos livres da República de Cabo Verde”.¹⁵

Nesta perspectiva, com o projeto PAIGC constrói-se uma nova forma de encarar a nação, e então é hora de proclamar a independência de Cabo Verde com um partido binacional, força política e dirigente do Estado e da Sociedade em Cabo Verde e em Guiné-Bissau. Essa nova fase da construção da nação acompanha não só novos líderes, como também a valorização de uma cultura esquecida (ou antes proibida/rejeitada). Na verdade, como afirma o Taylor (1998) temos que reconhecer o valor igual das diferentes culturas e a deixarmos fluir, sobreviver, temos que admitir o mérito de uma cultura. As questões morais

¹⁵ ATA, 1.ª Sessão Legislativa, SESSÃO DE 4 DE JULHO DE 1975, p. 15.

plantadas pelo líder Cabral tentam ganhar forças para que as culturas não se sobreponham mas se progredirem no respeito.

A atuação do partido e a relação com a Guiné-Bissau era o elo que ligava Cabo Verde ao continente africano e a sua própria história. O chamado projeto PAIGC ou projeto africanista, que tem como líderes Amílcar Cabral e Aristides Pereira, defendia a resistência cultural na luta contra a dominação e defendia também o direito à liberdade e à dignidade do cidadão. A complexidade do modelo cultural e o “socialismo africano” caminharam pelo retorno às origens africanas via política, a luta pela libertação nacional pretendia ser otimizada na valorização da cultura escolar e popular.

2.2. Aproximações Europeias: o momento MPD e a globalização

O PAICV, apesar de promover aos cabo-verdianos uma identidade voltada à África, alguns indivíduos perceberam que o partido deixou a desejar alguns itens cruciais. Neste sentido, eles se contraporam e assumiram a liderança de um novo grupo. Parecia que as ideias de Cabral não foram bem assumidas e, entre essas lacunas, o MPD (Movimento Para Democracia) surge com críticas ao partido da oposição, principalmente ao que se refere ao artigo 4^o da Constituição de 1980, que constava que o PAICV é a única força dirigente da sociedade e do Estado.

O MPD conseguiu a lei que consagra o multipartidarismo e a participação dos cidadãos na vida política.¹⁶ A revolta que se alastrou foi influenciada pela onda da globalização que se alastrava na época. Numa entrevista feita pelo jornal *Nos Guentis*, Carlos Veiga afirma que: “o contexto internacional ajudou. As potências financiadoras do desenvolvimento, isto é, os países doadores, pela voz de François Mitterrand, passaram a condicionar a ajuda a mudanças democráticas. Na sequência dessa declaração de condicionamento houve uma reação rápida do PAICV, através de uma declaração de abertura.

¹⁶ REPUBLICA DE CABO VERDE, Constituição 1992, Preâmbulo.

No entanto, essa abertura foi imposta de forma condicionada, pois o PAICV queria o controle da situação política no país. No seguimento dessa declaração, o PAICV decidiu promover a abertura através de eleições, onde de um lado concorreria o partido e do outro, um grupo de cidadãos. Só então, após cinco anos decorridos, é que o PAICV propunha eleições multipartidárias. É neste quadro que surge o projeto MpD”.¹⁷

O ex-primeiro ministro Carlos Veiga destaca que o MPD surgiu com um grupo de pessoas de várias áreas da administração pública, algumas delas pertenciam ao próprio PAICV, mas sentiam certamente descontentes com a situação que o regime oferecia ao país.¹⁸ Destarte, a abertura promoveu o aparecimento do MPD mesmo de forma tímida, as pessoas podiam se reunir para melhorar o quadro político, econômico e social em que se vivia. A partir do esboço feito, o MPD teve sua legalização como partido político no Supremo Tribunal de Justiça e assentou sua ideia na liberdade e democracia.

Cabo Verde presenciou as primeiras eleições em 1991 que seriam ganhas pelo partido da oposição MPD, aprovando em 1992, a sua primeira Constituição Democrática Multipartidária. O MPD acompanhou o andamento das transformações que se viviam na Europa e andou de mãos dadas com a globalização da economia que se associava a revolução tecnológica, principalmente as de tecnologias de informação e comunicação que abraçam a importância da cultura como fundamento último da existência e perenidade das nações. “Esta importância da cultura é tanto maior quanto se sabe que um dos pilares do desenvolvimento futuro irá ser a designada realidade virtual e que se traduzirá, porventura, na maior revolução tecnológica de todos os tempos, com efeitos ainda não totalmente imagináveis na vida de todas as nações” (VEIGA, 1998).

¹⁷ VEIGA, Carlos. Democracia, História e Independência Nacional. Acesso em Maio de 2015, disponível em *Nos Guentis: Negócios, Pessoas e Empreendedorismo*: <http://www.nosgenti.com/?p=2202>

¹⁸ Matos, P. (2013). Carlos Veiga, Democracia, História e Independência Nacional. Acesso em Maio de 2015, disponível em *Nos Guentis: Negócios, Pessoas e Empreendedorismo*: <http://www.nosgenti.com/?p=2202>

A globalização trouxe grandes desafios para Cabo Verde no sentido de que a sua cultura abriu as portas para o mundo e por outro lado, a luta pela preservação da sua identidade, e a luta para efetivação dos direitos humanos de uma maneira justa. O país, com escassez em recursos naturais, pouca água, pouco solo fértil, poucos recursos materiais e energéticos fósseis, torna excepcionalmente consumidor de tecnologias e dependente dos países desenvolvidos, principalmente dos países da Europa.

Entretanto, com recursos muito limitados na época, o país passou por um enorme grau de dependência de transferências externas (principalmente dos emigrantes cabo-verdianos na Europa e nos EUA). Apesar disso, “apostou-se nos recursos humanos que passou a ter um peso favorável na alternativa para o desenvolvimento do país. Cabo Verde começa, nesta época, a se beneficiar do acesso ao Banco Europeu de Investimentos (para acessar aos empréstimos com bonificação dos juros) e para intervir nos setores de natureza produtiva (eletricidade e infra estruturas aeroportuárias) e para o desenvolvimento do setor privado” (CARDOSO, 1998).

Destarte, à medida que os conceitos de universalismo e globalização se encontram, surgem também novos conceitos de nacionalismo e tudo tenta se ajustar a esses fatos, isto é, aparecem também nesses contextos, as novas formas de dominação social e política, nomeadamente a transformação capitalista traz na sua estratégia, a criação de riqueza e acúmulo do poder político. Logo, aparece a hegemonia do norte sobre o sul.

E neste sentido, Cabo Verde, abraça o novo poder de dominar, eliminando as empresas estatais através da privatização destas. Apostou no setor turístico, que foi um dos mais significativos setores da economia durante a década de 1990 a 2000. Porém, o lado social vivia com a concentração de renda e a fragilização identitária. O regime voltado para a abertura do mercado, globalização, contraria o princípio da igualdade e remete a novos desafios na busca de universalidade dos direitos humanos. O sociólogo Santos (2003) afirma que é preciso: “defender a igualdade sempre que a diferença gerar inferioridade e defender a diferença sempre que igualdade implicar descaracterização”. A globalização abre fronteiras

comerciais e abre caminhos também para o tráfico de seres humanos e mão-de-obra barata, e mão de obra infantil, o que fere a efetivação dos direitos humanos.

Neste contexto, segundo Moassab (2012), ela relata que: “A abertura para o multipartidarismo teve lugar na reforma constitucional de 1992, em concomitância, no contexto mundial, à consolidação da globalização neoliberal”. É neste período que o governo opta por inserir o país no mercado internacional como um destino turístico de praia, “exótico”, “quase África”, “quase Europa”.¹⁹

O arquipélago ganha uma nova forma de vida com ocupação de turistas e vários investidores europeus que exploram o território com suas moedas, línguas, arquiteturas, e modos de viver. Na ilha do Sal e Boa Vista, o euro e o dólar são moedas que circulam normalmente, diferentemente do que acontece em outras ilhas, que não tem aceitação fácil e rápida destas moedas. A língua italiana ganhou muita força nestas regiões e isso influenciou também a emigração dos moradores destas ilhas para Itália. A exploração das ilhas do Sal e Boa Vista pelos europeus, principalmente italianos, tem um nível tão elevado que às vezes causa revolta na população cabo-verdiana. Músicos do Rap, *Rapazes 100 Juíz*, lançaram o seu mais novo álbum, no qual trazem uma música intitulada *Carta pa Cabral*²⁰ onde reclamam dessa exploração: “Daqui a pouco, os cabo-verdianos de outras ilhas tem que pegar visto para entrar no Sal e na Boa Vista”.

Destarte, a abertura política foi acompanhada também de uma era de consumo e através disso os cabo-verdianos exploram o caminho da diáspora, mas tentam conservar a sua identidade em cada comunidade que chegam e partilham símbolos comuns, língua, música por exemplo.

A nova identidade que se formou enfatizando o lado europeu teve algumas críticas. A música *Carta pa Cabral* retrata o sentimento de perda de valores e ensinamentos do líder-herói, Amílcar Cabral, e chama atenção para que não perca as esperanças de ter um Cabo Verde baseado nos seus ideais africanos.

¹⁹ MOASSAB, A. (31 de Janeiro de 2013). Território e identidade em Cabo Verde. Debate sobre a (frágil) construção Identitária em contexto recém independentes no mundo globalizado. Acessado em 02 de Novembro de 2014, disponível em Buala: <http://www.buala.org/pt/cidade/territorio-e-identidade-em-cabo-verde-debate-sobre-a-fragil-construcao-identitaria-em-context>

²⁰ O título da musica pertence ao grupo de músicos caboverdianos cuja análise da letra se encontra na pagina 100.

CARTA PA CABRAL:

Xan sunha ku midjor ti ki n odja sol
 Ka bu cordan cedu
 Mi é um sonhador, na nha sonho ndau mó
 Ncorda midjor, nta continua ta spera di nos
 Nta spera ma nca sta spera mi so
 Nta spera ma nca sta mi so

Musica: Rapaz 100 Juiz

A música lamenta que os novos ideais estejam corroendo a sociedade, isto é, o <eu cabo-verdiano>, a maneira de pensar dos jovens, dos políticos que também são influenciados pela globalização e capitalismo. Estes novos ideais segundo estes, esqueceram o Cabral e trazem aos jovens uma nova forma de ver o mundo, sem pensar no progresso como um todo. A esperança de Cabo Verde, segundo o grupo *Rapaz 100 Juiz* está na valorização e prática dos pensamentos que Cabral ensinou.

2.3. Os direitos humanos, o local e o global

Neste momento, teremos alguns fatos sobre os direitos humanos em cada projeto e queremos entender como Cabo Verde reagiu com seus mecanismos, no que diz respeito á promoção e defesa dos direitos humanos e, como a construção nacional influenciou a pratica desses direitos.

“Os direitos humanos são aqueles comuns a todos sem distinção alguma de etnia, nacionalidade, sexo, classe social, nível de instrução, religião, opinião política, orientação sexual, ou qualquer tipo de julgamento moral” (BENEVIDES, 2008, p.143). Num artigo tratando a unidade africana e os direitos humanos, Gomes (2008) cita Flávia Piovensan para trazer a definição dos direitos humanos, alegando que os direitos humanos apresentam uma pluralidade de significados. Assim, segundo Gomes (2008) apud Piovesan (2006, p. 6), “os direitos humanos compõem a nossa racionalidade de resistência, na medida em que traduzem

processos ou abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana. A declaração de Paris (1948) inova a gramática dos direitos humanos, ao introduzir a chamada concepção contemporânea de direitos humanos, marcada pela universalidade e indivisibilidade destes direitos”.

Neste sentido, os direitos humanos podem ser considerados como produtos de lutas históricas sociais que refletem os valores e aspirações de cada sociedade, sendo que também requerem um ambiente propício para que sejam respeitados. Um requisito primordial para a prática dos direitos humanos é a democracia plena onde se tem um Estado democrático de Direito justo e verdadeiro para consagrar a promoção da democracia e da paz social como afirma Santos (2003).

Sabe-se que os direitos humanos alcançaram uma grande importância através das lutas históricas marcadas por atrocidades que ocorreram no mundo, principalmente na Segunda Guerra Mundial, onde não existia dignidade na convivência entre os humanos. Nessas condições é que surge os direitos humanos com o principal objetivo de proteger esses direitos. Mas, apesar desses direitos nascerem em 1948, muitos países ainda lutavam pela sua liberdade, pela dignidade nas décadas de 1970. “Muitos dos Estados Africanos violavam tais direitos, baseados no princípio de soberania absoluta e não-ingerência, sem entender que a proteção dos direitos humanos não seria só um problema nacional, o que fortalece a ideia, no dizer de Piovesan (2006, p.18), de que “a proteção dos direitos humanos não deve se reduzir ao domínio reservado do estado, porque revela tema de legítimo interesse internacional”.²¹

Com a consolidação internacional dos direitos humanos e o surgimento dos sistemas regionais, em maio de 1963, quando 30 Estados Africanos assinaram a carta da Organização da Unidade Africana (OUA), foi debatida novamente a proposta para a Convenção Africana de Direitos Humanos. Os governos africanos da época, não tratavam a questão dos direitos humanos como prioridade, ficando restrita a seminários, conferências e simpósios. Para grandes intelectuais da época, estes eventos não tinham resultados positivos, o que dificultava a

mudança. Em setembro de 1979, a pedido de Assembleia Geral e da Comissão de Direitos Humanos da ONU e a convite do governo da Libéria, o Secretário-Geral da ONU organizou, em Monrovia, um seminário sobre o estabelecimento de comissões regionais de direitos humanos, com especial referência à África.

Com as constantes guerras civis no continente africano vê-se que a vida passou a ter menos valor do que uma pedra preciosa ou um barril de petróleo, como no caso de Angola, que mergulhou em guerra durante quase três décadas, quando os diamantes e o petróleo eram vendidos para comprar armas para destruir a vida humana, que é um bem indisponível e inviolável.

No entanto, com o surgimento das Nações Unidas, acentuaram-se os aspectos que limitariam a soberania, uma vez que ela hoje é subordinada à ordem jurídica internacional. Pode-se afirmar que o desdobramento da soberania é o dever de não-ingerência na área da jurisdição exclusiva dos outros Estados e sua subordinação ao direito internacional.

Como demonstra Andrade (2008, p.6),

Os princípios de não-ingerência nos assuntos internos e de respeito à soberania fizeram com que os direitos humanos não fossem o objeto da discussão por quase 20 anos nos órgãos da OUA. Desse modo, a OUA silenciava frente a grandes violações dos direitos humanos e realçava a tese de que se tratava de assuntos internos de cada Estado, sendo que o princípio de não-ingerência e de soberania eram óbices para tal fim; ainda, não era a OUA um tribunal que pudesse julgar os seus membros por suas políticas internas.

Podemos ver o caso concreto do emblemático caso de 17 de Outubro 1985 na Guiné-Bissau, onde os opositores do então regime ditatorial do PAIGC (Partido Africano Para Independência da Guiné e Cabo Verde) foram assassinados na praça pública acusados de tentarem derrubar o governo - uma acusação que não se sustentou por não haver provas contra as vítimas, embora houve pedidos da ONU, OUA e até o Vaticano, mas o então regime alegava a tese de assuntos internos de Estado.

Projeto PAIGC /PAICV

Foi na década de 1970 que alguns países africanos, inclusive Cabo Verde se livraram da colonização e tomaram a sua independência surgindo um novo país, uma nova história, um novo regime e também uma esperança. O povo então esperava ansiosamente pela paz e uma proteção eficaz dos direitos humanos, esperava ganhar a sua liberdade.

Porém, para alguns indivíduos, a liberdade do povo parecia ser uma utopia com um único dirigente político no pequeno arquipélago. Na constituição de 1980 consta que o PAIGC é a força política dirigente da sociedade e do Estado e também, a mesma constituição alega que a comunicação e as informações constituíam propriedades do Estado. Desse modo, deparamos com algumas dificuldades em encontrar informações acerca de sindicatos dos trabalhadores e outros elementos que serviriam de garantia de liberdade da sociedade durante esse período. Porém, ao entrevistar via Skype, um professor aposentado que era diretor de liceu na época, conseguimos obter algumas informações consideráveis.

Perguntamos se existia algum sindicato na época de 1980 a 1990, na medida em que não encontramos nada a respeito dessa informação nos jornais da época. Resposta: Era proibida a opinião contrária ao Partido-Estado, isto estava na Constituição (RCV, 1980), proibiam qualquer tipo de movimento sindical e outros movimentos contrários às ideias do Estado. Só para ter uma noção, em 1987, os professores tinham contrato anual. Trabalhavam e recebiam de outubro a junho e acabava o contrato. Logo, julho, agosto e setembro eram férias, mas os professores não recebiam nessas ocasiões e, tinham que fazer requerimento para serem nomeados no ano seguinte. Alguns professores faziam outras atividades, como dar aula de reforço nesses três meses, para poder se sustentar. Quando alguém estava triste, o comum era dizer “*rosto mo prossor na feria*” – a cara de um professor nas férias.

Deste modo, os professores tentaram criar uma associação com o intuito de tentar resolver os problemas dos professores e das classes sociais, mas isso não chegou a concretizar definitivamente, porque nenhum indivíduo estava à vontade para pôr, realmente esses problemas. E, como o regime do PAIGC não dava

abertura, as reuniões eram feitas com muito medo, porque eram vistos com maus olhos pelo partido. Não havia qualquer debate sério que tocasse ou criticasse o partido, pois quem o fizesse seria afastado, reprimido ou condenado.

Perguntamos “condenado de que maneira”?

Resposta: condenado no sentido de ser perseguido. Porque pensavam que, nessas reuniões poderia surgir outro partido. As reuniões aconteciam no Gimno Desportivo, Vavá Duarte, na Cidade da Praia. Iam somente os representantes de Santiago. “Por falar nisso, lembro também que os funcionários não poderiam deslocar de um concelho para o outro, sem antes pedir uma declaração chamada Pedido de Guia de marcha, na Câmara Municipal,... eu me sentia um preso, era uma forma de controlar as pessoas, uma maldade. Diretor de liceu na época, eu tinha que fazer o pedido de guia de marcha para poder deslocar de Assomada para Praia”.²²

O entrevistado relata o pedido de Guia de Marcha que tinha que ser feito antes de sair de um concelho para outro, de uma ilha para outra ou ainda de um país para outro. Na verdade, Guia de Marcha era um papel passado ao cidadão, que funcionava como autorização para se deslocar de um ponto para o outro e que serviu também como um facilitador do trabalho da polícia e como controle dos cidadãos. A figura a seguir apresenta um guia de marcha, documento feito em Guiné-Bissau, na ilha de Bolama a 3 de Dezembro de 1971 com nome e motivo do pedido explícito, por fim o documento é assinado por um responsável de segurança.

²² Entrevista feita através do Skype em fevereiro de 2015. O entrevistado relata que na época era professor e diretor de Liceu em Assomada, ilha de Santiago, Cabo Verde.

Figura 1: Guia de Marcha

P. A. I. G. C. PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA
GUINÉ E CABO VERDE

G U I A Nº 2

Vai o camarada Alpol. na Bocate
apresentar-se ao Sector Fomboli para ir
tratar de seus assuntos pessoais
Todos os camaradas responsáveis ou militantes do nosso Par-
tido devem dar ao camarada o melhor apoio na sua viagem.

Balana, 3 de Dezembro de 19 71

Visto _____

pel. o Responsável de segurança
M. Dymha Camara

Mod. 20 — Imp. do P. A. I. G. C. — 30.000 Ex.

Fonte: (Graça, 2015).

O Guia de Marcha, na figura acima, foi de um senhor chamado Alpol que se apresenta ao Santa Fomboli na Guiné para pedir autorização de sua locomoção para tratar de seus assuntos pessoais. Nota-se que no cabeçalho do guia escrevia-se P.A.I.G.C – Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde.

Esse guia adotado do regime colonial pelo PAIGC constituía, de certa forma, num controle à liberdade do indivíduo de se locomover no tempo e no espaço de forma desejado. O indivíduo pode se sentir preso e constrangido perante esse obstáculo ao exercício da liberdade de circulação e movimentação, que seria uma negação á universalidade dos direitos fundamentais. A Carta

Africana dos Direitos Humanos e dos Povos traz igualmente as ideias do art. 130 da DUDH: “Toda a pessoa tem direito de circular livremente e de escolher a sua residência no interior de um Estado, sob reserva de se conformar às regras prescritas na lei”. O referente normativo comum sobre o direito a livre circulação – artigo 13 da Declaração Universal é total ou parcialmente ignorado pelas políticas estatais.

A Carta Africana dos Direitos Humanos foi adotada em 1981, mas entrou em vigor apenas em 21 de Outubro de 1986 e Cabo Verde assina esta Carta em 1986. A Carta se divide em quatro partes: o preâmbulo; dos Direitos e Deveres; das Medidas de Salvaguarda; e das Disposições Diversas. Cabo Verde e muitos outros países lutaram para libertação e conseguiram dar a independência para o povo, mas para alguns, tal liberdade não aconteceu na medida em que tudo continuou praticamente como era na época colonial, em que não havia respeito nem aos direitos civis e políticos, tampouco aos econômicos, sociais e culturais.

Outro fato incontestável foi relatado por outro entrevistado²³, o da falta de liberdade de expressão, isto é, o controle que o regime político fazia para com os cidadãos no sentido de proteger a sua liderança. Contudo, tal fato fere o artigo 19º da Carta Magna que relata que todo o indivíduo tem o direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão (ONU, 2009).

Segundo o entrevistado, com a independência tudo passou a ser proibido no arquipélago de Cabo Verde no que diz respeito à livre reunião dos cidadãos e, isto inclui a proibição de fundar partidos políticos, de organizações associações, de criar sindicatos, de organizar manifestações, de fazer greves, de expressar pública e livremente a sua vontade, de sair para o estrangeiro sem autorização da polícia política.

Nas palavras do secretário geral da União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde-Central Sindical, na entrevista dada ao jornal *Sapo Notícias*, “Era difícil (ser sindicalista). Não digo que éramos perseguidos. Havia muita

²³ Professor de liceu na época

incompreensão. Vivíamos num regime de partido único e realizar uma greve era uma grande ousadia. Qualquer ação contrária ao «status quo», era imediatamente conotada como não estando a favor do partido no poder. Os trabalhadores cabo-verdianos laboravam mais de 48 horas por semana, a grande maioria não tinha direito a férias e descanso semanal, fazia horas extraordinárias sem que recebessem e não tinham proteção social", sublinhou, realçando o "reinado" do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que, a partir de 1981, se tornou no PAICV".²⁴

Contudo, segundo Veiga (2010), "Tempos depois os trabalhadores cabo-verdianos começaram a organizar greves mesmo que proibidas e severamente punidas, contudo, a ditadura criou a imitação do sindicato chamando-o de UNTC-CS²⁵ com o objetivo de ajudar o PAIGC-CV e a sua política, a vigiar, a controlar e a dominar os trabalhadores cabo-verdianos. Isso foi motivo de não haver greve durante quinze anos naquele país. O PAIGC, portanto, passava a ser um Partido-Estado, instituindo um sistema de partido único, sindicato único, banco único, radio única, jornal único, etc" (VEIGA, 2010). O artigo 22º da LOPE trazia essas recomendações e então nela constava que não se podia agir contra os princípios e objetivos do partido único, o PAIGC.²⁶

Foi nessa organização de greves, que se deu a manifestação contra a lei da reforma agrária em 31 de Agosto de 1981 na ilha de Santo Antão, com um grupo de camponeses e agricultores. Logo em seguida a ilha foi invadida por militares da polícia política que chegaram de barco (Barco 5 de Julho) ofertada pelos comunistas soviéticos. "O ditador²⁷ e o ministro patrão da polícia política permaneceram na praia e os tiros começaram à meia noite, junto a coronhadas, pontapés, ossos partidos, dezena de pessoas feridas e torturadas, etc. O ditador

²⁵ A União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde - Central Sindical existe até hoje e se apresenta como Confederação Nacional de Trabalhadores, constituída por sindicatos, uniões e federações sindicais. Como organização autónoma e independente do patronato, do estado, das confissões religiosas e dos partidos políticos ou quaisquer agrupamentos de natureza não sindical. Tem o objetivo de defender a liberdade, autonomia e independência sindicais, bem como a consciência de classe dos trabalhadores cabo-verdianos.

²⁶ REPÚBLICA DE CABO VERDE, LOPE, 1980.

²⁷ José Manuel Veiga (2010) não explicita quem seria o ditador, mas subentende-se que se tratava do então presidente Aristides Pereira.

apressou-se a explicar que se tratava de neutralizar um grupo de golpistas que pretendia derrubar o governo e assassinar os dirigentes do nosso glorioso partido e melhores filhos do nosso povo”. Até hoje ninguém foi punido por isso, diz José Manuel Veiga.

Segundo o *Jornal de S. Nicolau (JSN)*, “para além do assassinato frio e cobarde, os “comandantes” ordenaram a prisão de dezenas de populares que – também segundo relatos da época – foram sujeitos a “choques elétricos nos testículos, chicotadas, coronhadas e pontapés” e, ainda, “à tortura do sono”. Métodos em nada diferentes dos da polícia política da ditadura de Salazar e Caetano. Considerado o primeiro grande momento de oposição popular à ditadura do partido único, o 31 de agosto abriu caminho para a instauração do Estado de Direito, da democracia e das liberdades, dez anos depois, com a realização das primeiras eleições livres”.²⁸

De acordo com a Duarte (2007 p. 36-37), “os regimes de partido único nunca permitiram vozes discordantes e Cabo Verde não fugiu grandemente a esta regra. É verdade que declaradamente, ninguém foi preso por discordar. Mas, também é verdade que se criaram climas de intimidação e desconfiança que não permitiram a formação de correntes de opinião divergentes das veiculadas pelo partido do poder”.

Todos esses acontecimentos do dia da revolta de Santo Antão talvez contribuíram para que a grande maioria da população local se revoltasse contra o próprio PAICV e tal fato quiçá explica a rejeição daquele partido naquela ilha. Os cidadãos cabo-verdianos viviam sobre a repressão política e uma instituição de “serviços de segurança que era simplesmente uma forma de espionar e reprimir os que participam em grupos de opiniões contrárias ao regime político do partido único”(idem pg.38).

O comitê do Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos (2003) afirmou que “o regime de partido único viria a mostrar-se, assim, a partir de certa altura, incompatível com uma noção, emergente no seu próprio seio e já quase imperativa na sociedade e no plano mundial, de liberdade e de inalienabilidade

dos direitos e fundamental respeito pelo homem individual e concreto, enquanto centro e actor principal de toda a acção social e política.” (CNDH,2003)

Apesar da falta do pluralismo político e vivenciando o tempo do regime do partido único, foram trabalhadas as ideias condizentes á realização de direitos económico-social, melhoria de saúde e educação, redução da pobreza para melhoria de indicadores económicos.

O projeto PAIGC/CV imprime a sua personalidade nacional nas diversos setores da sociedade enquanto a construção da nação.

Projeto MPD

O PAIGC lutou para que o país ganhasse sua liberdade, mas pode ter falhado em alguns itens que se fazem necessários para que o povo usufruísse dessa liberdade. E, então essa possibilidade de falha fez com que até 1990 Cabo Verde vivesse sob o regime do partido único e, portanto, ser considerado um Estado ditatorial, ou seja, com direito alienado e não democrático. Nestas condições os cabo-verdianos lutaram para uma vitória do novo regime em 1990 e, com as eleições, surgiu a democracia e, conseqüentemente, a nova constituição que trouxe importantes reformas políticas, sociais e económicas para o país. Os cabo-verdianos passaram a viver em um Estado de direito.

O projeto MPD tentou primeiro usar a Constituição de 1992 para construir uma nação que pudesse usufruir do respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhecer a inviolabilidade e inalienabilidade dos Direitos Humanos como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça. O mecanismo estabelece uma vasta relação de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

A CNDH (2003) afirma que “o Estado de Cabo Verde ratificou os principais tratados e convenções internacionais para proteção e promoção dos direitos humanos, adoptados pela Organização da Nações Unidas e pela Organização da Unidade Africana. Desde a ratificação de instrumentos universais gerais aos relativos a assuntos ou a grupos específicos, Cabo Verde pode considerar-se hoje razoavelmente quite com as suas obrigações internacionais nessa matéria.”

Após o período de o Estado monopolizar as informações, abrem-se as portas para a liberdade de expressão e surgem as iniciativas privadas com várias emissoras de rádios em todo o país e emissoras televisivas:

“...em 2005, Cabo Verde foi colocado na lista de países com liberdade parcial de imprensa. De acordo com a Página Oficial do Governo de Cabo Verde, a subida do nosso país, logo no ano seguinte, deve-se à contínua consolidação das tendências democráticas que levaram a uma maior abertura do ambiente em que os media operam e à diminuição dos casos de intimidação legal e de ataques a jornalista (REIS, 2007, p.38)

O direito á liberdade de expressão de pensamento surge na DUDH de 1789 e é adquirida na Constituição de 1992. Apesar disso, não se pode afirmar que os obstáculos desse exercício, ou os descontentes, se acomodaram á nova realidade democrática. Mas, o que prevalece ou deve prevalecer é o respeito pela opinião. Ninguém tem o direito de impedir a sua expressão e nem de fazer-te calar perante seu conteúdo produzido, mesmo que este seja de mau grado.

Outro elemento que chama atenção é a liberdade sindical. O artigo 66º da constituição de 1992 garante o exercício do direito da associação sindical, o direito á greve, á liberdade sindical e existência de vários sindicatos que permite aos trabalhadores a liberdade de escolha.

O texto intitulado *A Liberdade Sindical em Cabo Verde (1975 a 2005)* de Cruz (2012, pag.45 - 60) traz alguns estudos feitos sobre participações sindicais em Cabo Verde no qual, podemos perceber que há um déficit quanto á participação nas reuniões sindicais, e uma tendência á falta de comunicação e democratização entre as bases e lideranças sindicais. Além disso, metade dos trabalhadores não frequentam as reuniões sindicais da categoria.

De facto, a deficiente comunicação/conhecimento, pode expressar o desempenho pouco representativo dos sindicatos junto aos seus filiados no sentido de ter uma politica sindical que promova uma relação democrática entre os trabalhadores e as lideranças sindicais. Nesse sentido, os filiados sentirão privados da liberdade de comunicação e de informação e consequentemente de participação, pois, como por exemplo, um sindicalista poderá votar conscientemente numa lista ou numa outra para

cargo de direcção se ele nem sequer conhece os dirigentes sindicais? (CRUZ, 2012, p.51)

De acordo com a Constituição (RCV, 1992), em Cabo Verde, pode-se livremente formar grupos ou associações, fazer greves, emitir opinião qualquer que seja ela, criar partidos. A cultura de não frequentar os sindicatos pode estar ligado á primeira fase da sua criação, num momento do regime do partido único em que a liberdade de expressão não era bem quista. É garantido o direito à greve, cabendo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de o exercer e sobre os interesses que com ele visam defender. A todos os trabalhadores é reconhecida a liberdade de criação de associações sindicais ou de associações profissionais para defesa dos seus interesses e, direitos coletivos ou individuais. A criação de associações sindicais ou de associações profissionais não carece de autorização administrativa. É garantida às associações sindicais e às associações profissionais, plena autonomia organizacional, funcional e de regulamentação interna.²⁹

Apesar dos mecanismos de defesa para promover essas garantias de liberdades e direitos, não pode se afirmar que se usufrua no país, a total garantia desses direitos. Segundo Cruz (2012):

Com a derrota do Partido único no poder, o novo governo do MPD, após dois meses de governação, mais precisamente em Março de 1991, privou a UNTC-CS do subsídio anual de 12.000.000\$ (doze milhões de escudos). A UNTC-CS considerou esta atitude como Suspensão brusca, unilateral, sem aviso prévio, pelo governo da subvenção que o Estado lhe vinha concedendo (UNTC-CS, 2000) Perante esta situação a central sindical foi obrigada a despedir trabalhadores que dependiam da Organização e da subvenção.

Cruz (2012) traz alguns exemplos de violações de direitos sindicais em Cabo Verde. A UNTC-CS criada pelo PAICV continua a exercer o seu papel até os dias atuais. A violação citada acima fere os princípios de liberdade sindical e proteção dos direitos dos trabalhadores.

²⁹ REPUBLICA DE CABO VERDE, Constituição 1992 art. 63, p. 19.

Por outro lado, Cabo Verde passou a ter a lei da liberdade do corpo, isto é, o direito de cada indivíduo ir e vir. E como tal assentada no Direito Internacional, a privação dessa regra só poderá acontecer caso justificada uma exceção à regra. Ninguém pode ser objeto de prisão ou detenção arbitrária. Ninguém pode ser privado da sua liberdade a não ser por motivo e em conformidade com processos previstos na lei.

Mesmo com alguns casos de violação, os mecanismos de defesa e proteção aos direitos humanos construídos, ajudaram Cabo Verde a se tornar um “país reconhecido internacionalmente respeitador dos direitos humanos”³⁰ e exemplo para os demais países, essencialmente do continente africano,

A nível local são os tribunais, os guardiões, os responsáveis em manter o respeito pelos direitos humanos e a sociedade civil através das organizações em ONG's tem o papel fundamental de promoção e proteção destes direitos, assim como informar e formar os cidadãos sobre os instrumentos assumidos pelos respetivos governos nestes quesitos. Essas ONG's tem o papel fundamental também de denuncia das violações quer diante das instituições regionais quer pelas instituições internacionais. Além disso, a Constituição, igualmente a outros países trata de oferecer ao cidadão, liberdade, direito e garantia.

Contudo, o órgão regulador de manter respeito pelos direitos humanos a nível continental é a OUA, principalmente através das Cimeiras dos Chefes de Estado e de Governo e do seu Secretário-geral. Mas, por excelência, na África, a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos contém o repertório dos direitos e deveres dos cidadão e dos povos no continente.

Mesmo com ferramentas (constituições, Ong's, e Declarações) para proteger os direitos humanos, a sua violação pode acontecer através da globalização. O importante para otimizar os resultados é conscientizar o próprio indivíduo a efetivar o seu papel como agente desses direitos.

³⁰ (Duarte, 2007), p.35.

2.4. Entre a África e a Europa, as Ilhas de Cabo Verde

O território de Cabo Verde tem uma posição de privilégio no mapa na medida em que se situa entre o Norte e o Sul, o Ocidente e o Oriente e já facilitou as grandes navegações e comércio marítimo. É um país que construiu ou constrói ainda o seu “eu” com base na grande influência do continente europeu, essencialmente de Portugal, e também do continente africano, nomeadamente a Guiné-Bissau.

Figura 2. Mapa mundo identificando as ilhas de Cabo Verde.



Fonte: www.nationsonline.org (2015)

O mapa da figura acima mostra o pequeno arquipélago situado a 650 km da costa do Senegal. Este país construiu o seu processo de identidade nacional com referência no continente africano, quer seja para uma afirmação de

distanciamento, ou para uma afirmação de proximidade ou de pertencimento. Como descrevemos acima, estas ilhas encontram-se, dividido em dois grupos. As ilhas do Norte são denominadas de Barlavento e incluem nessa região, as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista. O outro grupo denominado de Sotavento inclui as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava. Boa parte destas ilhas é montanhosa, com poucos planaltos, mas com forte presença de crateras e cones vulcânicos.

Os primeiros sinais de ligação de Cabo Verde com a África e a Europa se estabeleceram a partir do entrelaço das culturas dessas regiões no país e aos poucos a cultura de Cabo Verde começou a estruturar tendo como base o processo da miscigenação de elementos culturais. Esses elementos com trajes próprios do país constituem a sua identidade e a raiz para a sua formação e consolidação e, se expressam na forma de música, de língua, gastronomia, religião, sementeira, casamento, morte e são passadas de geração para geração.

No início do texto abordou-se o dilema que os cabo-verdianos enfrentam em relação a sua posição identitária entre África e Europa principalmente no que diz respeito à raça e à cor da pele. Essa discussão teve início mesmo antes da sua independência. Contudo, o país insular enfrenta tanto outros grandes problemas como os dos territórios insulares que cresceram com a independência, isto é, a falta de recursos naturais como solo, água, minério; a dependência externa; a vulnerabilidade em relação à conjuntura internacional, entre outros. Mas, apesar desses fatores prejudiciais e adversos ao seu crescimento, Cabo Verde conseguiu driblar a vulnerabilidade dos contextos insulares e atingir o quadro dos países em desenvolvimento médio tornando um exemplo para as suas congêneres africanos. Hoje é um palco receptor de migrantes e turistas provenientes principalmente de outros países da África e da Europa.

Como estratégia para o seu crescimento, o país utilizou as políticas de boa vizinhança e se inseriu nas diferentes instituições internacionais como: a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização da União Africana (OUA - UA), a Francófona, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a CILSS,

Comité Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sahel e também fez parceria com a União Europeia (UE).

De acordo com a CPLP, (2012), “Cabo Verde é o único país dos PALOPs que se encontra classificado como tendo um desenvolvimento humano de nível médio, posicionando-se no 133º lugar do ranking mundial. Indicadores como a mortalidade infantil abaixo dos cinco anos na área da saúde (28/1,000 nados vivos), a percentagem de literacia (alfabetização) em adultos com idades acima dos 15 anos na área da educação (84,8%), entre outros indicadores, atribuem ao país o índice de 0,568 de desenvolvimento humano”.³¹

O país desde cedo percebeu também que a educação era um mecanismo crucial para alavancar seu crescimento e efetivação dos direitos humanos e então assina acordos com diversos países dos quatro cantos do mundo para enriquecer seus jovens, sua cultura e acima de tudo acelerar e melhorar seu quadro econômico e político. No entanto, o fator educacional engloba também o fator cultural. Tanto os migrantes quanto os estudantes que saem para a Europa e outros continentes levam a sua cultura e tentam manter a sua identidade. Essa nação da diáspora participa nas decisões internas do país porque votam, produzem e propagam a cultura nacional. José Semedo que traz seu artigo na Fundação Amílcar Cabral afirma que “Na sua essência os migrantes levaram consigo a sua cultura e mantiveram a sua identidade nas comunidades reunidas nas diversas paragens e mantiveram laços de ligação à terra e aos familiares mesmo quando o regresso nunca foi possível....Na maioria das parcelas da diáspora os cabo-verdianos reconstituíram autênticas ilhas novas agregando patrícios de várias ilhas de origem a contribuem de forma activa na consolidação e difusão da cabo-verdianidade além arquipélago”.³²

A cultura foi um elemento base da identidade que marcou o incentivo e a força da tomada da independência em Cabo Verde e neste sentido, o povo foi conscientizado para valorizar a sua cultura, como salienta o Amílcar Cabral: “...

³¹ (CPLP, 2012)

³² SEMEDO, José Maria. “ **ESTADO NAÇÃO E OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: O CASO DE CABO VERDE**”: A Especificidade de um Estado Insular e diaspORIZADO. Disponível em: <http://portal.unesco.org/shs/fr/files/10991/11840743421j_semedo.pdf/j_semedo.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2015

luta, face a toda uma espécie de obstáculos que tomam uma série de formas, reflecte a consciência ou posse de uma identidade completa, generaliza e consolida o sentimento de dignidade, fortalecido pelo desenvolvimento da consciência política, e deriva da cultura ou culturas das massas em revolta, uma das suas principais forças” (CABRAL, 1978, p. 273).

Após a independência, a identidade cabo-verdiana teve uma reconfiguração na medida em que o PAIGC e o PAICV trabalharam nesta perspectiva criando grupos políticos, com o intuito de condensar a sua ideologia, protegendo e fortalecendo as raízes culturais que identificam os cabo-verdianos e os guineenses. Desta forma, tentou conscientizar Cabo Verde, a partir da educação das crianças, colocando livros das personagens como o Primeiro Ministro e o Presidente do país e incluindo poemas de Amílcar Cabral, hino nacional, além de heróis que lutaram pela independência do país, também tinha tema da liberdade e países do PALOP. Isto é, tentaram aprofundar e aproximar do continente africano resgatando os ideais africanos.

O primeiro e o segundo projeto (PAIGC e PAICV) tiveram ainda uma política externa voltada para o continente africano, pois havia uma participação ativa na mediação e resolução dos conflitos regionais. “O Estado Nação após a independência marca uma nova era nas novas instituições internacionais: ONU, OUA e a CEDEAO veio mais tarde em 1977”.³³ Os debates em torno da integração de Cabo Verde na CEDEAO centram-se nas questões culturais/identitárias, económicas e políticas.

No ano 1990, os livros escolares do ensino fundamental trouxeram temas de festas populares e os direitos da criança. O pluripartidarismo e a globalização permitiram o cunho de uma nova ideologia focada na construção de uma identidade na política internacional, ou seja, na inserção dinâmica do arquipélago na economia mundial e alcançar um desenvolvimento económico e social sustentado. O desenvolvimento teve sua base na ajuda internacional e remessa dos emigrantes como forma crucial de aliviar a dependência económica do país.

³³ (Madeira, 2014, p. 20).

Porém, essas condições da globalização contribuí para uma fragilização da cultura e efetivação dos direitos humanos como já tinha sido afirmado antes. A fragilidade estrutural da economia cabo-verdiana, a sua dependência endêmica face ao exterior, a carência de recursos financeiros e naturais são fatores de monta que continuam a pesar sobre o desenvolvimento económico do arquipélago e a moldar o seu posicionamento na esfera internacional. A debilidade da economia cabo-verdiana foi sempre atenuada graças à gestão hábil de uma rede diversificada de dependências externas.

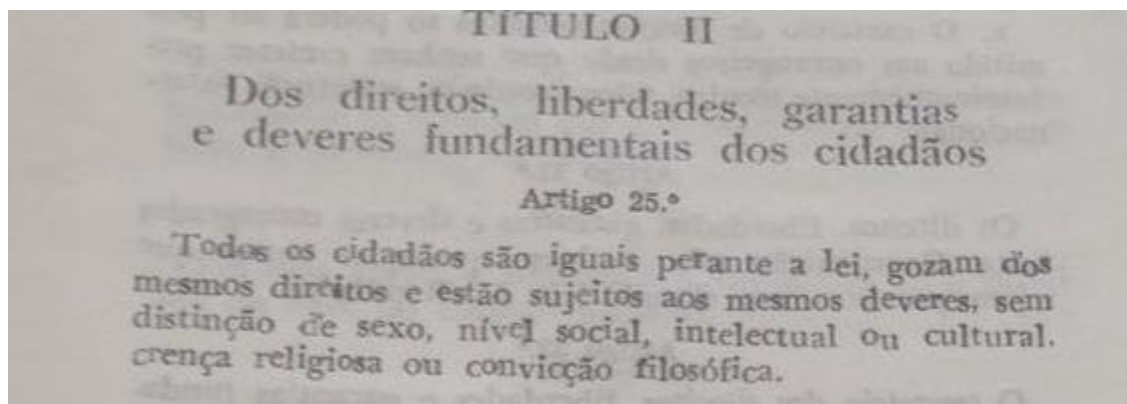
Capítulo III – CONTEXTOS CABOVERDIANOS E FATORES IDENTITÁRIOS

Os símbolos nacionais como apontam Anderson, Taylor e Stuart são fatores da construção da nação. A união das duas pátrias foi marcada também pelos símbolos nacionais definidos com a Bandeira, as Armas e o Hino. No entanto, a bandeira e a arma distinguiam esses países, mas o hino adotado foi o mesmo: «Esta é a Nossa Pátria Amada» que consiste no poema de Amílcar Cabral.

3.1. As constituições de 1980 e 1992

A primeira constituição surgiu após a celebração do acordo da Independência que foi em 1974, entre o governo português e da Guiné e Cabo Verde com o objetivo de colocar o governo de transição as condições da realização de uma eleição por sufrágio direto e universal em 30 de Junho de 1975 através de uma assembleia + representativa do povo de Cabo Verde.

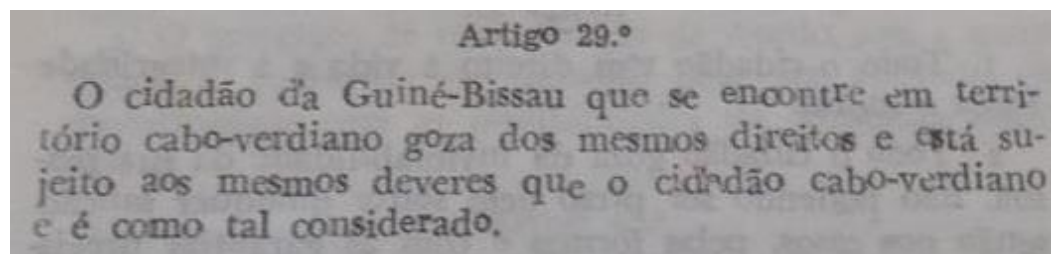
Depois das eleições, a primeira sessão da assembleia constituinte aprovou por unanimidade a Lei sobre Organização Política do Estado (LOPE) na qual foi elaborada dias antes da independência para preencher a lacuna de uma Constituição definitiva. A LOPE de 1975 constituiu-se de vinte e três artigos e fazia uma referência mínima aos direitos fundamentais como no art. 21º, que “o direito de defesa é garantido ao arguido e ao acusado” (BETTENCOURT, 2011, p. 5). Já na LOPE de 1980, no título II faz-se uma abordagem aos direitos, liberdades, garantias e deveres como pode ser observado abaixo com o artigo 25º como mostra o recorte da Constituição abaixo:



Fonte: Constituição LOPE, setembro, 1980.

O artigo 25 trata todos os cidadãos iguais perante a lei, independente do sexo, condição econômica e intelectual ou religião.

O artigo 29 da LOPE também trata os direitos e garantias do cidadão e neste caso faz-se a referência aos guineenses que circulam em território cabo-verdiano. A luta pela união dos dois países, desses dois povos ganha destaque na Lei Orgânica do país.



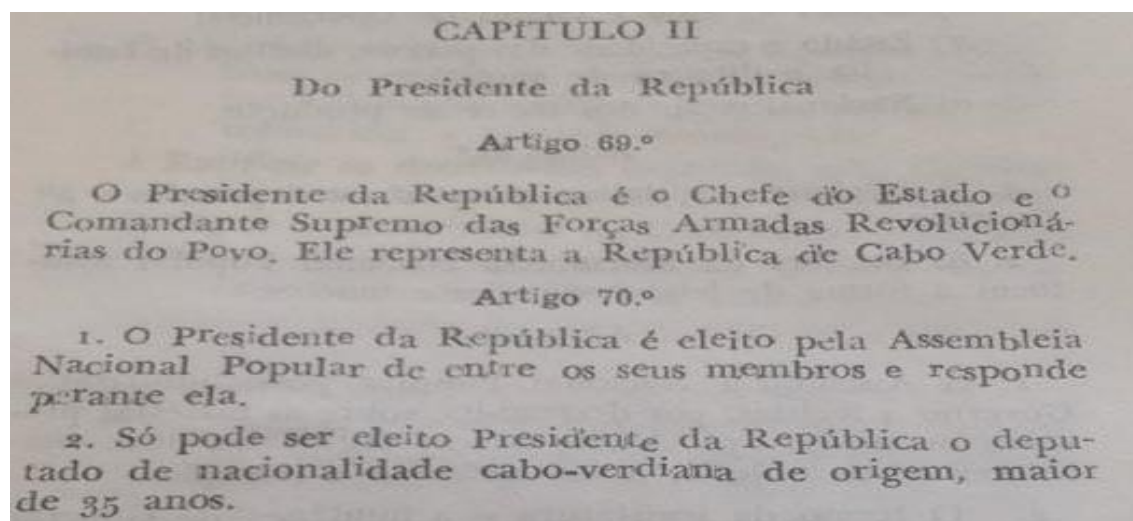
Fonte: Constituição LOPE, setembro, 1980.

A primeira Constituição da República de Cabo Verde foi aprovada em setembro de 1980 e estabelece no seu artigo 3.º que Cabo Verde é um Estado de “democracia nacional revolucionária” fundada na unidade nacional e orientada para a construção de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem”. O objetivo fundamental do Estado democrático era a defesa dos interesses das massas trabalhadoras e a construção da paz, progresso e felicidade para os cabo-verdianos. E, institui ainda no artigo 4.º que na República

de Cabo Verde, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é a força política dirigente principal da sociedade e do Estado.

Sobre as propriedades do Estado consta no artigo 11.º no segundo parágrafo: “são propriedades do Estado, os meios de comunicação e de informação, os bancos, os seguros, as infraestruturas e os meios fundamentais de transporte”.³⁴ Na Constituição não consta o reconhecimento e garantia do exercício efetivo do direito dos trabalhadores, a organização e a atividade sindical, com o intuito de defender seus interesses.

A eleição do Chefe de Estado, Presidente da República era feita através da Assembleia Nacional Popular (ANP) entre os seus próprios membros conforme a Carta Magna de 1980:



Fonte: Constituição de 1980.

Essa Constituição concedia a Assembleia Nacional Popular a competência para “decidir da constitucionalidade das leis e dos demais diplomas legislativos” (Art. 62.º) e deste modo fica na ideia de que só o órgão sintetizador da vontade geral teria legitimidade para fiscalizar a conformidade constitucional das leis, que o próprio produzia. Não se podia falar em Justiça Constitucional uma vez que os tribunais não tinham nem a possibilidade de apreciação constitucional das leis, o que havia era sim, uma fiscalização política das leis.

³⁴ Constituição de 1980, art. 11, p. 7.

A LOPE de 1980 sofre três revisões constitucionais sendo que a primeira delas foi devido ao golpe de Estado na Guiné-Bissau em Novembro de 1981 e mudaram por consequência disso, o preambulo e as ligações ao PAIGC e a Unidade Guine-Cabo Verde. “Por esse motivo, a ligação política entre esses dois países teve seu fim, e Cabo Verde assume um novo nome do partido – Partido Africano da Independência de Cabo Verde – PAICV” (BETTENCOURT, 2011).

A segunda revisão decorreu da Lei Constitucional nº 1/III/88, a 17 de Dezembro alterando a constituição econômica. A última revisão foi feita em 28 de Setembro baseando na Lei Constitucional nº 2/III/90 alterando o regime do partido único para o princípio da liberdade de constituição de partidos políticos.

A constituição de 1980 para além de não poder ser revista a todo o tempo porque não tinha legitimidade para rever limitou-se a dizer que era preciso garantir a democracia, o respeito pelos direitos humanos e o princípio do sufrágio direto para a eleição dos órgãos de soberania. Tinha um carácter incompleto no que diz respeito aos direitos fundamentais, pois contribui somente com o direito da defesa judicial. Contudo, conseguiu satisfazer as necessidades básicas da população e garantir os direitos sociais – direito a educação, trabalho, saúde, etc.

Com as mudanças no quadro político, econômico e social que aconteceram em 1991 marcadas pelo inconformismo do povo com os partidos comunistas (na China e no Leste europeu) – e também com a queda do Muro de Berlim, alguns personagens de Cabo Verde sentiram que tinha chegado o momento certo de avançar e ter um país democrático. O Partido Único agiu timidamente em 1990 anunciando eleições autárquicas, porém o sufrágio proibia aos outros partidos de participarem nessas eleições e, tinham direitos de participar somente cidadãos independentes. Eis que aparecem os primeiros sinais de abertura política.

Desta eleição o PAICV saiu claramente derrotado, e com isso colocou-se fim ao período do partido único (1975 – 1990), e iniciou-se o sistema do pluripartidarismo e democracia marcado pela conquista dos direitos principalmente civis, políticos, liberdade de expressão e de imprensa, liberdade de associação, manifestação e direito a greve. O novo governo, liderado por Dr. Carlos Veiga (Primeiro Ministro) e António Mascarenhas Monteiro (Presidente da República)

definiu os rumos do país apostando fortemente na abertura da economia cabo-verdiana aos investidores estrangeiros. A revisão constitucional de setembro de 1990 deu uma nova redação e um novo conteúdo jurídico-material de cariz plenamente democrático a Constituição política de 1980. Assim, a Assembleia Nacional Popular (ANP) aprova Lei Constitucional que institui o pluralismo político em Cabo Verde como já tinha mencionado.

Surgem novos partidos, União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) e Movimento Para Democracia (MPD) em Março de 1990, sendo que este último, liderado pelo primeiro ministro Carlos Veiga e pelo presidente da república Antônio Mascarenhas. Ou seja, a 13 de Janeiro de 1991, Cabo Verde realiza sua primeira eleição pluralista e o MPD vence as eleições com maioria qualificada e institui essa data como feriado nacional na medida em que considera uma data da conquista do povo para com a liberdade e a democracia.

Houve debate para o novo texto constitucional na medida em que se assentava numa Constituição cujo princípio e objetivo era um Estado de democracia nacional revolucionária que não incentivava os cidadãos e ainda um Estado controlador. Cabo Verde tinha passado para uma sociedade livre e de Estado de Direito Democrático. Havia necessidade de se ter uma nova Constituição porque o país alterou seu regime político.

Comemora-se, portanto, o 13 de Janeiro, a data da democracia como se comemora o dia 05 de Julho, o dia da independência. Comemora-se além da democracia, dos direitos, das liberdades e das garantias para todos os cabo-verdianos, o renascimento de tudo inclusive da Constituição da República. É ganhar a emancipação de toda a Nação. Comemora-se a aprovação formal de leis consagradas de ampla liberdade política democrática, nomeadamente das liberdades de constituição de partidos políticos, de reuniões e de greve, também de novas leis eleitorais democráticas que seriam ratificadas pelas eleições legislativas, presidenciais e autárquicas.

O partido define seus propósitos de governança tendo nestes a abertura econômica de Cabo Verde aos investidores estrangeiros. Cabo Verde conquista não só um regime multipartidário e democrático, mas também seus direitos civis,

políticos, de liberdade de expressão e de imprensa, de liberdade de associação e da conquista de vários direitos por parte dos trabalhadores. Neste contexto, o MPD se apresentou como o partido que vai conduzir o país ao novo regime, a democracia.

Considerada o regime político que melhor protege e promove os direitos humanos, a democracia, também é definida como regime fundado na soberania popular, na separação e desconcentração de poderes, com pleno respeito aos direitos humanos. Portanto, não existe democracia sem o exercício dos direitos e liberdades fundamentais.

Destarte, hoje, Cabo Verde é um país democrático. Segundo o site *Economist Intelligence Unit* (2015), Cabo Verde se encontra no 31.^o lugar da lista dos países mais democráticos do mundo e é o melhor país da língua portuguesa em termos de democracia, mesmo caindo quatro posições nesse ranking. Deste modo chama atenção dos analistas políticos e da comunidade internacional na medida em que vem sendo apontado como um modelo de democratização na África e desde que fez a sua abertura política no início de 1990, tem realizado eleições periódicas em clima de estabilidade e o suporte popular à democracia vem sendo reforçado paulatinamente de acordo com pesquisas realizadas.

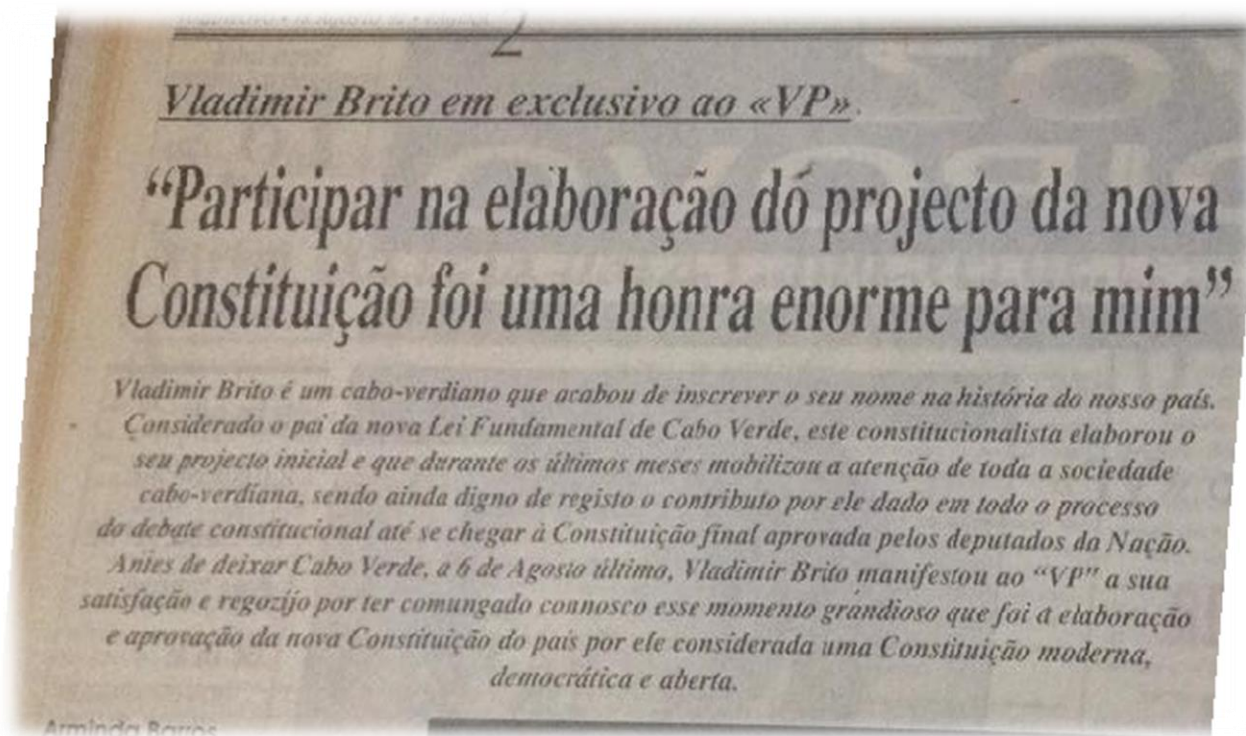
No próprio contexto africano percebe-se uma incerteza ou talvez um pessimismo perante o futuro das suas democracias. Os permanentes conflitos e instabilidades em algumas regiões desse continente, o pouco desenvolvimento econômico parecem não caminhar junto aos processos da democracia.

Vladimir Brito³⁵ constitucionalista cabo-verdiano considerado pai da lei fundamental de Cabo Verde de 1992 elaborou o seu projeto e deu seu contributo desde o processo de debate constitucional até chegar a Constituição que foi aprovada pelos deputados da Nação. Na entrevista ao jornal *Voz di Povo*³⁶

³⁵ Vladimir Brito (entrevistado pelo jornal *Voz di Povo* em Agosto de 1992) é Licenciado, Mestre e Doutor em Direito (especialidade Ciências Jurídico-Políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Membro da Lista de Conciliadores das Nações Unidas, (Convenção de Viena sobre os Direito dos Tratados de 1961), designado pelo Governo de Portugal.

³⁶ O jornal *Voz di Povo* foi fundado em 1975, extinto na década de 1990, para ser substituído pelo *Novo Jornal de Cabo Verde* e, mais tarde, pelo *Horizonte*, hoje extinto.

(Agosto, 1992) por Arminda Barros, considera que a constituição de 1992 é uma constituição moderna, democrática e aberta, como mostra a figura 5 abaixo:



Fonte: *Voz do Povo*, entrevista de Vladimir Brito, 18 Agosto, 1992, p. 2.

Vladimir Brito garante ainda que a elaboração da constituição foi interessante na medida em que foi debatida no parlamento pelos responsáveis políticos do país, isso melhorou algumas situações e acha também que a constituição corresponde à realidade nacional principalmente “na questão do poder de dissolução do parlamento pelo presidente da República que toda a gente sabe, era contrário à referenda como eu disse, mas a solução encontrada em confronto digamos assim, foi a solução possível, nesta fase” (VOZ DI POVO, 1992, p. 2).

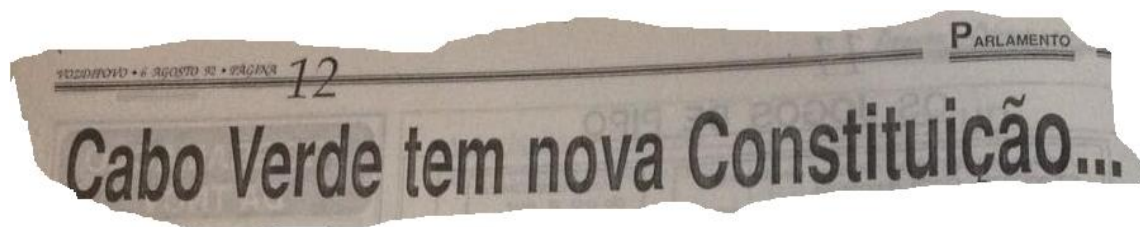
Brito (1992) apud *Jornal do Povo* (1992), afirma que “no seu todo, o projeto satisfaz-me porque, de fato, é uma constituição aberta e tem um aspecto fundamental que é garantir amplamente os direitos do homem em Cabo Verde”. O

regime consagrado nesta constituição e o regime parlamentarista, segundo o constitucionalista.

Os deputados tinham que estar cientes que trabalhavam para que pudessem aprovar uma nova Lei Fundamental que refletisse no essencial a maneira de pensar de toda a sociedade cabo-verdiana. Nesta ordem de ideias, a Constituição teria de ser um documento de revelação de consensos fundamentais que unem os cabo-verdianos.

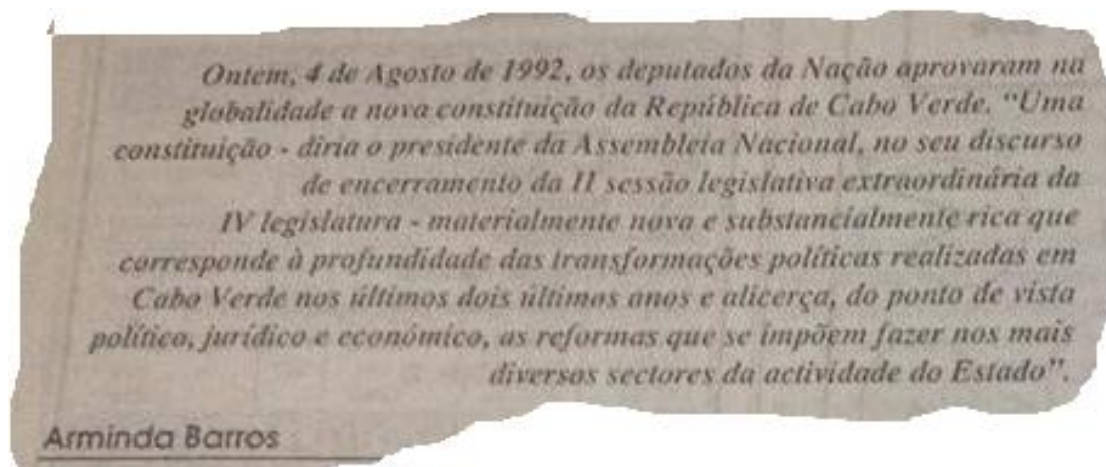
Além da nova Constituição de 1992³⁷ imputa-se a mudança dos símbolos nacionais da República de Cabo Verde. Aplica-se nesta Constituição uma lista de direitos, de liberdades e garantias e de direitos econômicos, sociais e culturais que dizem respeito à dignidade da pessoa humana.

Jorge Carlos Fonseca, ministro de negócios estrangeiros, na época, manifestou sobre a fraqueza da constituição de 1980 na medida em que a nova constituição substituiu os noventa e tal artigos da constituição anterior por trezentos novos artigos que “em nada se aproximam dos anteriores, seja em termos de princípios, direitos, liberdades e garantias, seja do ponto de vista político, do sistema do governo ou das normas e garantias da constitucionalidade, utilizando ao máximo as regras da revisão”.³⁸



³⁷ A constituição da república de Cabo Verde foi aprovada a 5 de Agosto de 1992 com 56 votos a favor e 16 abstenções e nenhum voto contra. Todos os preceitos foram discutidos inclusive o preambulo.

³⁸ Jornal Voz di Povo, julho de 1992



Fonte: *Voz di Povo*, 6 de Agosto de 1992, p.12.

Logo após a aprovação da nova Constituição pelos deputados da nação, Arminda Barros³⁹ publica o seu texto intitulado "Cabo Verde tem uma nova Constituição" no jornal *Voz di Povo*, como pode ser observado acima no trecho do jornal. O novo texto engloba novas formas políticas enfatizando o setor político, econômico e jurídico.

A constituição de 1992 consagra no título IV da parte IV os direitos sociais dos cidadãos. Neste diz, que todo o cidadão tem direito ao ensino, a educação, a cultura, cultura física e ao desporto. Ao mesmo tempo estipula os deveres gerais de todos os cabo-verdianos. No campo político, a constituição regula as formas do exercício do poder político e inclui as regras fundamentais do reconhecimento eleitoral, do sufrágio, da eleição do presidente da República, dos deputados a Assembleia Nacional. Consagra o direito ao referendo, isto é, a consulta direta do povo no que diz respeito às questões de relevância nacional ou local nomeadamente para separar os órgãos da soberania e suas competências. Também pela independência dos tribunais e dos próprios órgãos da soberania além da separação da Igreja do Estado.

No ato da discussão relativo aos símbolos nacionais, a Bandeira, o Hino e as Armas, os membros do PAICV abandonaram a sala. Do ponto de vista de Wladimir Brito, o momento de menor impacto foi a exclusão do PAICV em discutir

³⁹ Jornalista de profissão, tendo exercido as funções de repórter, editora, secretária de redação e chefe de redação no jornal *Voz di Povo*.

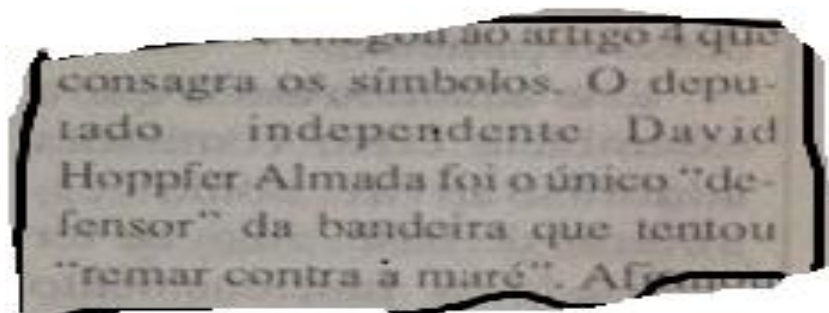
a Constituição. “O PAICV lutou muito pelo país, fizeram muito por este país, só que depois do poder não soube respeitar os direitos do homem. O PAICV perdeu sua legitimidade e só lhe restou os símbolos, e daí a luta por uma data da Constituição, a luta pela Bandeira e pelas Armas”.⁴⁰



Fonte: Jornal Voz di Povo, julho de 1992.

No jornal de 22 de julho de 1992 encontram-se as explicações da recusa do PAICV de não participar da discussão para aprovar a nova constituição. O texto de Arminda Barros esclarece que o PAICV não participou nesse debate, porque o MPD estava a aproveitar o processo da revisão para aprovar a nova constituição. Quatro artigos trouxeram polémicas para na Assembleia. O artigo 4.º, que trata dos símbolos nacionais; o artigo 13.º tratando da recepção dos tratados e acordos na ordem jurídica interna; o artigo 30.º que abrange o direito à liberdade e segurança pessoal; e finalmente, o 61.º relativo ao direito à retribuição e à segurança no emprego.

⁴⁰ Voz di Povo, 18 de Agosto de 1992.



Fonte: Voz di Povo, 1992.

O PAICV se retirou da sala na discussão em torno do artigo 4.º que rebatia a mudança dos símbolos nacionais. “Somente Davi Hoppfer Almada contestou e disse não aprovar os novos símbolos porque isto não cabia a Assembleia. É como se os símbolos tivessem sido impostos e todos tinham que aceitar”.⁴¹ Hoppfer acha que para uma mudança tinha que haver um consenso nacional e enfatizou as 25 mil pessoas que assinaram o manifesto pela manutenção da bandeira da independência.

Ainda, o autor da nova constituição exclama que a luta pelo hino se deu com pouca clareza por parte do PAICV, na medida em que no ato da discussão o líder máximo do partido, Pedro Pires se ausentou da sala. Este é o momento em que deveriam travar a discussão, segundo Brito apud no Jornal Voz di Povo (1992). Triste porque nem os responsáveis da bancada desse partido apoiaram essa luta. Então, isso pode significar que a luta deles não tem tanto significado para eles.⁴²

Essa ausência facilitou a aprovação de muitas leis e a Constituição foi aprovada com a cerimônia da nova Bandeira Nacional no palácio presidencial. Tal Constituição teve sua revisão extraordinária em Novembro 1999 pela Lei nº 1/IV/95. Esta revisão consistiu na introdução de uma norma transitória atinente à aplicabilidade do art. 102º.

No período de vigor da Constituição de 1992 constatou-se que Cabo Verde aprendeu a ter uma cultura constitucional e uma aprendizagem democrática como

⁴¹ Voz di Povo, 21 de Julho de 1992.

⁴² Voz di Povo, 18 de Agosto de 1992.

deriva a Carta Magna.⁴³ A constituição ajudou o país a respeitar as políticas dos direitos humanos no que tange os direitos e liberdades individuais, o equilíbrio e a estabilidade político-social, como garantia da defesa e promoção da dignidade do homem cabo-verdiano.

Tornou-se, portanto, caracterizado em um Estado de Direito Democrático onde não se pode falar em pensamento melhor que o outro, uma vez que todos são dignos de respeito. Constata-se que a constituição cabo-verdiana de 1992, em seu preâmbulo, certifica a pluralidade da sociedade nacional,

Assumindo plenamente o princípio da soberania popular, o presente texto da Constituição consagra um Estado de Direito Democrático com um vasto catálogo de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, a concepção da dignidade da pessoa humana como valor absoluto e sobrepondo-se ao próprio Estado, um sistema de governo de equilíbrio de poderes entre os diversos órgãos de soberania, um poder judicial forte e independente, um poder local cujos titulares dos órgãos são eleitos pelas comunidades e perante elas responsabilizados, uma Administração Pública ao serviço dos cidadãos e concebida como instrumento do desenvolvimento e um sistema de garantia de defesa da Constituição característico de um regime de democracia pluralista (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, 1992).

A mesma carta afiança no seu artigo 1º respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhece a inviolabilidade e inalienabilidade dos Direitos do Homem⁴⁴ como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça. “Hoje todos os textos internacionais sobre direitos humanos elucidam a dignidade como fruto da própria ‘humanização’ e foi o ser humano quem criou o Direito e desenvolveu a ideia de dignidade em grandes textos normativos que podem ser sintetizado no artigo 1.º da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948: todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” (BENEVIDES, 2007).

⁴³ A Magna Carta cabo-verdiana de 1992 é constituída por 293 artigos e está estruturada, para além do Preâmbulo, em VII partes, a saber: Parte I- Princípios fundamentais; Parte II- Direitos e deveres fundamentais, Parte III- Organização económica e financeira, Parte IV- Do exercício e da organização do poder político, Parte V- Da organização do poder político, Parte VI- Das garantias de defesa e da revisão da Constituição e, por último, Parte VII- Disposições finais e transitórias.

⁴⁴ Na Constituição de 1992, encontra-se escrita Direitos do Homem, mas leva-se em consideração os direitos humanos e não do homem em si.

A Carta Magna de 1992 assegura o reconhecimento à igualdade de todos os cidadãos perante a lei sem distinguir raça, religião, convicções políticas, sexo, etc. Referindo a dignidade humana, a Parte II da Carta Magna, intitulada Direitos e Deveres Fundamentais consagra um amplo catálogo de direitos e deveres fundamentais, do art. 15º ao art. 89º. As normas constitucionais e legais relativas aos direitos fundamentais devem ser interpretadas e integradas de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Humanos.⁴⁵ O artigo 28º destaca que é inviolável o direito à liberdade. Enquanto na constituição de 1980 encontra-se que as informações e meios de comunicação são propriedades do Estado, a constituição de 1992 traz a liberdade de informação: são garantidas as liberdades; pessoal, de pensamento, expressão e informação, de associação, de religião, de culto, de criação intelectual, artística e cultural, de manifestação e as demais consagradas na Constituição, nas leis e no Direito Internacional geral ou convencional recebido na ordem jurídica interna.⁴⁶

O artigo 47.º reforça essa prática consagrando que todos têm a liberdade de informar e de serem informados, procurando, recebendo e divulgando informações e ideias, sob qualquer forma, sem limitações, discriminações ou impedimentos. É proibida a limitação do exercício dessas liberdades por qualquer tipo ou forma de censura.

É assegurada a liberdade e a independência dos meios de comunicação social relativamente ao poder político e económico e a sua não sujeição a censura de qualquer espécie. É obrigatória a divulgação da titularidade e dos meios de financiamento dos órgãos de comunicação social, nos termos da lei (Art. 59). São proibidas as associações armadas ou de tipo militar ou paramilitar, e as que se destinam a promover a violência, o racismo, a xenofobia ou a ditadura ou que prossigam fins contrários à lei penal (Art. 51). O artigo 61 retrata o direito a retribuição e consagra por igual trabalho, o homem e a mulher percebem igual retribuição (Art. 61). A todos os trabalhadores é reconhecida a liberdade de criação de associações sindicais ou de associações profissionais para defesa dos

⁴⁵ REPÚBLICA DE CABO VERDE. Constituição 1992.

⁴⁶ REPÚBLICA DE CABO VERDE. Constituição 1992.

seus interesses e direitos coletivos ou individuais. A lei regula o exercício do direito à greve e define as condições de prestação, durante a greve, de serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações, bem como de serviços mínimos indispensáveis para acorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis (Art. 63). É proibido o trabalho infantil. A lei pune especialmente, como crimes graves, o abuso e exploração sexuais e o tráfico de crianças (Art. 73). Todos têm direito à educação.

Deste modo, o novo sistema político parlamentar em Cabo Verde promulgou políticas governamentais enquadrada na nova Constituição e fazendo referência aos direitos do cidadão obedecendo às regras da DUDH. Esta mudança permite a própria convivência com os direitos que na antiga Constituição não tiveram oportunidade de conhecer. Permite o desenvolvimento da personalidade de cada ser humano, na sua dignidade humana.

3.2. Os fatores simbólicos das aproximações africanas e europeias

A sociedade cabo-verdiana se caracteriza por símbolos tanto europeus, quanto africanos. A música, as roupas, o crioulo, a gastronomia, a religião, os hábitos, tudo se espelha nesses continentes e o cabo-verdiano faz dessa mistura ser a sua identidade. Caracterizada como uma sociedade em movimento devido à mobilidade do dia a dia na música, na arte, na expressão linguística, etc. a música cruza fronteiras acompanhando o deslocamento das pessoas ressaltando também seu caráter estratégico na adaptação criativa a novos contextos e na construção de novos vínculos. A morna é um ritmo que se destaca a nível nacional e internacional como o símbolo de Cabo Verde e uma maneira de apresentar a nação; é o principal canal de exteriorização dos sentimentos cabo-verdianos. A morna muitas vezes expressa sentimentos da alma de um povo. A diva dos pés descalços como ficou conhecida mundialmente, Cesária Évora, junto com o mercado da *world music* iniciaram a circulação dessas canções além fronteiras.

Após a independência os estilos musicais cabo-verdianos enfatizaram os estilos musicais africanos, as letras e o som fazendo reverdecer elementos da

cultura musical nacional. A junção desses gêneros foi um tanto determinante no projeto “re-africanização” do governo pós-independência que virou uma ‘tradição cultural autenticamente crioula”.

O canto alegre da independência de Cabo Verde foi do cantor cabo-verdiano Norberto Tavares que se juntou ao grupo *Black Power* e lançou em 1975 música *Nos Cabo Verde di speranza*. Esta música se tornou o símbolo da época pós-independência marcada pela revolução cultural e pelo nacionalismo cabo-verdiano do povo, do sentimento, da migração. A conscientização através da musica trouxe o reconhecimento do herói nacional, o líder Cabral, a valorização do crioulo e a valorização da cultura africana e do próprio território cabo-verdiano, o que exatamente nos remete ao pensamento de Anderson e Stuart Hall sobre a construção da nação/identidade.

Nos Cabo Verde di Sperança:

*Nos cabo Verde di speranza
Sperança num dia nu podi bem vive dreto
Sperança de um dia tudo podi volta
Volta pa nos terra pa vive na nos terra
Volta pa nos terra cabo verde
Volta pa terra ke di nos.....
....Cada um di nos é um Cabral*

Musica: Tubarões

A música tenta trazer elementos perceptíveis de uma nova sociedade que se constrói com base na esperança e na consciência do progresso caso cada individuo imigrante volte e assuma junto ao seu povo o seu papel como um ser cabralino. A chamada para voltar ao país pede atenção para que todos, mesmo imigrantes sintam que pertencem ao grupo cabo-verdiano e que juntos têm que trabalhar para adquirirem a igualdade e lealdade e marcar vínculos da identidade.

Apesar de ser uma música que demarca a época da libertação colonial, ela teve muito mais repercussão em 1990. Norberto Tavares, o vocalista da banda, fez o maior sucesso marcando também a era da democracia em Cabo Verde com a mesma música. Norberto era convidado a participar de vários comícios do MPD para cantar *Cabo Verde di Sperança*, e desde então sua música contagiou as crianças, os jovens, os idosos e enfim, a grande maioria da população tanto local quanto os da diáspora.

A nação pode ser considerada como uma comunidade em que os indivíduos permanecem vinculados onde compartilham o território e reconhecem seu passado comum e têm uma visão de futuro também comum. Desse simples fato, pode-se então afirmar de uma nação cabo-verdiana, de uma nação brasileira, de uma nação norte-americana, de uma nação holandesa e assim por diante, porém cada nação possui sua identidade própria e creio que essa identidade está nos laços familiares, nas raízes históricas, na maneira de viver no mundo.

A nação cabo-verdiana se declina neste conceito pelos caminhos aventureiros da emigração da população desse país para outros países, pelo mundo afora. A população de Cabo Verde dentro do país soma a quase 500 mil pessoas, enquanto a população cabo-verdiana que reside no exterior soma mais que o dobro desse número. Mesmo os filhos, sobrinhos, netos, primos, que nunca se conheceram, nunca tiveram contato físico, possuem um vínculo muito forte entre eles, de querer proteger, ajudar, entre outras coisas. Duas décadas atrás, as famílias se contatavam pela carta e telefones, mandavam fotos e encomendas. Além disso, esses familiares procuravam sempre atualizar as notícias que abarcavam a família, os amigos e a sociedade (tipo, quem construiu a casa, quem casou, quem morreu, quem teve filho, quem está doente, quem fez a festa, quem viajou, etc), as famílias ficam atentas às viagens de amigos ou alguém próximo porque isto é uma boa oportunidade para enviar encomendas à família que está do outro lado do país (Europa ou Américas) e vice-versa. Diria que a pequena carta ou encomenda enriquece e fortalece não só os laços familiares, não só o sentimento pela pátria, como também enriquece a própria economia do país que

tem a maior fatia do PIB ancorado às remessas que essas famílias recebem dos familiares que estão no exterior.

Ao longo do tempo, as tecnologias sendo desenvolvidas e cada vez mais avançadas, a proximidade torna cada vez maior. Torna como se o membro do exterior morasse dentro da casa do familiar, uma vez que sabe de todas as novidades no exato momento do acontecimento. As fronteiras limitadas são “atravessadas” com facilidade pelos meios de comunicação (DIAS; LOBO, 2012).

Músicos cabo-verdianos retratam essa situação, como pede o músico Norberto Tavares *volta pa nos terra*, a cantora Lura e Mayra Andrade são cantoras contemporâneas que reproduzem os estilos musicais de uma forma mais aventureiro fazendo a fusão dos estilos cabo-verdianos com outros gêneros musicais e acabam criando também novos sons. Cantam em *krioulo*, expressando as mais diversas tradições do povo cabo-verdiano, desde a migração que retrata a saudade, as cartas, passando pela vida amorosa típica desse povo e isso pode trazer consigo a possibilidade de dar seu contributo para evolução de uma identidade cultural própria de Cabo Verde.

Essas características são essenciais para a afirmação do “eu cabo-verdiano”. Não só a música, mas também a Carta Magna traz essa preocupação com a migração desse povo. Espelhando-se na definição da nação que Anderson se propôs pode-se fazer um link com a definição de como a constituição da nação cabo-verdiana define a nacionalidade de seus próprios membros.

De acordo com a constituição (1990) de Cabo Verde capítulo II, artg 7º, a nacionalidade cabo-verdiana pode ser de origem por nascimento ou de origem por opção. A nacionalidade é de origem por nascimento quando:

- O indivíduo é nascido em Cabo Verde, filho de pai ou mãe de nacionalidade cabo-verdiana;
- O indivíduo nascido em território cabo-verdiano não possua outra nacionalidade;
- O indivíduo nascido em Cabo Verde de pai e mãe apátridas ou de nacionalidade desconhecida residentes em Cabo Verde.⁴⁷

⁴⁷ SUPLEMENTO AO “BOLETIM OFICIAL” DE CABO VERDE, N°25 29 DE JUNHO DE 1990.

O governo de Cabo Verde mostra-se preocupado ao que concerne a política de nacionalidade pelo fato desse país constituir-se essencialmente de emigração. Observa-se que o governo tenta assegurar, ao máximo, o vínculo de filiação entre os nacionais e os seus descendentes nascidos no estrangeiro, de forma a manter os seus emigrantes ligados à comunidade nacional e, por consequência, assegurar a implementação da política de Nação Global. As ações e políticas de nacionalidade vem sofrendo várias alterações ao longo do tempo de forma a que o cidadão se sinta mais acolhido ou protegido pelo país.

A obra do autor Anderson (2008 p.12) referenciado como *Comunidades Imaginada*, aborda o tema nacionalismo como um produto cultural e que para compreendê-lo é necessário primeiro entender suas origens históricas, ou seja, entender de que forma seus símbolos e seus significados são tratados e transformados ao longo do tempo resultando em uma profunda legitimidade emocional. Deste modo, o autor conclui que uma comunidade politicamente imaginada torna quase uma questão de parentesco ou religião.

Um dos produtos culturais que torna símbolo do povo e fortalece o cabo-verdiano reside na categoria mestiço, ou seja, o mestiço é um fator cultural dominante cabo-verdiano. O próprio indivíduo mestiço fala da sua mestiçagem e se vê como ser único e diferente dos outros.

Outro fator que também pode ser indicado é a língua crioula. Ao se fundamentar a construção da nação pelo olhar de Benedict Anderson surgem critérios que permitem definir e avaliar a natureza das realidades nacionais caboverdianas, então, o que se torna necessário discutir da definição da nação e ou nacionalismo são: a língua, a cultura, o território, a religião, etc. O crioulo é a língua comum falada entre os cabo-verdianos, apesar de não ser exatamente igual em todas as ilhas, mas é considerada a segunda língua no sentido que o português é a língua oficial do país, falado nas instituições, nos meios de comunicação. Segundo Madeira (2014) “A língua cabo-verdiana representa uma memória social, uma vez que é instrumento de uma cadeia de reprodução de saberes que se vão comunicando e transmitindo às novas gerações. Ela é o

principal elemento identitário do cabo-verdiano e, conseqüentemente, um dos factores mais importantes da caboverdianidade.” (MADEIRA, 2014, p.11)

A homogeneidade da língua foi e é um importante veículo à construção de identidades uma vez que consegue reter conflitos por afirmação das diferenças que podem surgir dentro de uma nação. A homogeneização da língua, no caso, o crioulo cabo-verdiano permitiu aos membros dessa nação se entenderem e partilharem dos mesmos sistemas de valores e crenças que foi imposta pela soberania nacional.

Apesar desta teoria para fundamentar a construção da nação, o cabo-verdiano pode ser considerado muitas vezes, um ser que ainda não se convenceu de si mesmo. No nosso ponto de vista, as duas culturas impostas, tatuadas, carimbadas em Cabo Verde, ainda mexe na sua estrutura nacional e com a globalização, a definição desse ser se torna cada vez mais complicado. Madeira (2014) afirma que “Todos estes elementos constituem a riqueza da identidade e da Nação cabo-verdiana, e o verdadeiro sentido atribuído à cultura e o sentimento nacional. Mas à volta da afirmação e compreensão destes elementos, existem debates e discursos político-simbólicos e culturais que as envolvem num processo de afirmação de pensamento em contextos sociais e políticos diferentes” (MADEIRA, 2014, p.14).

No capítulo sobre as “origens da consciência nacional”, Anderson (2008) deixa claro que isso partiu do capitalismo editorial, com a língua a ser unificada em cada Estado-nação, a imprensa difundida, não só se falava como também o conhecimento estava a ser disseminado entre todas as pessoas e com isso o tempo toma outra conotação e os indivíduos percebem que há uma simultaneidade de acontecimentos na era do capitalismo industrial. Anderson, enfatiza o tempo simultâneo em dois aspectos em que resplandecem no século XVIII: temos o jornal e o romance que são veículos de informação em grande escala.

Benedict Anderson ainda define os nacionalismos oficiais como medidas políticas conservadoras adaptadas ao modelo dos nacionalismos populares linguísticos, como uma forma de aliar a naturalização de cada comunidade com

sua nação. Desse modo, a língua e a educação tiveram sua importância na construção desses nacionalismos que tiveram o objetivo da universalidade e homogeneidade para a construção da identidade nacional.

Em Cabo Verde, a consolidação da língua crioula que tem a afirmação de um povo e de uma nação de origem, e sobre a qual se desenvolveu sua história que consistiu de cultura mestiça, híbrida, fruto do cruzamento entre povos e culturas diferentes, busca uma nação homogênea, com uma identidade cultural própria, como forma de manifestar o seu nacionalismo.

Deste modo, a nação e seus governantes se constituem como o núcleo de um imaginário do poder como doador e como mediador de doações. É na imagem de um país sem recursos, que recebe ajuda das potências estrangeiras e as redistribui para a população garantindo a sobrevivência desta, que se edifica uma concepção global e personalizada do poder.

Além da língua, da música, das tradições, dos sentimentos, a nação do pequeno arquipélago é tatuada também por fatores simbólicos jurídicos. Definida, após a independência, como uma cultura pós-colonial, a identidade cabo-verdiana não escapa, pois, de colher as marcas de um passado que a prende ao universo colonial. Algumas considerações de Hall (2004) são esclarecedoras:

... a “colonização” sinaliza a ocupação e o controle colonial direto. Já a transição para o “pós-colonial” é caracterizada pela independência do controle colonial direto, pela formação de novos Estados-nação, por formas de desenvolvimento econômico dominadas pelo crescimento do capital local e suas relações de dependência neocolonial com o mundo desenvolvido capitalista, bem como pela política que advém da emergência de poderosas elites locais que administram os efeitos contraditórios do subdesenvolvimento.

Deste modo, na constituição de 1980, o artigo 20º apresenta os símbolos nacionais. A Constituição Política de Setembro de 1980 consagraria a democracia nacional revolucionária como práxis política e dominação oficial do regime autoritário de parte do partido único.

O PAIGC, nos anos 1960 era o representante dos movimentos de libertação e se inseriu também no que concerne à construção da nação. Cabral

(1945) dizia que era necessário "tirar ao inimigo a possibilidade de explorar as contradições que pode haver entre a nossa gente para enfraquecer a nossa força, que temos de optar á do inimigo" esta luta de libertação ajudou a aproximar as diferentes etnias através da cooperação que um tal empreendimento acarretava e do desenvolvimento de um meio de comunicação privilegiado - o crioulo. Rompeu-se desde então o tipo de nação que era preconizado pelo poder colonial e abre-se um novo capítulo no processo de unidade das populações da Guiné e Cabo Verde.

A luta de libertação favoreceu a consolidação do estado nacionalista parecido com outros países africanos e asiáticos, favoreceu também o fortalecimento de laços de solidariedade dos membros da nação. Cabo Verde junto com Guiné-Bissau providencia os símbolos nacionais:

FIGURA 3: Bandeira de Cabo Verde, 1975-1992.



Fonte: www.governo.cv Governo de Cabo Verde (2014)

A bandeira acima foi criada pelo PAIGC na luta pela independência e tornou a bandeira oficial de Cabo Verde no período de 1975 a 1992. As suas cores traziam consigo traços de ligação do povo cabo-verdiano com a mãe África. Segundo Cardoso (1998, p. 92): "O PAIGC que já nos princípios dos anos sessenta conseguiu afirmar-se interna e externamente como o mais representativo dos movimentos de libertação inscreveu desde cedo no seu programa a construção da nação... Toda a luta pela independência é feita sob a bandeira de unidade; "Unidade e Luta", que é mesmo a divisa, se quiserem o lema do nosso

Partido” dizia Cabral (1945) apud Cardoso (1998). A Bandeira Nacional da República de Cabo Verde é formada por três faixas retangulares, de cor vermelha, amarela e verde. As faixas são iguais em forma e superfície, ocupando a vermelha o lado esquerdo, em posição vertical, a amarela e verde em posição horizontal, respetivamente, do lado superior e do lado inferior direito. A faixa vermelha é marcada com duas espigas e folhas de milho dispostas em círculo e unidas pela base, onde assenta uma concha amarela, havendo no interior daquele uma estrela negra de cinco pontas.⁴⁸

A primeira bandeira que representou o povo de Cabo Verde criada pelo PAIGC se diferenciava da bandeira de Guiné-Bissau apenas pela coroa de espigas de milho, não tinha muita originalidade e marcava a ligação dita unidade entre esses povos. Uma forma de afirmar o reencontro da nação cabo-verdiana com a *mãe* - África. Porém essa bandeira apresentada na Figura 3 foi uma herança da bandeira do PAIGC criada pelo líder Amílcar Cabral.

FIGURA 4: Brasão de Armas de Cabo Verde de 5 de julho de 1975 a 22 de setembro de 1992.



Fonte: <http://www.governo.cv> (2014).

As Armas da República de Cabo Verde consistem em duas espigas e folhas de milho dispostas em círculo e unidas pela base, onde se assenta uma

⁴⁸ Constituição de 1980, Art. 20, p. 9.

concha amarela, havendo no interior daquele uma coroa circular em que se acha inscrito o lema – “UNIDADE-TRABALHO-PROGRESSO”.⁴⁹

O primeiro brasão de armas da República de Cabo Verde foi adotado no dia da independência, 05 de julho de 1975. Na constituição não consta nada do livro aberto e da estrela negra. No entanto entre pesquisas posso relatar que o livro aberto simboliza os esforços para desenvolver a cultura e indústria. A estrela negra é para os africanos símbolo de sua dignidade pela proclamação da independência. As espigas de milho significam a principal cultura das ilhas, o design em formato do símbolo da shell é para o Atlântico em que as ilhas estão situadas.

Tanto a Bandeira, o Hino como as Armas representam ideias que simbolizam o percurso da luta pela liberdade do povo da Guiné e Cabo Verde contemplando a realidade de suas identidades. Abaixo se pode observar como esses povos foram imaginados por Amílcar Cabral através do Hino:

Cabo Verde - Hino Nacional (1975-1996) - Esta É a Nossa Pátria Bem Amada.

Sol, suor e o verde mar,
Séculos de dor e esperança;
Esta é a terra dos nossos avós!
Fruto das nossas mãos,
Da flor do nosso sangue:
Esta é a nossa pátria amada.

(Refrão:)
Viva a pátria gloriosa!
Floriu nos céus a bandeira da luta.
Avante, contra o jugo estrangeiro!
Nós vamos construir
Na pátria imortal
A paz e o progresso!
Nós vamos construir
Na pátria imortal
A paz e o progresso!

Ramos do mesmo tronco,
Olhos na mesma luz:
Esta é a força da nossa união!
Cantem o mar e a terra
A madrugada e o sol

⁴⁹ Constituição de 1980, Art. 20, p. 9.

Que a nossa luta fecundou.
(Refrão)

Fonte: <http://www.governo.cv> (2014).

A letra do hino inspirada na luta, na unidade, no progresso e nas paisagens é de autoria de Amílcar Cabral. A República da Guiné-Bissau continua com o mesmo hino até os dias de hoje, do mesmo modo que manteve o nome do partido fundado em 1956 – PAIGC.

A primeira parte do hino descreve a paisagem natural e humana dessas terras segundo Amílcar Cabral. A segunda parte do hino fala sobre a contribuição que a terra e a paisagem trouxeram para os combatentes que tinham o objetivo de transformar a realidade da “pátria bem-amada”. “Viva a Pátria gloriosa”, canta para encorajar a realização dos objetivos. Depois, os ramos do mesmo tronco explicavam as origens e identidades dos povos em questão. Para finalizar, o hino traduz o canto de glória às vitórias alcançadas pelos combatentes.

O PAICV governou Cabo Verde durante 15 anos sob o regime monopartidário, sem eleições livres, com tendência socialista e não permitia a existência de outras forças políticas. Ou seja, o período de 1975 a 1990 Cabo Verde vivia em um regime de partido – Estado, monolítico e centralizador, pois dominava toda a sociedade onde o pluralismo não era benquisto; os cidadãos não podiam exercer livre e efetivamente, direitos e liberdades fundamentais como as de expressão, de imprensa, de associação, de reunião, de manifestação e de greve; e, além disso, a Constituição não tinha garantias; algumas vezes, o poder empregou violência contra os que ousavam divergir.

Os seus principais objetivos da governação eram a criação de bases para o desenvolvimento do país principalmente ao nível da educação, saúde e infraestruturas elementares. A 5 de agosto de 1992 foi aprovado pela Assembleia Nacional o novo texto da constituição com 56 votos a favor e 16 abstenções e nenhum voto contra. Em 1999 a revisão incidiu sobre o hino nacional que foi constitucionalizado; a oficialização da língua materna cabo-verdiana a ser promovida pelo Estado em paridade com a língua portuguesa; maior equidade de gênero no que diz respeito à participação política, entre outros.

Somente após a Constituição (RCV 1992), Cabo Verde foi considerado como um país de Estado democrático e introduziu um novo olhar para sua identificação no que diz respeito aos símbolos nacionais do país como a Bandeira, o Hino e Armas. O jornal *Voz di Povo* de agosto de 1992 divulga:



Fonte: *Voz di Povo*, 1992.

A bandeira e as armas foram os primeiros a serem substituídos e só depois de quatro anos, em 1996, o hino foi trocado. O Estado separou a bandeira de Cabo Verde que era igual a do PAICV e construiu também um novo hino para Cabo Verde uma vez que o país dividia o mesmo hino com a Guiné-Bissau até então.

Figura 5: Bandeira Nacional a partir de 1992 até data atual.



Fonte: Pagina Oficial do Governo de Cabo Verde – www.governo.cv (2014)

Para os defensores da primeira bandeira nacional, a identidade nacional cabo-verdiana simbolizada no milho e na concha marinha se encontraria suficientemente definida na antiga bandeira nacional. No entanto, a bandeira de 1992 apresentada na Figura 5 foi imaginada pelo arquiteto cabo-verdiano Pedro Gregório Lopes que participou do concurso para criação da nova bandeira. Houve um concurso onde todos os cabo-verdianos poderiam participar. A votação ficou por conta dos deputados que acabaram por escolher com 55 votos a favor, a bandeira retratada acima na Figura 5. Na altura, o arquiteto enfrentou várias críticas por ser uma figura anti-africanista ou que foge das regras das cores tradicionais africanas – vermelha, amarela e verde – como a primeira bandeira criada pelo PAIGC e ter aproximado Cabo Verde à bandeira utilizada pela União Europeia e que não representava os cabo-verdianos. O autor assegurou que Cabo Verde tem apenas uma cor que o identifique que é a cor azul do céu e do mar. Segundo Pedro Gregório em entrevista a *Angola Bela*: “a antiga bandeira veio dos combatentes”. A bandeira da sua autoria possui dois elementos que ele acha essencial, “o mar e o céu e por isso surgiu o azul”. Os cabo-verdianos também se identificam como povos da imigração, estão abertos ao mundo tanto para sair do país, tanto para receber os que chegam do outro lado e daí a razão das estrelas em círculo que também passam o seu significado das dez ilhas de Cabo Verde. Gregório traduz a bandeira nas seguintes palavras: “Suponho que Cabo Verde deve ser uma zona de diálogo. E quando falamos, fazemos um círculo, daí o círculo também das estrelas, que está deslocado a um terço da bandeira, as próprias estrelas estão distribuídas a 30 graus. Quando falamos, procuramos um consenso, para o conseguir temos de nos esforçar, mas ao mesmo tempo esse esforço tem de ser contido porque se for demasiado gera o caos. Daí que a faixa vermelha esteja ladeada por duas faixas brancas, porque psicologicamente e historicamente consideramos a cor branca como a cor da paz. Ou seja, é necessário fazer um esforço para o desenvolvimento de Cabo Verde, mas é necessário que esse esforço seja controlado dentro da paz. Ou seja, para criar a

bandeira explorei as formas todas, até chegar a um símbolo que deve revestir-se de uma simplificação que seja capaz de ser fixado rapidamente”.⁵⁰

Ou seja, retângulo azul da bandeira simboliza o mar e o céu que abarca as ilhas. As faixas, o caminho da construção do país, onde o branco simboliza a paz que se quer (e se tem conseguido, sendo Cabo Verde um dos países mais pacíficos e uma das democracias mais estáveis da África) e o vermelho, o esforço e a luta. Por último, as estrelas representam as dez ilhas que compõem o arquipélago.

Deste modo a Constituição (RCV, 1992) explica que:

A Bandeira da Republica de Cabo Verde é constituída por cinco retângulos dispostos no sentido do comprimento e sobrepostos.

1. Os retângulos que ocupam os extremos superior e inferior são de cor azul, ocupando o superior uma superfície igual a metade da bandeira e o inferior um quarto da mesma.
2. Separando os dois retângulos azuis, existem três faixas também retangulares, cada uma com a superfície igual a um duodécimo da área da Bandeira.
3. As faixas adjacentes aos retângulos azuis são de cor branca e a que fica entre estas é de cor vermelha.
4. Sobre os cinco retângulos, dez estrelas amarelas de cinco pontas, com o vértice superior na posição dos noventa graus, definem um círculo cujo centro se situa na intersecção da mediana do segundo quarto vertical a contar da esquerda com a mediana do segundo quarto horizontal a contar do bordo inferior. A estrela mais próxima deste bordo está inscrita numa circunferência invisível cujo centro fica sobre a mediana da faixa azul inferior.

A bandeira simbolicamente representa a pátria, representa a história do povo, as suas convicções, as suas lutas e também suas esperanças. A letra de música do grupo de batuque *tradison di terra* expressa um pouco esses sentimentos:

⁵⁰ GREGÓRIO, Pedro. A bandeira de Cabo Verde e os seus significados (Entrevista com Pedro Gregório). In: *Angola Bela - Expresso das Ilhas*. 01/10/2012.

ILHAS, Expresso das. **A Bandeira de Cabo Verde e os Seus Significados**. 2012. Disponível em: <<http://www.angolabelazebelo.com/2012/10/a-bandeira-de-cabo-verde-e-os-seus-significados/>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

Tradison di terra – Nos Bandera

kanto anu, kanto tempu, tudu dia

mi nta spera, cu xintidu,

Nta deta noti, ami sunha

.....

Cabu Verdi, nha terra sabi,

Di paz, amor e tranquilidade,

Sabura na ser de natureza

Ma nha bandera nca ta troca nem cu dinheiro.

Fonte: www.youtube.com (2014)

O grupo de batuko *Tradison di terra*, canta que não troca a sua bandeira nem pelo dinheiro. Esperando há muitos anos, sonhou com isso e Cabo Verde hoje representa para eles, a terra de paz e de tranquilidade.

AS ARMAS

Junto com a bandeira, a República de Cabo Verde passou a ter o novo símbolo das Armas após o concurso feito junto com a bandeira nacional. Após o concurso, o símbolo escolhido para representar a Arma é apresentado abaixo. Teve apreciação dos deputados com 55 votos a favor. A autoria desse símbolo foi Carlos Jorge Pereira, de 47 anos e residente nos Estados Unidos.

FIGURA 6: ARMAS DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, 1992



Fonte: Pagina Oficial do Governo de Cabo Verde – www.governo.cv (2014)

As armas da Republica de Cabo Verde refletem um composição radial que apresenta do centro para a periferia, os seguintes elementos:

Um retângulo equilátero sobre a qual se escreve um facho, uma circunferência limitando um espaço no qual se inscreve, a partir do ângulo esquerdo e até o direito do triangulo, as palavras “Republica de Cabo Verde”, três segmentos de reta paralela à base de triangulo limitados pela circunferência, uma segunda circunferência, um prumo, alinhado como vértice do triangulo equilátero, sobreposto as duas circunferência na sua parte superior, três elos ocupando a base da composição, seguidos de duas palmas e cinco pontas dispostas simetricamente.⁵¹

Segundo o site do Governo de Cabo Verde o prumo simboliza verticalidade e retidão que constituem a “chave abóboda” da Constituição de Cabo Verde. O triangulo equilátero simboliza a unidade, igualdade de direitos civis reconhecidos ao povo pelo sistema democrático. O archote simboliza a liberdade conquistada após muitos anos de sacrificio, tortura e luta contra os opressores. O mar simboliza nostalgia: braço de água que envolve as ilhas; inspiração dos poetas; sustento do povo; território do país. As palmas simbolizam a vitória conquistada na luta pela independência nacional, objetivo que animou o povo e foi seu sustentáculo moral na caminhada difícil dos períodos de seca. As estrelas representam as dez ilhas que formam o Arquipélago de Cabo Verde (RCV, 2007).

⁵¹ Constituição de 1992, artigo 8, pág. 5-6

Já o *Cântico da Liberdade*, hino nacional cabo-verdiano tornou-se oficial apenas em 1996. A música foi composta por Adalberto Higino Tavares Silva e a letra escrita por Amílcar Spencer Lopes:

Cabo Verde - Hino Nacional (A partir 1996) - CÂNTIGO DA LIBERDADE.

Canta, irmão
canta meu irmão
que a Liberdade é hino
e o Homem a certeza.

Com dignidade, enterra a
semente
no po da ilha nua:
No despenhadeiro da vida
a esperança e do tamanho
do mar
que nos abraça.
Sentinela de mares e ventos
perseverante
entre estrelas e o Atlântico
entoa o cântico da Liberdade

Canta, irmão
canta, meu irmão
que a Liberdade é hino
e o homem a certeza.

Fonte: Pagina Oficial do Governo da Republica de Cabo Verde. <http://www.governo.cv/>
(2014).

É aprovado o Hino Nacional “Cântico da Liberdade”. A música foi composta por Adalberto Higino Tavares Silva (Betú) e a letra escrita por Amílcar Spencer Lopes. Este hino vem substituir o antigo “Esta é a Nossa Pátria Amada” que era o Hino da Guiné-Bissau e Cabo Verde e mantém-se ainda hoje como hino guineense. A questão tornou-se extremamente cítrica também para o PAICV quando se tratou da mudança de uma nova bandeira, que contrasta radicalmente com a anterior – é azul, branca e vermelha com 10 estrelas amarelas.

3.3. O discurso político-identitário das diferentes gerações sobre o “ser cabo-verdiano”.

A busca de uma concepção teórica sobre a construção da identidade cabo-verdiana se confunde com formação e a ascensão das elites intelectuais daquele país. Cada geração de elite intelectual produziu e moldou argumentos na defesa da identidade cabo-verdiana em contextos históricos, em que foram determinantes vários fatores, entre os quais sobressaem: os fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e ideológicos. O processo da construção da identidade cabo-verdiana está associado às características sociais e políticas diferentes, dividindo-se em duas etapas principais até a independência, que são: a da consciência regionalista, de 1932 a 1958, e a da afirmação nacionalista, desde 1958 até 1975 (SEMEDO, 2006, p. 194). Numa tradução mais conceitual pode-se dizer duas elites intelectuais: os claridosos (teóricos da mestiçagem) e os africanistas (teóricos das ilhas cabo-verdianas negras).

Portanto, pretende-se aqui estabelecer correlações entre as duas principais correntes de pensamentos político-identitário que vão disputar o poder depois da independência. Para isso, acreditamos que o PAIGC/CV e o MpD representam muito bem essas correntes na construção de projetos de identidade nacional que reverberam nos direitos humanos. Correntes essas que se encontram umbilicalmente ligadas às gerações dos pensadores da corrente nacionalista ou cabralista (africanista) e, de certa forma, com o esgotamento político dessa “identidade”, abriu-se a possibilidade histórica do retorno aos claridosos (as ilhas mestiças).

A partir dos anos trinta do século XX, surge uma geração de intelectuais, que para fazer face aos embates políticos e culturais da época, procurou construir argumentos sob a perspectiva teórica regionalista. Dessa forma, a identidade caboverdiana, para os intelectuais claridosos, é a valorização do homem nascido no arquipélago de Cabo Verde, mas marcado pela predominância dos resíduos culturais europeus.

Por volta de 1950, Amílcar Cabral e o seu grupo, descontentes com a colonização e os discursos literários da época fizeram surgir uma nova corrente que primava pelo resgate das origens africanas. “A nossa luta é baseada na nossa cultura, porque a cultura é fruto da história e ela é uma força.” (CABRAL, 1945).

Amílcar faz a sua leitura para convencer que Cabo Verde é parte da África: Muita gente pensa que Cabo Verde é a Praia ou S. Vicente. Mas quem conhece o mato em .Cabo Verde, sente que Cabo Verde é uma realidade africana tão palpitante como qualquer outro pedaço de África. A cultura do povo de Cabo Verde é africaníssima: nas crenças é idêntico—há em Santiago o «polon» que alguns ainda consideram como árvore sagrada. Não há muitos «polon» por causa das numerosas secas. Mas os que existem ainda, ninguém toca neles. Além disso, a feitiçaria («morundade»), «Almas» que aparecem de noite, gente que voa, que faz; que acontece, como interpretação da realidade da vida que é perfeitamente igual a África. Deitar sortes então, nem falemos. (CABRAL, 1945, p.34)

A unidade fortaleceu os laços de Cabo Verde em relação á África. Os laços culturais se expandiram com musicas que eram proibidas na época da colonização, como funaná, batuku e coladera (ritmos de aproximações africanas). Para Cabral, Cabo Verde, mesmo sendo uma região insular, estava intimamente ligado ao continente africano, e é por esta razão que se começa a afirmar nele a sua africanidade, ou seja, a sua dimensão africana. Madeira (2014) apud Andrade (1976, p. 8-9)

Junto com Amílcar Cabral, nacionalista africano, o pensamento do PAIGC era pan-africanista regida pela unidade africana tentando o progresso dos povos africanos e a garantia da segurança e continuidade deste mesmo progresso. Como disse o Sousa (2011) apud Barros; Lima (2012, p. 90) que:

Amílcar Cabral fundamentava o seu projeto de união, entre a Guiné e Cabo-Verde, com base em elementos históricos e culturais. Assim, a circunstância dos escravos transportados para as ilhas terem sido exclusivamente originários da Guiné explicava a paridade da língua (o crioulo) nas duas colónias. Por outro lado, no que concerne à identidade

administrativa, a partir de 1550, foi estabelecida a primeira união orgânica entre a Guiné e Cabo-Verde, através da nomeação de um capitão-general para as duas regiões (...) em 1834 foi aplicada à Guiné a mesma organização administrativa portuguesa de 1832, em que as duas colônias formavam a mesma Prefeitura. (...) Na conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e Cabo-Verde, que teve lugar no Liceu Delafore, em Dakar, de 12 a 15 de Julho de 1961, Amílcar Cabral insistiu na identidade e nos interesses dos povos da Guiné e Cabo-Verde, ligados por laços de sangue, facto que era reconhecido pelas autoridades portuguesas.⁵²

Nisto, o deputado do MPD, Abraão Vicente, tenta desconstruir essa ideia de lutadores pela liberdade esclarecendo que “a ideia de libertadores de África tem mais a ver com uma luta cultural do que propriamente a ideia de luta armada da luta pela independência territorial” (JSD, 2012).

No entanto, o PAICV considerado filho de uma consciência do PAIGC, surgia das bases históricas do PAIGC. A sua ruptura é descrita pelo Primeiro Ministro do país após a independência, Pedro Verona Pires na entrevista dada a *Nos Guentis*⁵³. Pires (2013) apud Matos (2013) relatou o motivo dessa ruptura com as seguintes palavras:

A determinada altura, pressentimos que havia países que tinham alguma desconfiança em relação à Guiné-Bissau, pois pensavam que estava próxima dos Soviéticos. Não era tanto assim, mas como na altura o mundo funcionava de forma bipolar, acabou por se criar essa sensação em relação à Guiné. Sabíamos também que Cabo Verde, pela sua situação estratégica, estaria sobre intensa vigilância. Como essa desconfiança pairava no ar, havia interesses externos em transformar Cabo Verde numa base de um dos polos políticos mundiais que na altura dominavam o mundo, daí que, naquele momento, não nos conviesse ser conotados como um prolongamento da luta na Guiné-Bissau e como um país que tivesse a mesma política da praticada neste país. Desta forma, tivemos que recentrar a nossa estratégia política e todo o nosso discurso. Por forma a evitarmos qualquer tipo de pressão e de influência para a desestabilização do país, tivemos que provar que da nossa parte não havia qualquer intenção de nos ligarmos ao Bloco Soviético. Este foi um elemento importante e que muitas pessoas na altura não entenderam.

⁵² <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nFuBhUxQ23sJ:www.nucleodecidadania.org/revista/index.php/realis/article/download/60/55+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

⁵³ Matos, P. (2013). Pedro Pires, Democracia, História e Independência Nacional. Acesso em Maio de 2015, disponível em *Nos Guentis: Negócios, Pessoas e Empreendedorismo*: <http://www.nosgenti.com/?p=2202>

O que aconteceu na Guiné-Bissau não nos afetou muito, pois tínhamos uma linha política orientada para Cabo Verde de país Não-Alinhado. Influenciou-nos emocionalmente, no entanto, em termos políticos, não alterou muito a nossa estratégia.

Tanto os guineenses e tanto alguns cabo-verdianos não concordaram com a separação do partido, porém os dirigentes cabo-verdianos buscavam uma estratégia para conseguir uma estabilidade no país. Isto seria uma causa necessária no momento.

Numa entrevista⁵⁴, Aristides Pereira conta que o interesse pela luta e defesa da sua nação começou quando teve que dividir o quarto com deportados políticos portugueses. Eles contavam toda a discriminação e mentira do sistema colonial para com a África, e enfatizavam, somos de Cabo Verde, somos africanos. “Foi a partir daí que comecei a ter uma luz sobre o sistema colonial e o seu sistema de exploração, esses deportados políticos eram numa certa medida todos democratas, contra o sistema que estava em vigor, portanto esse major foi o meu batedor da minha caminhada para as luzes do esclarecimento”.⁵⁵ Na Guiné-Bissau, ele também sentiu a importância da formação da consciência, porque recebiam notícias todos os dias do Senegal onde os franceses ocupavam, e recebiam notícias do movimento na África Ocidental que se formara para lutar pela independência.

Durante sua governação, os cabo-verdianos presenciaram algumas crises nacionais referentes à questão de direitos humanos, mas que na realidade apresentam limitações ao que se refere ao seu estudo. O jornal *A Semana*⁵⁶ trouxe, ainda com lacunas, o caso dessa crise de 1977 em que houve muitos

⁵⁴ A CARA, Associação Tchiweka de Documentação Cara. **Aristides Pereira nos Trilhos da História**. 2011. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/aristides-pereira-nos-trilhos-da-historia>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

⁵⁵ A CARA, Associação Tchiweka de Documentação Cara. **Aristides Pereira nos Trilhos da História**. 2011. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/aristides-pereira-nos-trilhos-da-historia>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

⁵⁶ SOARES, Jorge Joaquim. **Presos de Cabo Verde**. 2014. Disponível em: <<http://asemana.publ.cv/spip.php?article103582&ak=1>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

indivíduos presos e maltratados que lutaram clandestinamente ao lado da UCID⁵⁷ para que houvesse a democracia no país. Segundo o jornal: “Não restam dúvidas que foram homens corajosos, que não tiveram medo de enfrentar esse terrível monstro, na altura, que foi o PAIGC, e que muitos homens conseguiram aguentar a tortura feita, casos de choques eléctricos e espancamento que provocaram a morte lenta do Sr. Toy Ferro, Titino Boxer, Eloy Sousa, Lulu Marques, Joãozinho Dadal”.

Outra crise que marcou a história de Cabo Verde enfrentada em seu governo, logo depois da sua posse e, que também apresenta limitações de estudo seria o caso da Reforma Agrária ocorrida na ilha de Santo Antão em 31 de Agosto de 1981. Segundo o *Jornal de São Nicolau* houve: “repressão violenta da revolta popular de Santo Antão, quando dezenas de pessoas se manifestaram na localidade de Boca de Figueiral, em Ribeira Grande, contra a lei da Reforma Agrária e o regime ditatorial do partido único. O PAIGC/CV era rei e senhor, mandava prender sem culpa formada, espancava, torturava e matava com a “legitimidade” de “partido-guia” e “farol da sociedade” – um manto de barbaridades cometidas pelos “melhores filhos do povo””.

Depois de sair da política o Aristides Pereira escreveu *O Meu Testemunho*, um livro feito a pedido da Iva Cabral, a filha mais velha de Amílcar Cabral, que traz as contribuições com a memória da luta armada. Iva Cabral escreveu-lhe: “é um dever que tens perante a História, mas também perante mim e todos os outros jovens que vocês criaram e que por isso estão ligados ao nosso passado”.⁵⁸

⁵⁷ União Caboverdiana Independente e Democrática. ⁵⁷ VEIGA, Carlos. Democracia, História e Independência Nacional. Acesso em Maio de 2015, disponível em *Nos Guentis: Negócios, Pessoas e Empreendedorismo*: <http://www.nosgenti.com/?p=2202>

⁵⁷ Matos, P. (2013). Carlos Veiga, Democracia, História e Independência Nacional. Acesso em Maio de 2015, disponível em *Nos Guentis: Negócios, Pessoas e Empreendedorismo*: <http://www.nosgenti.com/?p=2202>

GOMES, Aliu (2008). A ilusão de povo africano: de organização à carta africana dos direitos e dos povos. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, p. 51-65. Acessado em Dezembro 2014, disponível http://dhnet.org.br/direitos/sip/africa/gomes_ilusao_povo_africano.pdf⁵⁷ NOTÍCIAS, Sapo. **Sindicalismo em Cabo Verde era incompreendido há 35 anos - dirigente sindical (CIÁUDIO)**. 2013. Disponível em: <<http://noticias.sapo.cv/lusa/artigo/16720181.html>>. Acesso em: 21 out. 2015

⁵⁷ <http://www.jsn.com.cv/politica-e-cidadania/1849-santo-antao-ulisses-assinala-revolta-do-31-de-agosto.html>

Infelizmente, Aristides Pereira veio a falecer em 22 de setembro de 2011 deixando lacunas na história que ele acompanhou e protagonizou e que ao mesmo tempo queria preservá-las para uma geração futura. Cabo Verde perdeu uma biblioteca valiosa com a morte do seu primeiro presidente.

Por outro lado, seguindo a linha do pensamento dos claridosos o Movimento para Democracia (MpD) pauta a sua política na importação de modelo europeu, buscando o afastamento do continente africano, pois acreditam que os seus propósitos para o crescimento, nada tem a ganhar com aquele continente, ao contrário dos países do ocidente.

O que se resume, implicitamente, na fala de um alto dirigente do MpD quando afirma:

“Os donos do 5 de Julho, mais concretamente os vindos de África, de vez em quando, cinicamente, deixam escapar pelo canto da boca a afirmação de que o 5 de Julho pertence a todos. Que fique, desde já, muito claro! Por mim, quem quiser ficar com a parte que me toca, desejo apenas bom proveito. A Independência e a Democracia, estas, sim, são contas de outro rosário. Não as vendo nem dou”.

Dep. António Jorge Delgado in Bambaram di Padida (2015)

O líder do partido democrático MPD, na década de 1990, Carlos Veiga, que apareceu durante as transformações globais na tentativa de interromper os regimes fechados e lutando para a chegada da democracia. Segundo Carlos Veiga: “As pessoas, no fundo, queriam mais democracia, mais liberdade, direitos civis, não estar totalmente dependentes da vontade de um Partido Único que fazia e desfazia e usava os recursos do Estado em seu benefício e dos seus, que não permitia associações, manifestações, enfim, proibia os direitos políticos básicos”, afirma Veiga, “e as pessoas queriam isso, tinham lutado pela independência para terem mais liberdade e viam que isso não estava a acontecer. Ao mesmo tempo, viam no mundo inteiro que as ditaduras estavam a cair e que o mundo estava favorável a isso. Era preciso lutar por essas liberdades, por esses direitos

fundamentais e quando apareceu um catalisador, que foi o MpD, o movimento tornou-se popular”.⁵⁹ O MpD começa a usar o lema: “medo já acaba” e atacam o governo e o PAICV muitas vezes. “O exemplo foi importante, as pessoas viam-nos a falar e ninguém a intervir, por isso começaram a achar que também poderiam falar. Mas, havia muito medo na população, a polícia política funcionava, as pessoas eram presas por exprimir a sua opinião, mas nós não tínhamos medo. No fundo, desobedecemos à lei que não permitia esse tipo de manifestações, nem de organizações, como estávamos a fazer”⁶⁰.

Portanto pode-se afirmar que, enquanto o PAIGC, empreendeu uma longa luta armada contra o imperialismo português e pela libertação nacional, buscando no continente africano a referência para afirmação como nação, o MpD foi buscar no ocidente o seu instrumento e modelo político de dominação interna valorizando as questões dos direitos humanos.

Portanto vimos que existe uma disputa política no campo da identidade nacional como forma de legitimação ideológica nos diferentes “projetos imaginados”. Poderíamos confirmar essas disputas nas duas correntes acima citadas, ou seja, entre aqueles que buscam africanizar e aqueles que tentam europeizar a sociedade crioula.

⁵⁹ União Caboverdiana Independente e Democrática. ⁵⁹ VEIGA, Carlos. Democracia, História e Independência Nacional. Acesso em Maio de 2015, disponível em *Nos Guentis: Negócios, Pessoas e Empreendedorismo*: <http://www.nosgenti.com/?p=2202>

⁵⁹ Matos, P. (2013). Carlos Veiga, Democracia, História e Independência Nacional. Acesso em Maio de 2015, disponível em *Nos Guentis: Negócios, Pessoas e Empreendedorismo*: <http://www.nosgenti.com/?p=2202>

GOMES, Aliu (2008). A ilusão de povo africano: de organização à carta africana dos direitos e dos povos. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, p. 51-65. Acessado em Dezembro 2014, disponível http://dhnet.org.br/direitos/sip/africa/gomes_ilusao_povo_africano.pdf⁵⁹ NOTÍCIAS, Sapo. **Sindicalismo em Cabo Verde era incompreendido há 35 anos - dirigente sindical (CIÁUDIO)**. 2013. Disponível em: <<http://noticias.sapo.cv/lusa/artigo/16720181.html>>. Acesso em: 21 out. 2015

⁵⁹ <http://www.jsn.com.cv/politica-e-cidadania/1849-santo-antao-ulisses-assinala-revolta-do-31-de-agosto.html>

SAPO, Jornal. **Biografia de Aristides Pereira**. 2011. Disponível em: <<http://noticias.sapo.cv/info/artigo/1187730.html>>. Acesso em: 21 set. 2015.⁵⁹ MONTEZINHO, Jorge. **1990: o Muro de Berlim, Mandela, Cabo Verde e os ventos da mudança**. 2013. Disponível em: <<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/exclusivo/item/40986-1990-o-muro-de-berlim-mandela-cabo-verde-e-os-ventos-da-mudanca>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

⁶⁰ MONTEZINHO, Jorge. **1990: o Muro de Berlim, Mandela, Cabo Verde e os ventos da mudança**. 2013. Disponível em: <<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/exclusivo/item/40986-1990-o-muro-de-berlim-mandela-cabo-verde-e-os-ventos-da-mudanca>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

O caso cabo-verdiano é mais uma demonstração do quanto às identidades (sobretudo as nacionais) são fluidas, de como se desmancham e se recompõem no tempo, do quanto mudam, retornam e desaparecem. O que se pretende evidenciar aqui é o caráter ideológico da identidade nacional, no sentido de construto mental que visa legitimar construções e relações políticas. Sob esse aspecto, as diferentes versões da identidade nacional adotadas pelas elites politicamente dominantes buscam construir a "evidência" de que as principais opções da governação estão fundadas nos "traços" mais sólidos da identidade do "povo".

Se o estudo da identidade nacional não pode ser reduzido ao seu aspecto ideológico, certamente sua proclamação pelos "mediadores", numa situação marcada por certas relações de poder, exige da análise um enfoque privilegiado sob o quanto essas identidades mascaram, legitimam, justificam, servem de modelo para ou de ações de poder.

3.4. As Ilhas de Cabo Verde e a cultura atlântica dos direitos humanos

Cabo Verde em combate ao pensamento único ou regime único deu início ao seu processo pluralista em 1990 introduzindo uma sociedade livre de convivência pacata ou pacífica e de respeito entre os pensamentos díspares.

Benevides (2000), afirma que “A cultura em direitos humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas”.

Deste modo, a Educação em Direitos Humanos significa valorizar a parte da dignidade humana principalmente oferecendo suporte dos direitos e deveres

fundamentais que um indivíduo e o coletivo deve incorporar e reconhecer de modo a vivenciar o seu “eu” com uma consciência de paz e de liberdade.

Foi somente a partir de 1990 que Cabo Verde começa a construir e a viabilizar a cultura dos direitos humanos. A Constituição de 1992 rompe com o modelo da Constituição anterior e considera no seu art. 1º a garantia do respeito pela dignidade da pessoa humana além de reconhecer a inviolabilidade e inalienabilidade dos Direitos Humanos como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça. A democracia (pluralista) é um dos melhores moldes para os direitos humanos se desenvolverem e fortalecerem.

Jorge Carlos Fonseca, diz que a educação para os Direitos Humanos em Cabo Verde se mostra importante e como um programa de sentido educativo em relação aos direitos humanos, cidadania e cultura da paz. Além disso, Jorge Fonseca traz o Relatório da Missão para avaliar a situação dos Direitos Humanos em Cabo Verde (de 1999) onde consta que a democracia em Cabo Verde contribui para obter avanços significativos na proteção e promoção dos direitos civis e políticos (apud DUARTE, 2007). Algumas violações desses direitos encontram-se na violência contra mulheres e crianças (violência doméstica), atentados à liberdade de imprensa, fraca realização dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Hoje, o país considera o Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania (PNADHC), a Constituição da República de Cabo Verde e também a Declaração Universal dos Direitos Humanos.⁶¹ O PNDHC só foi elaborada em 2003 e se inspira na Constituição do país para promover e proteger os direitos humanos. Por sua vez, a Constituição se espelha na DUDH para abordar a luta abrangente da promoção dos direitos humanos que tem o seu ponto inicial necessariamente na educação para esses direitos. Isto é, introduzir no currículo escolar, os ensinamentos da cidadania, a cultura da paz, a cultura da informação e formação neste contexto.

O art. 26º da DUDH pronuncia:

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A

⁶¹ (Duarte, 2007).

instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será generalizada; o acesso aos estudos superiores será igual para todos, em função dos méritos respectivos.

2. A educação terá por objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais/étnicos ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do tipo de educação que será dado a seus filhos.

A educação não seria apenas mero meio de ensinar a ler, e escrever, mas sim um processo que ajuda a desenvolver os talentos e domínios, para entender melhor o seu meio econômico, social e cultural permitindo ao indivíduo e a sociedade melhorar a sua qualidade de vida.

O art. 25.º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) consagra, que “os Estados Partes têm o dever de promover e assegurar, pelo ensino, pela educação e pela difusão, «o respeito dos direitos e das liberdades contidos na presente Carta, é de tomar medidas para que essas liberdades e esses direitos sejam compreendidos assim como as obrigações e deveres correspondentes»”

Ao espelho dessas Cartas, (DUDH e a CADHP), Duarte (2007) aponta que:

A Constituição da República de Cabo Verde inspira-se, claramente, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, DUDH, que estabelece no seu artigo 26º: • Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino Elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado;

• O acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos, em plena igualdade, em função do seu mérito;

• A educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais e religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz (DUARTE, 2007, p. 162).

A Constituição de Cabo Verde prioriza a educação, um meio que se torna necessário à ampliação da cidadania. Entende ainda que a educação permite construir um mundo mais justo e formar cidadãos livres e conscientes. Porém, Zelinda Cohen, presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania de Cabo Verde, informou que apesar de o país ter dado passos no sentido de construir uma sociedade cada vez mais respeitadora de direitos humanos é preciso estimular a cultura de direitos humanos que sejam mais sustentáveis, não só com leis, mas sobretudo com a educação, com as boas práticas e com outros instrumentos que Cabo Verde tem desenvolvido. Rebate ainda que os Direitos Humanos são um processo e nunca uma tarefa acabada.⁶²

Desta maneira, o Estado promove a igualdade de acesso dos cidadãos ao ensino e a igualdade de sucesso no ensino dos cabo-verdianos. “No Ensino Básico Integrado (1º ao 6º ano de escolaridade), no ano letivo 2000, a taxa líquida de escolarização (crianças dos 6 aos 11 anos) no EBI era de 94%, segundo a Escola de negócios e governação”.⁶³

As disciplinas do curso abrangem desde História de Cabo Verde, a Cultura cabo-verdiana, passando ainda pela Formação Pessoal e Social. A disciplina História de Cabo Verde traz elementos da descoberta de Cabo Verde e o seu povoamento enquanto a matéria da Cultura cabo-verdiana complementa-a apenas com a cultura (costumes, hábitos, gastronomias, músicas).

Contudo, a Formação Pessoal e Social traz uma visão do homem integrado em seu meio e do seu papel na sociedade, em todas as áreas de atuação, (Duarte, 2007), a autora garante que o ensino dos direitos humanos está disperso em todo o sistema de ensino.

Apesar de incluir essas disciplinas, a discussão da identidade em relação à sua definição apresentam descontentamentos e ainda deixam a desejar, Após anos 2000, surgem diversos grupos ligados aos elementos da África para criticar a falta de elementos afro no ensino e promover a sua expansão. Criticam tanto os

⁶² (Inforpress)

⁶³ Escola de Negócios e Governação.

costumes, os hábitos, os livros escolares do mundo europeu, a língua, entre outros.

No meio quotidiano, o cabo-verdiano tem uma radicalidade ao definir a sua identidade nacional talvez porque a sua mestiçagem surgiu não só de uma multiplicidade cultural, mas sim como produto acabado de uma fusão completa de duas culturas heterogêneas. O mestiço cabo-verdiano constitui a sua própria essência, define por si só o seu “eu” cabo-verdiano.

Duas forças contrárias apontadas como a globalização e a identidade, lutam pela remodelação da vida dos cabo-verdianos. Não se fala aqui somente dos contatos com os turistas que se destinam para Cabo Verde, nem apenas dos cabo-verdianos da diáspora, mas também a inclusão do novo modo de viver, um apego ao mundo tecnológico desde a faixa de crianças chegando às empresas ou instituições.

Hall (2006) confirma em seu livro, *A Identidade cultural na pós-modernidade*, que com a crise da modernidade, o sujeito adquire a condição de um homem fragmentado, devido a uma crise de identidade. Por outro lado, Hall (2008) destaca o indivíduo entre o consciente e o inconsciente.

Os fluxos culturais, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de “identidades partilhadas” – como “consumidores” para os mesmos bens, “clientes” para os mesmos serviços, “públicos para as mesmas mensagens e -imagens – entre pessoas que estão bastante distantes uma das outras no espaço e no tempo. À medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural. (HALL, 2008, p.74.)

Após 1990 ocorreram algumas mudanças que iriam afetar diretamente a questão da identidade nacional e direitos humanos em Cabo Verde, a exemplo disso a alteração dos símbolos nacionais: o hino nacional e a bandeira nacional. A mudança que houve ocorreu no intuito de afirmar a especificidade da identidade cabo-verdiana.

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão retrata de como, a partir de quê, por quem e para quê isso acontece. A construção de identidades

abstrai-se de matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Podemos pensar que a história e a cultura são elementos que se tornam cruciais, no que diz respeito à coesão e à unidade nacional. Porém, esses elementos se constroem, se produzem no dia a dia da vivência de uma determinada comunidade.

O tempo encarrega de solidificar e estruturar esses elementos e logo passam a construir uma herança, ou seja, passam a ser patrimônios com a qual todos se identificam e na qual todos se projetam, então temos a nação. A nação se refere a uma unidade de cultura: sentimento de apego a uma mesma terra; língua e literatura comuns; identidade de história e heróis comuns; religião comum; etc e enquanto que o Estado se refere a uma unidade de autoridade legal e política.

Em Cabo Verde, a nação se formou antes de ser um Estado, isto durante séculos, mas também, nas condições históricas em que a nação cabo-verdiana se formou não era possível que a nação se projetasse e se transformasse em Estado soberano e independente. Era necessário esperar pelo século XX. Nesse pequeno país, a questão identitária foi colocada a partir do século XIX com a busca romântica, que nasce do conflito de já não poder/querer ser português.

Como já foi mencionado, Anderson (2008, p.123)., visualiza as nações como comunidades inventadas, imaginadas de maneiras não iguais e que divergem nos estilos. Para Cabo Verde, poderia indicar que a língua teve um trajeto de relevância e que ainda hoje se debate a questão da língua (crioula) no país, assim como para outras nações se tem a religião, o território, entre outros componentes. Anderson enfatiza que a ampliação dos nacionalismos estava intrinsecamente ligada ao progresso das escolas, isso porque “com o aumento da alfabetização, por toda parte ficou mais fácil granjear o apoio popular, as massas descobrindo uma nova glória na consagração da imprensa das línguas que elas sempre humildemente haviam falado”

A população que recebesse a alfabetização poderia tanto ter a demanda quanto produzir através da imprensa nacionalista jornalística e literária. As línguas

remontam as características e as memórias do passado que não ficam no esquecimento e traz os sentimentos de partilha e pertencimento.

Considerando a língua cabo-verdiana como uma das manifestações mais relevantes da cultura da nação e sem querer descer aos pormenores posso dizer que ela nasceu da necessidade de comunicação funcional entre os diversos grupos étnicos e culturais em confronto, no isolamento das ilhas e a partir do povoamento destas. Na época de colonização, a língua cabo-verdiana serviu de instrumento de ensino na catequização e latinização dos escravos sendo que depois foi desprezada e perseguida pelos portugueses, mas a língua cabo-verdiana sobreviveu com dignidade da consciência nacional e serenidade.

A língua cabo-verdiana desempenha um papel fundamental no próprio desempenho de uma mentalidade comum a todos os cabo-verdianos e também, claro, na sedimentação e aprofundamento cada vez maior da consciência nacional. Condensa as marcas das sociedades e culturas que lhe deram a base estimando que cerca de noventa por cento dos vocábulos sejam de origem portuguesa, mas a estrutura gramatical está mais próxima das línguas da costa ocidental da África (nomeadamente Guiné Bissau).

Curioso é pensar outrora se a língua tem mesmo esse poder da união. Ao refletir um pouco nos países como Estados Unidos e a Inglaterra; a Espanha e a América espanhola lembrei que estes falam a mesma língua, mas não formam uma só nação.

Por outro lado, também outro critério pode ser analisado, caso de religião que pressupõe a comunhão de seus membros apesar de poder ter um sentido paradoxal, pois, pode não só unir grupos diversos na mesma crença e tradição como também pode desafiar o Estado diante da lealdade de seus membros.

A religião foi um fator que também tatuou a consciência nacional cabo-verdiana com as confissões, catequeses e batismos que fortaleceram ao longo do tempo assim como também a música, a dança tiveram seu papel de grande relevo para a consciência nacional. O *‘batuku’* e o *“finason”* trazem claras lembranças de cultura africana enquanto a *“morna”*, *“koladera”* e *“funaná”* seguem da influência de Portugal.

Hábitos alimentares “tatuam” a identidade cabo-verdiana. O milho está na base da alimentação cabo-verdiana, assim para degustar um prato típico desse território passa-se por “katchupa, xerém, kamoka, kuskus”.As nações, nesse sentido, são frutos da História e da Cultura.

A habitação e os vestuários são idênticos em todas as ilhas do país e por conseguinte terão contribuído para o despertar da mesma consciência nacional. Percebe-se facilmente a influência europeia nesses elementos. Havendo uma sociedade que se diria homogênea do ponto de vista étnico(fruto da fusão de senhores e escravos) com uma cultura também homogênea na sua globalidade, em que existem uma única língua nacional e uma única religião, num território determinado e isolado, ainda que disperso em ilhas, cremos que estes importantes fatores da sociedade e cultura caboverdianas são condicionalismos que se podem considerar no aparecimento, sedimentação e desenvolvimento da consciência nacional que iria desembocar na luta armada e política que conduziria à independência do país e à soberania em 5 de Julho de 1975.

A constituição da República de Cabo Verde imprime lei fundamental que regula os direitos e deveres dos cidadãos e valorização da cultura. A lei constitucional é revista pelos deputados da Nação.

A cultura em direitos humanos em Cabo Verde tem vista a enfatizar os alunos a compreender a pessoa humana e realçar as suas qualidades essenciais, ou capacidades próprias. A diversidade humana deve ser considerada, respeitada e valorizada.

Abaixo, apresenta-se a letra da música *Carta pa Cabral* de um grupo cabo-verdiano que cantam em estilo Hip-Hop:

Carta pa Cabral

Xan sunha ku midjor ti ki n odja sol
Ka bu cordan cedu
Mi é um sonhador, na nha sonho ndau mó
Ncorda midjor, nta continua ta spera di nos
Nta spera ma man ca sta spera mi so
Nta spera ma nca sta mi so

Es flan PC ser mas cuidadoso cu bus letras
É perigoso,

Odja cuze q contici cu renato cardoso
 Ma keli é nha terra e nha povo
 Nha vergonha mas tb nha orgulho
 Dez ilha, 24 cidade
 Nu podi até passa necessidade,
 Ma li cidade nu teni a vontade

Cadia sta xeio salto alto e fato
 Monti lavagem capital
 Absurdo!
 E Ti inda nos capital sta sujo
 E na jornal sai scritto pa mundo ma
 na africa tudo, ma nos é de kel menos corrupto
 Nu ta skeci faxi
 Branco ta torna volta tudo
 Povu ta odja tudu
 má povu é mudo
 Nu sta spera mas figura morri
 Sta mas aeroporto pa nu poi nome

Turismo k nos forti,
 Tem mas turismo sexual na Boa Vista e na Sal
 E a ministra,
 so se cabo verde é nome bu cozinha
 Es ca ta odja nos dor
 Ses casa tem vista pa mar
 Oposição o situaçon é igual

Keli é pa bo k teni cabo verde na petu
 Nu ta repa lado errado pa nu djobi kel certu
 Tudo ca sta claro mesmo dps de claridade
 Mas nsta carrega es fardo
 Ncre midjora sociedade
 E li sta ma farmácia sta xeio álcool e droga
 Bala perdido sta atxadu, k ca sta atxadu é pistola
 Juventude trás de Mani-festa(e)son
 Keli é nha manifestaçon
 Discurso, universidade, qualidade, bom scola
 Ses fidjo tudo studa fora
 Es ki devia daba exemplo, ma es é primero na briga dentu parlamento
 Aborda temas sem fundamento
 Inda es ta reclama ma jovem sta violento
 Djobi kem k sta discute futuro nos país
 Era es k pa txomaba rapaz 100 juiz
 Daqui a nada podi spera
 Nu tem q pidi visto pa nu atera na sal rei ou na Espargos k era nos terra
 Mi é livre pa despacha nhas ideias
 Democracia,
 Ma ti inda nca despacha tudo
 La terra burocracia.

Si bu sta spera midjor, dexan odja bu mo
 E, pode tem certeza ma bu ca sta spera bo so

Xan sunha ku midjor ti ki n odja sol
 Ka bu cordan cedu

Mi é um sonhador, na nha sonho ndau mó
 Ncorda midjor, nta continua ta spera di nos
 Nta spera ma nca sta spera mi so
 Nta spera ma nca sta mi so

Fonte: www.youtube.com (2015)

A música revela o espírito de um jovem (cabralino) que sonha com um país melhor e que espera que todos os cabo-verdianos se deem a mão e sonhem juntos em sentido de união como realçava o líder Amílcar Cabral. Revela o desgosto de estar vivendo numa época que faz questão de esquecer os ideias de Cabral, mas ele diz seguir firme na luta.

Enfatiza o tempo da ditadura do partido único onde não se podia expressar opiniões contrárias ao sistema para não correr o risco de ser perseguido ou morto. Mesmo assim, ele diz não se intimidar em nome do povo ou da nação cabo verdiana. Embora, tenha um desprezo ao rumo político do país, ele diz ter orgulho de ser parte daquela nação.

Retrata a desilusão com a nova forma da colonização com a volta dos europeus sendo os principais protagonistas daquele país indagando que daqui a um tempo os cabo-verdianos precisarão de visto para entrar no seu próprio país. Desconstruindo tudo o que o Cabral sonhou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado adquiriu como objetivo analisar o processo multifacetado de construção dos projetos de nação em Cabo Verde no período de 1980-1992, levando em consideração as questões da identidade, constitucionalidade e direitos humanos. As Ilhas de Cabo Verde, no oceano Atlântico foram povoadas, desde o século XV, por povos, raças, culturas distintas (africana e europeia) e buscam, ainda, um consenso identitário de “comunidade imaginada”. Assim, diversos elementos de identidade foram apontados para definir “o que é ser cabo-verdiano”. Foram se formando correntes que ajudaram os intelectuais, ou principais grupos a construírem um processo de comunidade de nação imaginada.

Toda essa complexidade para definir de uma forma concreta a identidade nacional de Cabo Verde se deve a fusão que existiu entre as culturas europeias e as africanas neste arquipélago e que originou o processo da mestiçagem cultural.

Enquanto o mestiço favorecia o cabo-verdiano a avançar os seus estudos e a ter uma posição social melhor, os claridosos teciam as suas ideias na forma literária para se aproximar dos brancos europeus. Mas, nesta época, o território cabo-verdiano servia também de um palco de multiculturalismo, pois era ocupado por indivíduos de culturas distintas. Apesar disso, já se sentia os ruídos da construção da nação pelo conjunto de elementos que se predominavam, tais como, hábitos e crenças. Por outro lado, após décadas, uns grupos de cabo-verdianos e guineenses resolveram se unir por um único partido batizando-o de PAIGC indo na contramão com a ideia dos claridosos e tentando realçar as culturas africanas.

A luta procedeu e alcançaram a independência em 1975 e Cabo Verde veste símbolos nacionais que o aproxima do continente africano. Amílcar Cabral já deixava entender que Cabo Verde faz parte da África e que era preciso lutar para realçar e afirmar a sua cultura, a sua identidade. Os símbolos nacionais compartilhados com a Guiné-Bissau (bandeira, hino e brasão e a constituição) confirmaram a aproximação. Porém, em 1980, alguns anos após a independência,

os dois países se separam, mas Cabo Verde prega sua identidade á África, e permanece ainda com os mesmos símbolos nacionais e faz algumas mudanças na constituição do país, além de mudar o nome do partido para PAICV. A ligação com a Guiné permanece forte e a constituição de 1980 consagra o tratamento dos guineenses em terra cabo-verdiana igual a todos os cidadãos cabo-verdianos.

O regime implantado, comandado pelo Aristides Pereira, era de partido único que definiam como Estado Democrático Nacional Revolucionário. Este regime, proporcionou algumas provocações ao que diz respeito aos direitos humanos, segundo relatos de jornais e a própria constituição, que alega que o PAICV é a força dirigente do país; e que não pode haver opiniões contrárias ao partido-estado e, ainda que o estado é proprietário de todos os meios de comunicação.

O momento da corrente europeia surge em 1990, com o líder eleito pelo sufrágio universal, Carlos Veiga em meio a descontentamento do regime único e também a não valorização dos direitos humanos. O grupo de políticos introduz um regime democrático e refaz todo o processo da construção nacional, começando pela mudança da constituição e dos símbolos nacionais (bandeira, brasão e, mais tarde, o hino). Os símbolos nacionais tiveram uma aparência de aproximação europeia e a constituição levou em consideração os elementos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e inclusive, Cabo Verde vem utilizando diversos instrumentos tanto por parte da África (caso da Carta Africana) como por parte do ocidente (DUDH) para a promoção e defesa dos direitos humanos.

Para concluir, confirmou-se a nossa hipótese de que a identidade, a constitucionalidade e os direitos humanos são “territórios” de disputa política nos “projetos imaginados” na medida em que todos esses fatores identitários são frutos de fatos históricos, culturais e também da construção da consciência nacional, da Nação e do “Eu” cabo-verdiano. Isto é, tendo em conta as disputas ideológicas das duas forças políticas numa tentativa de se legitimaram como os verdadeiros patronos ou representantes de Estado Nação Cabo-verdiano.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. R. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia de Letras, 2008.

ANDRADE, J. H. **A Proteção dos Direitos Humanos e dos Povos na África**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/andrade_protecao_dh_africa.pdf. Acesso em: 14 Mar 2015

BARROS, Arminda. Cabo Verde tem uma nova constituição. **Jornal Voz di Povo**, 6 de Agosto de 1992.

BARROS, Arminda. Participar da elaboração do projeto da nova constituição foi uma honra para mim, **Jornal Voz di Povo**, entrevista de Vladimir Brito, 18 Agosto 1992.

BARROS, M de; LIMA, R.. “RAP KRIOL(U) o pan-africanismo de Cabral na musica de intervencao juvenil na Guine-Bissau e Cabo Verde”. **Revista de Estudos anti-utilitaristas e pos-Coloniais**, Praia, 2012

BELO. A Bandeira de Cabo Verde e os Seus Significados. **Angola Bela**, 2012. Disponível em: <<http://www.angolabelazebelo.com/2012/10/a-bandeira-de-cabo-verde-e-os-seus-significados/>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

BENEVIDES, M. V. **Palestra de abertura do seminário de Educação em Direitos Humanos**, 18 Fev 2000. Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>. Acesso em: 15 jun 2015

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994

BIOGRAFIA de Aristides Pereira, **SAPO Noticias**, 2011. Disponível em: <<http://noticias.sapo.cv/info/artigo/1187730.html>>. Acesso em: 21 set. 2015

BETTENCOURT, E. R. **A Dignidade da Pessoa Humana na Constituição Caboverdiana de 1992**. Porto: s.n, 2011

BRASIL, Ministério de Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Direitos Humanos no cotidiano**. São Paulo: 2ed Unesco, 2001

CABRAL, Amílcar. **PAIGC, Unidade e Luta**. Lisboa: Nova Aurora 1974.

CABO VERDE. **CONSTITUICAO DA REPUBLICA DE CABO VERDE**. 1980, 1992.

CABO VERDE. **Página Oficial do Governo da Republica de Cabo Verde** – Disponível em: <http://www.governo.cv/>. Acesso em: 12 Mar. 2015.

CABRAL A. **Unidade e Luta**. Lisboa, s.n,1945.

CARDOSO, C. Estado e Nação: Para uma releitura da construção nacional na Guiné-Bissau. In: CABRAL, F.A. **Que Estados, Que Nações em Construção nos cinco anos?** Praia: Ministerio de Cultura de Cabo Verde, pela Cooperacao Francesa, pelo Instituto da Cooperacao Portuguesa e pela FUndacao Macau. Praia:Burótica de S. Vicente,1998

CRUZ, D. da **África e Direitos Humanos** Jundai: Paco editorial, 2014

CRUZ, Osvaldo Carvalho. **A liberdade sindical em Cabo Verde (1975 a 2005)**. 2012. 91 f. TCC (Graduação em História), Ise, Praia

COMPARADO, G. d. **direitos humanos instrumentos e textos regionais**. disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/carta-africa.html>, Acesso em 02 Jun 2015

DAHL, R. **Sobre democracia** Brasília, DF: UNB, 2001.

DIAS, J. B; LOBO, A. D. **Africa em Movimento**. Brasília, DF: ABA PUBLICAÇÕES 2012.

DOCUMENTAÇÃO, Tchiweka Associação de. **Aristides Pereira nos Trilhos da História**. 2011. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/aristides-pereira-nos-trilhos-da-historia>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

DUARTE, V.. **Construindo a Utopia: Temas e Conferencias sobre Direito Humanos**. Praia, s.n. Tipografia Santos, Ltd, 2007

FERNANDES, G. **A Diluição da África: uma interpretação da saga identitária20ria cabo-verdiana no panorama politico (pós)colonial**. Florianopolis: UFCC, 2002.

_____. **Em Busca da Nação - Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde colonial**. Florianopolis: UFSC, 2006

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, A. A Ilusão de povo Africano: de organização da unidade Africana á carta africana dos direitos e dos povos. **Revista eletronica do curso de direito da UFSM**, 51-65, 2008. Disponível http://dhnet.org.br/direitos/sip/africa/gomes_ilusao_povo_africano.pdf. Acesso em 15 Dez 2014,

GOMES, Simone Caputo. **Cabo Verde: literatura em chão de cultura**. São Paulo: Ateliê Editorial; 2008.

GUIMARÃES, S. P.. **Nação, Nacionalismo, Estado**. 2008. Disponível em Carta Maior: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Nacao-Nacionalismo-Estado/4/14326>. Acesso em 20 de 01 de 2015,

GRAÇA, L; **Camaradas da Guine**. 2015. Disponível em: <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com.br/2015/02/guine-6374-p14226-queria-vista-do-outro.html>. Acesso em 04 abr 2015,

GREGÓRIO, Pedro. A bandeira de Cabo Verde e os seus significados. *Angola Bela - Expresso das Ilhas*, Cabo Verde, 01 Out. 2012. Entrevista com Pedro Gregório, Disponível em: <http://www.angolabelazebelo.com/2012/10/a-bandeira-de-cabo-verde-e-os-seus-significados/> Acesso: 22 Fev 2015.

HALL, S. **A questão da identidade cultural**. Sao Paulo: IFHC|Unicamp,1998

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**, Belo Horizonte: UFMG, 2008

INFORPRESS. **É preciso estimular a cultura dos direitos humanos para que sejam mais sustentáveis**". Disponível em Comissão Nacional Para os Direitos Humanos e Cidadania: <http://www.cndhc.org/index.php/noticias-nacionais/115-zelinda-cohen-e-preciso-estimular-a-cultura-dos-direitos-humanos-para-que-sejam-mais-sustentaveis>. Acesso em 15 jul de 2015

KOUDAWO, F. **Cabo Verde, Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal**. Bissau: Instituto Nacional de estudos e pesquisa (INEP), 2001

LAKATOS, V; MARCONI, E. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2 ed. Sao Paulo: Atlas, 1986

LUNDA, M. D. . **Résolution 1514**. 2012. Disponível em protetorado da Lunda: <http://protectoradodalunda.blogspot.com.br/2012/01/resolucao-da-onu-1514-xv-947-reuniao.html>. Acesso em 20 nov 2015

MADEIRA, J. P. **O processo de construção da identidade e do estado-nação em Cabo Verde**. Minas Gerais, Vozes dos vales. 2014

MATOS, P. **Pedro Pires, Democracia, História e Independência Nacional**. 2013, Disponível em Nos Grentis: Negocios, Pessoas e Empreendedorismo: <http://www.nosgrenti.com/?p=2202>. Acesso em 13 Maio 2015

MENDES, Pedro Rosa. **Guine-Bissau: 40 anos de impunidade**. Llisboa: Artes Graficas, 2013

MOASSAB, A. ***Território e identidade em Cabo Verde: debate sobre a (frágil) construção identitária em contextos recém independentes no mundo globalizado.*** 2013. Disponível em: Buala: <http://www.buala.org/pt/cidade/territorio-e-identidade-em-cabo-verde-debate-sobre-a-fragil-construcao-identitaria-em-context>. Acesso em 02 NoV 2014

MONTEIRO, A. A. ***Cabo Verde e o Sistema das Nações Unidas.*** Praia: MNEC, pp. 2002

MONTEZINHO, Jorge. **1990: o Muro de Berlim, Mandela, Cabo Verde e os ventos da mudança.** 2013. Disponível em: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/exclusivo/item/40986-1990-o-muro-de-berlim-mandela-cabo-verde-e-os-ventos-da-mudanca>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

NOTÍCIAS, Sapo. **Sindicalismo em Cabo Verde era incompreendido há 35 anos - dirigente sindical (C/ÁUDIO).** 2013. Disponível em: <http://noticias.sapo.cv/lusa/artigo/16720181.html>>. Acesso em: 21 out. 2015

OLIVEIRA, Jailson. **Análise do marco regulatório e investimento do setor elétrico de Cabo Verde: 1990-2009.** Brasília, DF, 2010

ONU. ***Declaração Universal dos Direitos Humanos.*** 05 Jan 2009. Disponível em: Declaração Universal dos Direitos Humanos: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em 04 Dez 2015,

PEREIRA A.M ***Guiné-Bissau e Cabo Verde: Uma Luta, Um Partido, dois Países.*** Lisboa: Editorial Notícias. Lisboa: Editorial, 2003

_____. Pereira, A. M. ***Uma luta, um partido, dois países.*** Lisboa, Editorial Notícias 2012.

PIRES, P. apud MATOS. Acreditar nas causas pelas quais batalhamos. **Nos genti**, 2013.

REIS, Leylla S. L. B. C. dos. **Cabo Verde: que modelo de jornalismo – Ocidental ou autoritário? Estudo de caso: Análise de imprensa de 1975 a 1990.** 2007. 91 f. TCC (Graduação em Ciências de Comunicação). Universidade Piaget, Praia, 2007.

RESENDE, T. A. Colonialismo e Cabo Verde: discussões sobre a colonização portuguesa na África (1950 e 1960). ***Temporalidades REvista Historica***, v.16, 2014

SANCHES, M. R. . **Malhas que os Impérios Tecem:** Textos Anticoloniais, Contextos Pós-coloniais. Lisboa: Almedina, 2012

SANTOS, A. A. **O Comitê de descolonização da organização das Nações Unidas e a legitimação da luta armada nas colônias portuguesas: 1965-1974,** 2009. Disponível em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0401.pdf> Acesso em 15 jan 2015

SAPO, Jornal. **Biografia de Aristides Pereira.** 2011. Disponível em: <<http://noticias.sapo.cv/info/artigo/1187730.html>>. Acesso em: 21 set. 2015.

SINDICALISMO em Cabo Verde era incompreendido há 35 anos, **Sapo NOTÍCIAS,** 2013. Disponível em: <<http://noticias.sapo.cv/lusa/artigo/16720181.html>>. Acesso em: 21 out. 2015

SEMEDO, José Maria. “A Especificidade de um Estado Insular e diaspORIZADO, 2014 Disponível em: <http://portal.unesco.org/shs/fr/files/10991/11840743421j_semedo.pdf/j_semedo.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2015

SOARES, Jorge Joaquim. **Presos de Cabo Verde.** 2014. Disponível em: <<http://asemana.publ.cv/spip.php?article103582&ak=1>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

SPINOLA, C. J. **A identidade postnacional no caboverdiano – transformações, continuidades e dilemas.** In: **CONGRESSO LUSO AFROBRASILEIRO DE CIENCIAS SOCIAIS 11.** Salvador. Salvador:UFBA, Campus de Ondina, 2011

TAYLOR, Charles et al. **Multiculturalismo:** Examinando a política de reconhecimento. Lisboa> Instituto Piaget, 1994. 193 p.

TRABALHO, Organização Internacional, org. **Estudo sobre a aplicação das Convenções n.º 138 e n.º 182 da OIT e suas recomendações na legislação nacional dos países da CPLP.** 2012. Disponível em CPLP: http://www.cplp.org/Files/Billeder/MIC_CTI/PALOP_Studies_Cabo_Verde_PT_Web.pdf, Acesso em: 28 abr 2015,

TOMAS, A. **O fazedor de utopias.** Lisboa: Editora Tinta da China, 2007

VEIGA, C. . **Alocução de Abertura.** In: Cabral, F. A. **Que estados, Que nações, Em Construção nos Cinco?** Praia: Ministerio da Cultura de Cabo Verde, 1998. p. 41-49.

VEIGA, J. M. **A Democracia em Cabo Verde.** 2010 Disponível em: A Democracia em Cabo Verde: <http://democraciaemcabo Verde.blogspot.com.br/2010/08/marcas-lamentaveis-da-luta-pela.html>. Acesso em 10 Fev 2015,

VILLEN, P.. ***A Crítica de Amílcar Cabral ao Colonialismo: Entre a Harmonia e a Contradição***,. Sao Paulo: Expresso Popular, 2013

ZENAIDE, D. N; SILVEIRA, R. M; DIAS, A. A.: ***Direitos Humanos: Capacitação de Educadores: Fundamentos culturais e educacionais da Educação em Direitos Humanos***. 2v Joao Pessoa: Ed UFPB, 2008

União Caboverdiana Independente e Democrática. VEIGA, Carlos. Democracia, História e Independência Nacional. Acesso em Maio de 2015, disponível em *Nos Guentis: Negócios, Pessoas e Empreendedorismo*: <http://www.nosgenti.com/?p=2202>

ANEXO I

Fulano A- Pretus é pa morri tudo mé. Mi mi é castanho por isso mi ka nada ku mi! Ebola é um cuza bom pa Africa! sa munti populaçon na Africa! Mundo ka tem recursos pa tudo alguém! Alguem tem ki morri. Mas bali ser africanus atrasados (só sabi ranja guerra i dança kuduro) ki otus povus! Ma mi ka nada ku mi! Mi é caboverdianu por isso mim ka africano.

Fulano B - ok, Fulano A, bo eh ka africanu...será ki bo eh humanu?

Fulano A – Fulano B, kem flou mo africanus é ser humanu? ses morri tudo ka ta dexe falta! nada és ka sa fazi nes mundo - só consumi oxigenio, kumida i gasta dinheiro ku ropa marca!

.... CV nunca foi Africa-logo nu ka tem nada aver ku africa! Si nho kre ser Mandjaku é la ku nho! Mi ku mandjakus kantu mas longi midjor! só doenças ku txera fedi kes sabi! Mim ka mesti bem Europa pan ser europeu! mi djan naci na Europa! Cabo Verde é Europa nha boy! Africa é guiné ku Angola! Aficanus só merda di oro kes sabi fazi! só trazi doenças sima Sida ku Ébola pa mundo! Kanto mas longi dés alguém fica midjor. Povo xuxokés diabus la!

Ganha juízo nha irmon! Ivan mi mim ka é pretu mi é ;castanhu !. Pretu é kes guentis di Africa1Mi é cabuverdianu-europeu brumedjo. Mim ka tem nada aver ku Africa! Africanus só sa fazi; fuck; ness planeta! Kantu mas morri midjor. Ninguém ka mesti kes mandjakus burro.

FONTE: Facebook, 2014.